

COMO CONHECEMOS O PASSADO*

David Lowenthal**

*Tradução: Lúcia Haddad****

*Revisão técnica: Marina Maluf*****

A poesia da história repousa no fato quase milagroso de que, por esta mesma terra, por este mesmo chão familiar, já caminharam outros homens e mulheres, tão reais quanto nós, com pensamentos próprios, levados pelas próprias paixões, todos mortos agora, gerações e gerações completamente desaparecidas, da mesma forma que nós muito em breve desapareceremos como fantasmas ao raiar do dia.

G. M. Trevelyan¹,

Autobiography of an historian

Quando falamos do passado, mentimos a cada respiração.

William Maxwell,

*So Long, See You Tomorrow*²

* "How we know the past", in *The past is a foreign country*. 7ª reimpr. Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

N.Ed. A tradução mantém as notas na forma original de publicação. As referências bibliográficas, ao final da tradução, também conservam a forma original de publicação.

** Professor convidado de arquitetura paisagística em Harvard, de ciência política no M.I.T., de psicologia ambiental na University of New York, de geografia nas universidades de California (Berkeley e Davis), Washington, Minnesota e Clark University.

*** Professora de Tradução Literária da Associação Alumni.

**** Professora do Departamento de História da PUC-SP.

1 1949, p. 13.

2 1980, p. 29.

A consciência do passado é, por inúmeras razões, essencial ao nosso bem-estar. Este texto examina os caminhos pelos quais tomamos consciência do passado como uma pré-condição para preencher tal necessidade.

Como tomamos conhecimento do passado? Como adquirimos esse *background* imprescindível? A resposta é simples: lembramo-nos das coisas, lemos ou ouvimos histórias e crônicas, e vivemos entre relíquias de épocas anteriores. O passado nos cerca e nos preenche; cada cenário, cada declaração, cada ação conserva um conteúdo residual de tempos pretéritos. Toda consciência atual se funda em percepções e atitudes do passado; reconhecemos uma pessoa, uma árvore, um café da manhã, uma tarefa, porque já os vimos ou já os experimentamos. E o acontecido também é parte integral de nossa própria existência: “Somos a qualquer momento a soma de todos os nossos momentos, o produto de todas as nossas experiências”, como coloca A. A. Mendilow.³ Séculos de tradição subjazem a cada momento de percepção e criação, permeando não somente artefatos e cultura mas as próprias células de nossos corpos.⁴

Não temos consciência da maioria desses resíduos, atribuindo-os tão somente ao momento presente; esforço consciente é necessário para *reconhecer* que eles advêm do passado. “Eu preciso ser moderno: vivo agora”, medita um personagem de Robertson Davies. “Mas assim como todos... vivo num emaranhado de épocas, e algumas de minhas idéias pertencem ao agora, algumas a um passado remoto, e outras a tempos que parecem mais relevantes a meus pais do que a mim.”⁵ O *mélange* de épocas geralmente passa despercebido, visto que é tido como a própria natureza do presente. As facetas do passado, que perduram em nossos gestos e palavras bem como em regras e artefatos, surgem para nós como “passado” somente quando as reconhecemos como tais.⁶

Reconhecer o passado como um âmbito temporal distinto do presente, afirmam alguns acadêmicos, é uma característica inerente ao pensamento ocidental.⁷ No entanto, certa consciência do passado é comum a todos os seres humanos, com exceção dos bebês, dos senis e dos portadores de lesões cerebrais. No mínimo, lembramos o que

3 *Time and the Novel*, p. 223; vide também p. 230.

4 Bergson, *Creative Evolution*, p. 20; Shils, *Tradition*, pp. 34-8, 169-70.

5 *Rebel Angels*, p. 124.

6 Heller, *Theory of History*, p. 201.

7 Kelley, *Foundations of Modern Historical Scholarship*, p. 3.

repetimos, recordamos que houve um ontem e percebemos os processos orgânicos de crescer e envelhecer, de desabrochar e de definhar. Uma consciência do passado mais completa envolve familiaridade com processos concebidos e finalizados, com recordações daquilo que foi dito e feito, com histórias sobre pessoas e acontecimentos – coisas comuns da memória e da história.

“O passado nunca está morto”, na frase de Gilbert Highet; “ele existe ininterruptamente na memória de pensadores e de homens imaginativos”.⁸ De fato, ele existe na memória de todos nós. Constantemente tomamos conhecimento não somente de nossas ações e pensamentos anteriores, como também daqueles de outrem, seja por testemunho direto ou de terceiros. Até sinais de experiência excessivamente remota podem se tornar conscientes. Herbert Butterfield revela como isto acontece:

Todas as mentes contêm um emaranhado de imagens e histórias... que constituem o que construímos do Passado para nós mesmos,... que entra em ação a um vislumbre de ruínas antigas ... ou a uma sugestão do romântico... Um sino de catedral ou a menção a Agincourt, ou o próprio soletrar da palavra “nomear” (*ycleped*) podem bastar para acionar a mente a perambular por suas próprias galerias de quadros da história.⁹

O passado, para Butterfield, refere-se tanto ao âmbito histórico quanto ao da memória: seus cenários e experiências antecedem nossas próprias vidas, mas o que já lemos, ouvimos e reiteramos tornam-se também parte de nossas lembranças.

Na verdade temos consciência do passado como um âmbito que coexiste com o presente ao mesmo tempo que se distingue dele. O que os une é nossa percepção amplamente inconsciente da vida orgânica; o que os separa é nossa autoconsciência – o pensar sobre nossas memórias, sobre história, sobre a idade das coisas que nos rodeiam. A reflexão freqüentemente distingue o aqui e agora – tarefas sendo feitas, idéias sendo formadas, passos sendo dados – de coisas, pensamentos e acontecimentos passados. Mas união e separação estão em contínua tensão; o passado precisa ser sentido tanto como parte do presente quanto separado dele. “Nós realmente damos vida ao passado, *como tal*, ao rememorar e pensar historicamente”, escreveu R.G. Collingwood; “mas o fazemos desvencilhando-o do presente no qual ele de fato existe”.¹⁰

8 *Classical Tradition*, p. 447.

9 *Historical Novel*, p. 1.

10 “Some perplexities about time”, p. 150.

As questões sobre o que o passado consciente contém, porque se pensa sobre ele, quanto e de que forma é sentido como sendo um campo separado – variam de cultura para cultura, de pessoa para pessoa e de dia para dia. Alguns ficam tão estimulados (ou oprimidos) por passados imaginados ou recordados que toda experiência presente é influenciada por suas lembranças; para outros o passado tem pouco a dizer, o presente e o futuro apropriam-se antecipadamente de sua atenção consciente. Mas o passado, seja ele parco ou copioso, morto ou vivo, um campo separado ou confundido com o presente, é percebido conscientemente pelos mesmos caminhos.

Três fontes de conhecimento do passado são aqui estudadas: memória, história e fragmentos. Memória e história são processos de introspecção (*insight*); uma envolve componentes da outra, e suas fronteiras são tênues. Ainda assim, memória e história são normalmente, e justificadamente, diferenciadas: a memória é inevitável e indubitável *prima-facie*; a história é contingente e empiricamente verificável. Ao contrário de memória e história, fragmentos não são processos mas resíduos de processos. Fragmentos feitos pelo homem são chamados artefatos; os naturais carecem de um nome específico. Ambos atestam o passado biologicamente, por envelhecimento e desgaste e, historicamente, por formas e estruturas anacrônicas.

Cada caminho para o passado – memória, história, fragmentos – é um campo reivindicado por disciplinas especializadas, explicitamente pela psicologia, história e arqueologia. Mas conhecer o passado envolve perspectivas mais amplas do que aquelas abrangidas normalmente por essas disciplinas. Por conseguinte, minha investigação partirá e algumas vezes transcenderá esses campos de especialização profissional.

Antes de analisar como a memória, a história e os fragmentos nos conduzem ao passado, tentarei mostrar como ele é geralmente vivenciado e aceito. O fato de que o passado não mais está presente tolda de incerteza o seu conhecimento. Visto que lhe são atribuídas durações variáveis, que ele é precariamente ligado ao presente, que sua própria existência não é comprovada, o passado com freqüência parece desconcertantemente tênue. Uma vez que essas dúvidas afetam quase tudo o que pensamos saber sobre o passado, elas merecem um exame mais minucioso.

Como o passado é sentido e aceito

Todos acontecimentos passados estão mais longe de nossos sentidos do que as estrelas das galáxias mais remotas, cuja luz própria, ao menos, ainda alcança os telescópios.

George Kubler
*The Shape of Time*¹¹

Em nossas lembranças já um passado fictício ocupa o lugar de outro, do qual nada sabemos com certeza – nem, ao menos, que é falso.

Jorge Luis Borges,
*Tlön, Uqbar, Orbis Tertius*¹²

Memória, história e fragmentos revivem continuamente nossa consciência do passado. Mas como podemos estar seguros de que refletem o que aconteceu? O passado se foi; sua analogia com aquilo agora visto, relembrado ou lido jamais pode ser provada. Nenhuma afirmação sobre o passado pode ser confirmada pelo exame de fatos presumidos. Uma vez que conhecer ocorre apenas no presente epistemológico, como C. I. Lewis coloca, “nenhuma verificação teoricamente suficiente de qualquer fato passado é possível”.¹³ Não podemos verificá-lo pela observação ou pela experimentação. Diferentemente dos lugares geograficamente remotos que poderíamos visitar se fizéssemos um esforço, o passado está além do nosso alcance. Fatos presentes conhecidos apenas indiretamente poderiam, a princípio, ser verificados; fatos passados, por sua própria natureza, não o podem.

Dar nome ou pensar em coisas do passado parece inferir sua existência, mas elas não existem; temos apenas uma prova presente de circunstâncias passadas. “O passado simplesmente como passado é totalmente incognoscível”, conclui Collingwood; “somente o passado residualmente preservado no presente é cognoscível”. Um passado que continuasse a existir seria um “limbo, em que acontecimentos já completados ainda continuam”; implicaria “um mundo em que o peso de Galileu ainda está em queda, em que a fumaça da Roma de Nero ainda impregna o ar, e em que o homem inter-glacial ainda está arduamente aprendendo a lascar a pedra”.¹⁴

11 1962, p. 79.

12 1961, pp. 42-3.

13 *Analysis of Knowledge and Valuation*, p. 200.

14 Collingwood, “Limits of historical knowledge”, pp. 220-1.

Da ausência de passado resultam duas incertezas: de que algo semelhante ao passado geralmente aceito tenha existido; e, se existiu, o que ocorreu jamais pode ser verdadeiramente conhecido. Tratarei dessas incertezas no devido tempo.

Será que os eventos que cremos terem ocorrido de fato ocorreram? Talvez um passado fictício ocupe nossas lembranças, como especula Borges. Pelo que sabemos, talvez sejamos como os simulacros de Ron Hubbard, que estavam convencidos de terem vivido num mundo real e “pensavam que se lembravam de passados e ancestrais longínquos”.¹⁵ Registros históricos e lembranças podem nos levar a supor que, afinal, existiu um passado. O planeta poderia ter sido criado cinco minutos atrás, Bertrand Russell conjecturava, com uma população que se “lembrava” de um passado ilusório.¹⁶ Um escritor que queira reproduzir uma cena de Russell imagina um jornal encontrado nas mandíbulas fossilizadas de um tiranossauro de setenta milhões de anos, localizado nas ruínas de Creta, provando que “o universo foi de fato criado por volta das 9h05 dessa manhã e quem quer que o tenha feito cometeu um deslize ao deixar esse exemplar do *The Times* jogado por aí”.¹⁷

Esses recém-criados mundos hipotéticos diferem da doutrina bíblica recebida apenas por serem recentes e breves. Tendo-lhe sido atribuída diversas datas, a Criação foi finalmente calculada pelo Arcebispo James Ussher, no ano de 4004 a.C, para satisfação geral. Os seis milênios atribuídos ao passado satisfaziam assim todos os acontecimentos conhecidos; sem uma geo-cronologia moderna, os acadêmicos do século XVII não sentiram que havia uma lacuna de épocas anteriores a eles. Até mesmo os intérpretes dos textos sagrados do século XIX puderam encaixar o passado *humano* conhecido então em seis milênios. Rochas e fósseis, provas de existência anterior, foram descartadas como espúrias e ímpias; do mesmo modo, erosões e conseqüências aparentemente antediluvianas faziam parte do ato único da Criação. Mas a geologia e a paleontologia tornaram a visão ortodoxa cada vez mais difícil de sustentar; por toda parte havia sinais de um passado na terra bem mais antigo do que a Criação bíblica parecia permitir.¹⁸

15 *Typewriter in the Sky*, p. 60.

16 *Analysis of Mind*, p. 159. Vide Fain, *Between Philosophy and History*, pp. 114-26.

17 Karl Sabbagh, *New Statesman Competition*, 11 Aug. 1967, p. 183.

18 G.L. Davies, *Earth in Decay*, pp. 13-16; J. Butler, “Other dates”, pp. 23-4; Rupke, *Great Chain of History*, pp. 51-7.

A obra *Omphalos*, de P.H. Gosse, que procurou explicar porque a terra recém-criada precisava conter sinais evidentes de preexistência, é hoje em dia descartada e considerada risível. Mas levantou questões fundamentais que prefiguram o ceticismo de Russell. Gosse sabia da existência do passado histórico, pois homens que escreveram acerca de acontecimentos que eles mesmos presenciaram deixaram testemunho direto disso.¹⁹ Mas a pré-história não deixou relatos similares; ninguém estava lá para ver e registrar. E a prova desse passado a partir de fósseis, camadas geológicas e tecidos vivos carecia da confiabilidade de testemunhas oculares.

Ninguém ... declara que viu realmente o Pterodáctilo vivo voando por aí, ou ouviu os ventos sibilando no alto da Lepidodondra. Você dirá, “É a mesma coisa; vimos o esqueleto de um e o tronco esmagado da outra e, portanto, estamos tão seguros de sua existência passada como se na época lá estivéssemos”. Não, não é... exatamente a mesma coisa [pois] somente através de um processo de reflexão [se] pode inferir que realmente viveram.²⁰

Houvesse tal inferência se expandido, “a seqüência de causa e efeito... nos levaria inevitavelmente à eternidade de toda vida orgânica existente”. E isso seria um absurdo. Tudo, incluindo fósseis, “antigas” camadas de rocha, e os legítimos progenitores de todas as coisas vivas devem, em *algum* momento específico, ter sido criados.²¹

Todas as coisas vivas revelavam uma preexistência – círculos nos troncos de árvores, umbigos no homem que no momento da Criação eram “falsos”. “O ‘osso de siba’ (*cuttle-bone*) é um registro autográfico, indubitavelmente genuíno, da história do molusco siba. Sim, é certamente genuíno; e também autográfico: mas *não é verdadeiro*. Aquele Siba foi então criado.”²² Uma divindade que deu às criaturas recém-criadas uma falsa aparência de existência anterior deveria ser considerada perversa – “Deus escondeu os fósseis nas rochas para que os geólogos fossem induzidos ao engano” – era a memorável zombaria²³ – mas não foi bem assim, Gosse contrapôs: “Será que os círculos concêntricos da madeira da primeira árvore criada foram formados simplesmente com o intuito

19 *Omphalos* (1857), p. 337.

20 *Ibid.*, p. 104.

21 *Ibid.*, p. 338.

22 *Ibid.*, p. 239.

23 Edmund Gosse, *Father and Son* (1907), p. 67.

de enganar?... Será que o umbigo do Homem criado visava enganá-lo no sentido de que tivera um progenitor?" Não, eles foram assim feitos porque o Criador decidiu criar a terra "exatamente como ela teria surgido naquele momento de sua história, como se todas as eras precedentes de sua história tivessem sido reais".²⁴

Não obstante a crença de Gosse nos relatos de testemunhas oculares, um ceticismo semelhante parece colocar em perigo a realidade até mesmo do passado histórico. Se Deus houvesse escolhido criar o mundo não em 4004 a.C., mas em 1857 d.C. (época de Gosse), mesmo assim pareceria exatamente como se fosse agora, repleto de "evidências" de um passado:

casas construídas pela metade; castelos em ruínas; quadros apenas esboçados sobre cavaletes de artistas; guarda-roupas cheios de trajes pouco usados; navios cruzando os mares; pegadas de pássaros no barro; esqueletos branqueando as areias do deserto; corpos humanos em vários estágios de decomposição nos túmulos. Esses vestígios, bem como milhões de outros vestígios do passado, seriam encontrados, porque são encontrados no mundo agora ... não para confundir o filósofo, mas porque são inseparáveis da condição do mundo, no momento escolhido de sua irrupção em sua história;... fazem dele o que é.²⁵

Resumindo, o passado histórico pode ser tão ilusório quanto o pré-histórico. Duvidar do passado histórico, no entanto, traz problemas adicionais. Um mundo criado durante tempos históricos iria adulterar não apenas alguns mas *todos* os relatos da história passada, com terríveis implicações para a credibilidade humana. Desacreditar todos os relatos sobre o passado, duvidar da autenticidade ou da sanidade de todos aqueles que documentaram vastamente aquilo que não havia ocorrido, poria em dúvida nossa própria sanidade e veracidade. E a ampliação feita por Russel sobre a hipótese de Gosse, de uma Criação de apenas cinco minutos de existência, pressupõe a falsidade não só de toda evidência histórica e física do passado, mas também de nossas próprias

24 *Omphalos*, pp. 347-8, 351. Meio século antes, Chateaubriand havia explicado a aparente antiguidade da recente Criação em termos estéticos: "Deus poderia haver criado, e sem dúvida realmente criou, o mundo com todas as marcas de antiguidade e perfeição que apresenta agora. Se o mundo não tivesse sido ao mesmo tempo novo e antigo, o magnífico, o sério, o moral teriam sido banidos da face da natureza; pois estas são características essencialmente inerentes aos objetos antigos... Na ausência desta antiguidade original, não teria havido nem beleza nem magnificência na obra do Todo Poderoso" (*Genius of Christianity* (1802), Liv IV, Cap. 5, pp. 135-7). Vide também Borges, "The Creation and P. H. Gosse", pp. 22-5.

25 *Omphalos*, pp. 352-3.

lembranças; se o passado começou cinco minutos atrás, todas as nossas recordações seriam uma fraude.²⁶

Faria alguma diferença caso não houvesse passado? Não nos comportaríamos exatamente como já o fazemos? “O que importa... não é o que o meu passado foi realmente, ou até mesmo se eu tive um”, argumenta H. H. Price; “o que importa são apenas as *lembranças* que agora tenho, sejam elas falsas ou verdadeiras”.²⁷ Mas, de fato, nada seria o mesmo. Tradição seria algo ridículo. Poucos atentariam para as conseqüências das próprias ações. Ninguém prenderia transgressores se não houvesse um passado no qual seus crimes pudessem ter ocorrido. Não poderíamos ir buscar as causas dos efeitos, nem os motivos do comportamento. Nada poderia ser provado, pois “duvidar de nosso sentido de experiência passada fundada na realidade seria perder todos os critérios pelos quais a dúvida em si ou o que é duvidoso poderia ser corroborado; e obliterar totalmente a diferença entre o fato empírico e a fantasia”, pondera C. I. Lewis.²⁸ O ceticismo levado a esse extremo coloca toda realidade em xeque e termina num solipcismo absoluto.

Poucos são tão dúbios. No entanto, a ausência empírica do passado deixa uma ponta de dúvida que a análise filosófica não pode atenuar completamente. “Tivemos de acreditar nos acontecimentos não comprovados de anos não comprovados”, escreve Ray Bradbury. “A realidade, mesmo a do passado imediato, é irrecuperável... Pois apesar da existência de ruínas, papiros e tabuinhas, tememos que grande parte do que lemos tenha sido inventado.”²⁹

A razão de se tentar destruir o passado real e substituí-lo por um falso passado é abordada em dois romances admonitórios que transmitem uma sensação ulterior de impotente irrealidade. O personagem Grande Irmão, no livro *1984*, de Orwell, controla o presente ao controlar o passado. Uma vez que “acontecimentos passados ... não têm existência objetiva, mas sobrevivem somente nos registros escritos e nas lembranças humanas”, conclui-se que “o passado encontra-se na convergência dos registros escritos

26 Murphey, *Our Knowledge of the Historical Past*, pp. 9-10; Danto, *Analytical Philosophy of History*, pp. 66-84.

27 *Thinking and Experience*, p. 84. Vide também Butler, “Other dates”, pp. 16-19.

28 *Analysis of Knowledge and Valuation*, p. 358. Vide Danto, *Analytical Philosophy of History*, pp. 68-70, 77-8; Murphey, *Our Knowledge of the Historical Past*, pp. 10-12; Earle, “Memory”, p. 10.

29 “Machine-tooled happyland – Disneyland”, p. 102.

e das lembranças humanas”, e, portanto, “tudo o que o Partido resolva fazer dele... Recriado no formato necessário ao momento, ... essa nova versão é o passado, e nenhum passado diferente pode ter existido”. Para assegurar a infalibilidade do Partido, “o passado, a partir de ontem, foi de fato abolido... Nada existe à exceção de um interminável presente”.³⁰ O inquiridor utiliza o argumento de Gosse para solapar a fé de Winston num passado remoto:

- A Terra é tão antiga quanto nós, não mais antiga. Como poderia ser mais antiga? Não existe nada fora da consciência humana.
- Mas as pedras estão repletas de ossos de animais extintos – mamutes, mastodontes e enormes répteis que viveram aqui muito tempo antes que se soubesse da existência do homem.
- Já viu esses ossos alguma vez, Winston? Claro que não. Os biólogos do século XIX inventaram-nos. Antes do homem, nada havia.³¹

O ceticismo engendrado por esforços para duplicar um passado perdido é o tema de *Time Out*, de David Ely. Para assegurar-se de que ninguém saberá do acidente nuclear que varreu a Grã-Bretanha há algumas décadas, uma força-tarefa americano-soviética está recriando “cada graveto e pedra, ... cada folha de grama, cada cerca e arbusto, cada mansão, palácio, cabana e choupana. *Absolutamente tudo*”, juntamente com provas arquivadas e fragmentos de todo o passado da Inglaterra – até mesmo dos acontecimentos que teriam ocorrido, caso não tivesse havido o holocausto.³² Obrigado a criar esse novo passado, o historiador americano Gull se queixa de que as pessoas acabarão por descobrir:

- O que pensarão ao presenciar as brigadas de construção erguendo o Palácio Blenheim...?
- Pensarão como verdadeiros ingleses, Gull, porque assim foram criados. Se os livros de história e os professores lhes dizem que Blenheim foi concluído em 1722, essa é a data que aceitarão, independentemente do que vêm.
- Lavagem cerebral.
- Possivelmente. Mas é assim que os jovens sempre foram criados. Você e eu também, Gull. Porque aceitamos 1722 para Blenheim?

30 Pp. 170, 126-7.

31 *Ibid.*, p. 213.

32 Pp. 95, 90.

- Porque é verdade... ou foi verdade.
- Porque fomos treinados para aceitá-la.³³

A esmerada recriação, finalmente, leva Gull a imaginar que “talvez tudo isso já tenha ocorrido antes. Vamos supor que esta tenha sido a segunda vez... ou a décima? A Inglaterra que eles tão diligentemente copiavam agora também poderia haver sido um embuste”.³⁴ Falsificações históricas são sobejamente abundantes; não poderia ser que todo o passado fosse uma invenção?

Apesar de todo nosso esforço para recuperar e entender o passado, as dúvidas dos protagonistas de Orwell e Ely ainda nos perseguem. “Conhecer o passado”, segundo Kubler, “é façanha tão extraordinária quanto conhecer as estrelas”,³⁵ e mesmo bem documentado o passado permanece igualmente fugidio.

A incerteza fundamental acerca do passado nos deixa cada vez mais ansiosos para confirmar que tudo se deu conforme relatado. Para nos assegurarmos de que ontem foi tão importante quanto hoje, saturamo-nos de detalhes e fragmentos do passado, ratificando a memória e a história de forma tangível. Gostamos de imaginar que aqueles que então viveram desejavam que soubéssemos o quanto tudo foi real. Em 1978, o Colorado Heritage Center, ao exibir as cartas e diários de pioneiros do século XIX, fez a seguinte observação: “Eles ocuparam muito de seu tempo para registrar suas observações e sentimentos, legando-nos registros de seus mais íntimos pensamentos”, como se a preocupação de que *nós* deveríamos conhecer seu passado os tivesse levado a fazer uma crônica de suas vidas.

Ainda assim, estamos o tempo todo conscientes de que o passado nunca pode ser tão conhecido quanto o presente. O passado *é* o país estrangeiro de L. P. Hartley, onde tudo é feito de modo diferente. O que hoje conhecemos como “o passado” não era o que alguém houvesse experimentado como “o presente”.³⁶ Em alguns aspectos nós o conhecemos melhor do que aqueles que o viveram; sentimos “o passado de tal forma e em tal grau que a própria consciência do passado não pode mostrar”, comenta T. S. Eliot.³⁷ Nós interpretamos o momento presente à medida que o vivemos, ao passo que

33 Ibid., p. 104.

34 Ibid., pp. 130-1.

35 *Shape of Time*, p. 19.

36 Piaget e Inhelder, *Memory and Intelligence*, pp. 398-9.

37 “Tradition and the individual talent”, p. 16.

ficamos fora do passado e observamos sua operação concluída, incluindo suas conseqüências agora conhecidas sobre o que seria então o futuro. Antigas drenagens de pântano se tornam uma fase em uma série de sucessivas recuperações; retrospectivas mostram a fase inicial de um pintor prefigurando seu trabalho posterior; impactos subsequentes nos descendentes, nos herdeiros políticos, nos sucessores científicos jogam nova luz em carreiras há muito encerradas. As implicações de percepções tardias a respeito de como interpretamos o passado serão discutidas mais adiante.

Nossa capacidade de entender o passado é deficiente em vários outros aspectos. Os resíduos remanescentes de coisas e pensamentos passados representam uma pequenina fração da urdidura contemporânea de gerações anteriores. “Mesmo quando temos consciência de participar de um grande feito histórico... sentimos nitidamente que este acontecimento, do modo como será inserido na história, será apenas uma parte daquilo que foi para nós no presente”, argumenta Eugène Minkowski. “Sabemos perfeitamente que apenas uma parte referente ao acontecimento é ‘histórica’, apenas um aspecto daquilo que fazemos e daquilo que vivemos.”³⁸

A memória não é menos residual do que a história. Por mais volumosas que sejam nossas recordações, sabemos que são meros lampejos do que já foi um todo vivo. Não importa quão vividamente lembrado ou reproduzido, o passado se torna progressivamente envolto em sombras, privado de sensações, apagado pelo esquecimento. “O reconhecimento nem sempre nos devolve o calor do passado”, escreve Simone de Beauvoir; “nós o vivemos no presente;... e tudo o que resta é um esqueleto”. Uma cena recordada de um passado distante é “como uma borboleta imobilizada numa redoma de vidro; os personagens não se movem mais em nenhuma direção. Seus relacionamentos estão entorpecidos, paralisados”. O passado em decomposição da autora “não é uma paisagem tranqüila repousando atrás de mim, um campo pelo qual possa perambular livremente, e que me mostrará gradualmente todas suas montanhas e vales secretos. À medida que eu avançava, também ele se desintegrava”. A erosão do tempo afeta tristemente o que resta das lembranças. “A maioria dos destroços que ainda podem ser vistos são pálidos, distorcidos, congelados; seu significado me escapa.”³⁹

A própria certeza do presente torna tênue o passado. “O principal motivo de o passado ser tão fraco é a extraordinária força do presente”, sugere Carne-Ross.

38 *Lived Time*, p. 167.

39 *Old Age*, pp. 407-8.

Tentar agora alcançar um verdadeiro “sentido do passado” é como olhar para fora de um quarto feericamente iluminado ao entardecer. Parece haver algo lá fora no jardim, as formas incertas de árvores agitando-se na brisa, o esboço de um caminho, talvez o brilho da água. Ou trata-se simplesmente de um quadro pintado na janela, como “As Fúrias” na peça de Eliot? Será que não há absolutamente nada lá fora e que o quarto iluminado é a única realidade?⁴⁰

O passado também carece de consenso temporal. Dependendo do conteúdo e do contexto, o passado converte-se no presente a qualquer tempo, seja um instante ou uma eternidade atrás. A época holocena ou “recente” encerra o passado geológico por volta de dez mil anos atrás; o passado edáfico e botânico se estende até poucos séculos atrás; o assim chamado presente plausível permite referir-nos a “este século” como se 1901 fosse “agora”. Algumas vezes o passado humano termina com nosso próprio nascimento; ocasionalmente coincide com o ano do calendário; freqüentemente invade o momento presente. Alguns passados permanecem a um intervalo constante atrás de nós. Outros continuam recuando ou nos alcançando. O “Velho Oeste” sobrevive na memória popular norte-americana como um período que sempre termina cerca de quarenta anos atrás; dentro de cinquenta anos, prediz um historiador, as pessoas afirmarão que o finado Velho Oeste ainda estava vivo nos idos de 1980.⁴¹

Dúbio devido à sua real ausência, inacessível embora intimamente conhecido, o caráter do passado depende de como – e de quanto – é conscientemente apreendido. A maneira como tal apreensão acontece, e como molda nossa compreensão, é o principal assunto deste texto.

Memória

*O passado é o que você lembra, imagina que lembra,
convence a si mesmo que lembra, ou finge lembrar.*
Harold Pinter⁴²

Toda consciência do passado está fundada na memória. Através das lembranças recuperamos consciência de acontecimentos anteriores, distinguimos ontem de hoje, e confirmamos que já vivemos um passado.

40 “Scenario for a new year: 3. the sense of the past”, p. 241.

41 L.B.Meyer, *Music and Arts and Ideas*, p. 169; Josephy, “Awesome space:... interpretations of the Old West”.

42 Citado por Adler em “Pinter’s Night: a stroll down memory lane”, p. 462.

A escala de significados comumente ligados à memória, no entanto, transcende e algumas vezes obscurece essas relações com o passado. Sistemas mnemônicos atraem muita atenção e grande esforço de memória – recordando pessoas a serem vistas, coisas a serem feitas, caminhos a serem seguidos – enfocados no futuro.⁴³ Tais aspectos da memória tocam apenas de forma tangencial o nosso conhecimento do passado. Mas enquanto o uso diário da memória vai além do conhecimento do passado, grande parte das pesquisas psicológicas negligencia tal conhecimento. A memória de curto prazo do passado muito recente e a lembrança do material recolhido monopolizaram a atenção de psicólogos, pois esses tópicos melhor se prestam a análises laboratoriais quantitativas, que podem ser reproduzidas, não ajuizadas; “lembranças” que duram menos de um minuto são o principal enfoque dos textos contemporâneos sobre o assunto. Tão recônditas são as preocupações dos psicólogos que um deles, Ulric Neisser, afirma formalmente que “se X é um aspecto interessante ou socialmente significativo da memória, então os psicólogos praticamente nunca estudaram X”. As pessoas quando inquiridas sobre o que as interessa a respeito da memória, logo mencionam a incapacidade de recordar o início da infância, as dificuldades para se lembrar de nomes e de compromissos, uma tia que poderia incansavelmente recitar poesias de cor, se a velha casa parece muito ou pouco mudada após trinta anos de ausência, discrepâncias entre suas próprias lembranças e as de outras pessoas, o prazer ou a dor da recordação; sobre a maioria desses tópicos a pesquisa psicológica não tem virtualmente nada a dizer.⁴⁴ Se o estudo científico da memória natural e cotidiana está mais ativo do que já foi, segundo afirma um resenhista de Neisser,⁴⁵ os resultados ainda não foram difundidos a não ser nas revistas especializadas. *Insight* na utilização da memória surge menos dos psicólogos do que dos romancistas, historiadores e psicanalistas; é em tais fontes que o livro *Remembering in Natural Contexts*, de Neisser, se fundamenta.

A memória comum, além de não ser objeto de pesquisa acadêmica, é também obstruída por uma mitologia enganadora. Um dos mitos que permanece afirma que a memória consiste de *inputs* físicos permanentemente armazenados no cérebro, que algum mecanismo pode trazer de volta à consciência presente; “eles podem remover quinze metros de seus intestinos”, como um senhor de idade comentou no hospital,

43 Meacham e Leiman, “Remembering to perform future actions”.

44 Neisser, “Memory: what are the important questions?” pp. 4-5.

45 Alan Baddeley, “Keeping things in mind”, *New Scientist*, 2 Sept. 1982, p. 636.

“mas não podem retirar 50 segundos de sua memória”.⁴⁶ Outro mito largamente aceito assevera que a natureza e a capacidade potencial da memória são iguais para todos e incapazes de modificações fundamentais. Grande número de provas demonstram, ao contrário, que tanto aptidões herdadas quanto experiências no decorrer da vida afetam a capacidade da memória.⁴⁷

Um terceiro mito sustenta que as pessoas nas sociedades de tradição oral (“primitivas”), por não guardarem nem transmitirem pensamentos por escrito, têm memórias melhor desenvolvidas e têm repertório maior de recordações minuciosas do que pessoas de sociedades com escrita – uma crença contestada por grande número de provas.⁴⁸ Uma quarta visão predominante diz que quanto mais pudermos recordar, em melhor situação estaremos. De fato, deduzir e agir eficazmente não requerem memória enciclopédica, mas sim memória altamente seletiva, além de capacidade de esquecer aquilo que deixou de ter importância.

Meu interesse maior aqui nestas páginas está na natureza e no valor do conhecimento da memória e não no processo da memória em si. Primeiro revejo o caráter pessoal e coletivo da memória; prossigo mostrando como a lembrança sustenta nosso sentido de identidade; em seguida exponho até onde a “verdade” das lembranças pode ser confirmada. Vários tipos de recordação, desejadas e espontâneas, adquiridas e inatas, revelam aspectos diversos de coisas passadas, associados para mostrar o passado como um todo. A necessidade de se utilizar e reutilizar o conhecimento da memória, e de esquecer assim como recordar, força-nos a selecionar, destilar, distorcer e transformar o passado, acomodando as lembranças às necessidades do presente.

A memória impregna a vida. Dedicamos muito tempo do presente para entrar em contato, ou manter esse contato, com algum momento do passado. São poucas as horas enquanto despertos que são livres de recordações ou lembranças; somente concentração intensa numa ocupação imediata pode impedir o passado de vir espontaneamente à

46 Marcus Nathaniel Simpson, citado por Cottle and Klineberg em *Present of Things Future*, p. 49.

47 Neisser, “Memorists”; Gruneberg, Morris, e Sykes, *Practical Aspects of Memory*, “Individual differences”, pp. 337-65; Belmont, “Individual differences in memory”.

48 Neisser, “Literacy and memory”; Vansina, *Oral Tradition*, p. 40. A narrativa oral raramente envolve a memória, palavra por palavra, como demonstrado por Milman Parry e Walter B. Lord (Scholes and Kellogg, *Nature of Narrative*, pp. 21-3); somente a antiga Israel reverenciou a *ipsisima verba* (Gerhardsson, *Memory and Manuscript: Oral Tradition and Written Transmission in Rabbinic Judaism and Early Christianity*, pp. 130-1). Veja abaixo, p. 200.

mente. Mas as lembranças que permeiam o presente estão agrupadas numa hierarquia de hábito, recordação e memento.

O hábito abrange todos resíduos mentais de atos e pensamentos passados, sejam ou não conscientemente relembrados. A recordação, mais limitada que a memória comum, mas ainda assim impregnante, envolve consciência de ocorrências passadas ou condições de existência. Mementos são recordações preciosas propositadamente recuperadas da grande massa de coisas recordadas. Essa hierarquia assemelha-se às relíquias: tudo que é familiar tem alguma ligação com o passado e pode ser usado para evocar recordações; de uma grande quantidade de recursos mnemônicos em potencial guardamos alguns *souvenirs* para nos lembrar de nosso passado próprio e de um mais abrangente. À semelhança de acervo de antiguidades, nosso repertório de lembranças preciosas está em fluxo contínuo, novas lembranças sendo adicionadas constantemente, as velhas sendo descartadas, umas emergindo à superfície da consciência presente, outras submergindo sob a atenção consciente.⁴⁹

Lembranças, em todos esses aspectos, tendem a se acumular com a idade. Embora algumas estejam sempre se perdendo e outras se alterando, o estoque total de coisas recordáveis e recordadas aumenta à medida que a vida transcorre e as experiências se multiplicam.

Pessoal e coletivo

O passado relembrado é tanto individual quanto coletivo. Mas como forma de consciência, a memória é total e intensamente pessoal; é sempre sentida como “algum acontecimento específico [que] ocorreu *comigo*”.⁵⁰ Recordamos apenas nossas próprias experiências em primeira mão, e o passado que relembremos é intrinsecamente o nosso próprio passado. “Não há nada tão unicamente pessoal para um homem quanto suas lembranças”, observa B. S. Benjamin, “e ao proteger a privacidade delas, temos quase a impressão de estar protegendo o próprio alicerce de nossa personalidade.” Mas a memória, por sua própria natureza, é inviolável; é na privacidade que ocorre a maior parte do ato de lembrar e “não precisamos aprender como manter privadas as nossas

49 Fred Davis, *Yearning for Yesterday*, p. 48; Piaget and Inhelder, *Memory and Intelligence*, pp. 387-8.

50 Earle, “Memory”, p. 13.

recordações”; elas assim permanecem a não ser que decidamos torná-las públicas. Mesmo assim nunca podem ser totalmente partilhadas; para outros, *conhecer* a minha memória não é absolutamente o mesmo que *possuí-la*. “Embora falemos em compartilhar nossas lembranças, não podemos compartilhar uma lembrança assim como não podemos compartilhar uma dor.”⁵¹

O conteúdo do que lembramos torna-o, da mesma forma, singularmente pessoal: inclui detalhes pormenorizados e íntimos de acontecimentos, relacionamentos e sentimentos do passado. A língua secreta que inventei, o medo que sinto pelo vizinho que não gosta de meu cachorro, o desconforto de uma picada de abelha, o trauma de um braço quebrado são lembranças de meus doze anos que ninguém mais pode ter. A privacidade fundamental das lembranças da infância de Austin Wright – um determinado astro do beisebol, um cantor de ópera, um barco a vapor, um *ice cream soda* – é o *leitmotiv* de seu livro *Morley Mythology*, no qual um visitante sinistro relembra Morley de coisas que Morley sabe que apenas ele poderia se lembrar.⁵²

A memória também transforma acontecimentos públicos em experiências pessoais idiossincráticas. Como parte essencial dos fatos sobre o New Deal, por exemplo, lembro-me da parcialidade de meus pais em relação a Roosevelt, da animosidade de meus avós contra os sindicatos; a história política tornou-se um anexo da história da família. Coisas que nos estimulam a lembrança freqüentemente resultam em recordações pessoais mais frívolas. “A visão de um velho livro didático”, observa Frances Fitzgerald, “tem menor probabilidade de evocar a seqüência de presidentes ou a importância da lei *Smoot-Hawley Tariff Act*, do que o cenário de uma sala de aulas da oitava série”.⁵³

Lembranças pessoais também se assemelham à propriedade particular. “Reconhecemos *imediatamente* na memória que nossas experiências passadas nos pertencem”, comenta um filósofo. “Uma vez que tenha colocado minha filha para dormir esta experiência permanece *minha*.”⁵⁴ Realmente, alguns dão o mesmo valor ao seu passado pessoal que dariam a uma valiosa antiguidade. Congratulam a si mesmos por terem

51 Benjamin, “Remembering”, p. 171.

52 As nostálgicas meditações trazidas por Fred Davis, no entanto, revelaram passados “secrets” que eram mais semelhantes do que singulares (*Yearning for Yesterday*, p. 43).

53 *America Revised*, p. 17.

54 R. G. Burton, “Human awareness of time”, p. 307.

tido a experiência que recordam, dão muito valor às lembranças que estimulam seu amor próprio.⁵⁵

Uma vez que são inerentemente pessoais, muitas lembranças se extinguem com cada morte. “O amor de Helen morreu com a morte de algum homem”, escreve Borges em cujo romance *Tlön, Uqbar, Orbis Tertius*, a permanência tangível depende da memória: “todas as coisas tendem a se apagar e perdem os detalhes quando são esquecidas. Um exemplo clássico é o vão da entrada de prédio que sobreviveu enquanto freqüentada por um mendigo e desapareceu com sua morte”.⁵⁶ Entre os suaíles, os mortos que permanecem vivos na memória dos outros são chamados de “mortos-vivos”; só estarão completamente mortos quando o último que os conheceu morrer.⁵⁷ Incapaz de transmitir o seu repertório de lembranças herdadas, a única anciã sobrevivente de uma antiga linhagem carrega o pesado fardo de ser *the Last Leaf*. “Gerações permanecem vivas apenas na memória vacilante de alguém cuja própria vida está chegando ao fim”, de acordo com a descrição de um geriatra. “Sua mente é o caminho derradeiro comum, o último reservatório de tudo que se passou anteriormente em uma ramificação da existência humana.” *The Last Leaf* “é tudo que o passado ainda tem para se apoiar – e ela sabe disso”.⁵⁸ Nem todos lamentam essa perda, para dizer a verdade. Com tanto sentimento preso ao passado, Anna Freud, já em idade avançada, não conseguia compartilhar suas recordações “com o público leitor, ... portanto, me dou ao luxo de levar tudo comigo”.⁵⁹

A natureza intrinsecamente pessoal da memória não apenas a condena à final extinção mas torna defeituosa sua comunicação do passado. Dúvidas nos assaltam quando a lembrança é apenas pessoal. “Por não ser compartilhada, a lembrança parece fictícia”, foi o que sentiu Wallace Stegner quando retornou à casa de sua infância nas pradarias e “não encontrei nenhum colega de escola, nem uma única pessoa que tivesse compar-

55 Schachtel, *Metamorphosis*, p. 311.

56 “The witness”; idem, “Tlön, Uqbar, Orbis Tertius”, p. 39.

57 Uchendu, “Ancestorcide! are African ancestors dead?”, p. 287. “Enquanto o morto é relembrado pelo nome, ele não está ralmente “morto”; está vivo... na memória daqueles que o conheceram, assim como no mundo dos espíritos”, e isto pode continuar por quatro ou cinco gerações (Mbiti. *African Religion & Philosophy*, p. 25).

58 Kastenbaum, “Memories of tomorrow”, p. 204.

59 1977; citado por Muriel Gardiner em “Freud’s brave daughter”, *Observer*, 10 Oct. 1982, p. 31.

tilhado minhas experiências” da infância. “Usei essas lembranças por anos como se tivessem realmente acontecido; transformei-as em histórias e romances. Agora parecem ilusórias e sem comprovação... Que poucas provas tenho de que eu próprio de fato vivi aquilo que recordo... tenho grandes suspeitas de estar me lembrando não do que aconteceu mas de algo que escrevi.”⁶⁰

As origens assim como a credibilidade das recordações permanecem cobertas de dúvidas. Raramente podemos distinguir entre lembranças primárias e secundárias, lembrando as coisas a partir de lembranças das lembranças delas, “recordações nuas após a meditação”⁶¹, escreveu Wordsworth. Recordando os dias da infância em St. Ives, Virgínia Woolf parecia “estar observando as coisas acontecerem como se eu estivesse lá... Minha memória fornece aquilo que eu havia esquecido, de modo que tudo parecia estar acontecendo independentemente, embora seja eu que as faça acontecer”.⁶² Essas dúvidas envolvem outras pessoas; muitos acontecimentos que pensamos recordar a partir de nossa própria experiência, na realidade nos foram contados e então tornaram-se parte indistinta de nossa memória. “Muito freqüentemente... quando me recordo de um acontecimento do meu passado, ‘vejo-me’, o que eu obviamente não fazia no passado”, conta Paul Brockelman; por exemplo, “eu ‘me vejo’ saindo da cama” – cena provavelmente narrada por sua mãe.⁶³ As recordações de outras pessoas sobre acontecimentos passados se encobrem e com freqüência se mascaram, como se fossem nossas.

Na verdade, precisamos das lembranças de outras pessoas tanto para confirmar as nossas próprias quanto para lhes dar continuidade. Ao contrário dos sonhos que são absolutamente particulares, as lembranças são continuamente complementadas pelas dos outros. Partilhar e validar lembranças torna-as mais nítidas e estimulam sua emergência; acontecimentos que somente nós conhecemos são evocados com menos segurança e mais dificuldade. No processo de entrelaçar nossas próprias recordações dispersas em uma narrativa, revemos os componentes pessoais para adequar o passado coletivamente lembrado e, gradualmente, deixamos de diferenciá-los.⁶⁴

60 Stegner, *Wolf Willow*, pp. 14-17.

61 Anscombe, “Experience and causation”, pp. 27-8; Fraisse, *Psychology of Time*, p. 162; Wordsworth, *The Prelude*, Liv III, linhas 614-16, p. 107. Vide também Mendilow, *Time and the Novel*, p. 219.

62 *Moments of Being*, p. 67.

63 “Of memory and things past”, p. 319. Vide também Martin e Deutscher, “Remembering”.

64 Halbwachs, *Collective Memory*, pp. 23-5, 47-61, 75-8.

O desenvolvimento tardio da memória na infância, e nossa ligação contínua com parentes mais velhos e um mundo anterior, da mesma forma torna essa sobreposição coletiva inevitável. “Ninguém jamais é o primeiro, ou pode ser o primeiro, a saber quem é”; sem as minúcias das lembranças dos pais e avós teríamos que inventar a maior parte de nós mesmos.⁶⁵ Irmãos mais velhos também fornecem lembranças que parcialmente excluem as nossas, comenta Anne Tyler: “Assim como a maioria das crianças menores, ele tinha dificuldades para relembrar seu próprio passado. Já que os mais velhos o faziam tão bem por ele, por que ele iria se incomodar? Construíram-lhe uma memória de segunda mão que incluía até mesmo os anos anteriores à sua existência”.⁶⁶ É possível que talvez ele se incomodasse devido à necessidade de um passado que lhe pertencesse exclusivamente, sugere Cottle; para dar forma àquela época é necessário que ele saia de casa ou espere até a morte dos pais e a partida dos irmãos.⁶⁷ Mas de qualquer modo, o que relembramos da infância está imerso em um mar de história familiar e geral e, assim, carrega a sua marca. “Correndo paralelo às questões públicas”, nas palavras de Lively, “seus próprios atos [estão] entrelaçados com a estrutura mais tosca e indestrutível da história”.⁶⁸

Damos muito valor a essas conexões com o passado mais abrangente. Satisfeitos de que nossas lembranças nos pertencem, buscamos também ligar nosso passado pessoal à memória coletiva e à história pública. As pessoas recordam vividamente seus próprios pensamentos e ações em momentos de crise pública porque se agarram à oportunidade de conectar-se com um cosmos significativo. Grande número daqueles com idade suficiente para relembrar os assassinatos de Lincoln e Kennedy, também se recordava vividamente, muitos anos mais tarde, de sua própria situação naquele momento: onde estavam, quem lhes contou, o que estavam fazendo, como reagiram, o que fizeram em seguida.⁶⁹ Mas essas recordações são frequentemente tão errôneas quanto vívidas. Re-

65 Jervis Anderson, “Sources”, p. 112. Erasmus (*Copia*, sec. 172, pp. 539-40) distingue as lembranças da própria vida (*nostra aetate*) das lembranças de coisas vistas e ouvidas de gerações mais velhas (*nostra memoria*) e lembranças transmitidas de bisavós e ancestrais remotos (*patrum memoria*).

66 *Clock Winder*, p. 293.

67 *Time's Children*, p. 63.

68 Lively, *According to Mark*, p. 27.

69 Colegrove, “Day they heard about Lincoln”; Roger Brown e Kulik, “Flashbulb memories”; Linton, “Memory for real-world events”, pp. 386-7.

almente, as gritantes imprecisões enfatizam a questão: as pessoas estão tão ansiosas para fazer parte da “história” que falsamente “recordam” suas reações, ou até mesmo sua presença em acontecimentos importantes.⁷⁰

Memória e identidade

Relembrar o passado é crucial para nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos. Nossa continuidade depende inteiramente da memória; recordar experiências passadas nos liga a nossos *selves* anteriores, por mais diferente que tenhamos nos tornado. “Como apenas a memória permite conhecer a... seqüência de percepções”, argumenta Hume, “deve ser considerada... como a fonte de identidade pessoal. Não tivéssemos memória, nunca teríamos tido nenhuma noção... dessa cadeia de causas e efeitos que constituem nosso *self* ou pessoa.”⁷¹ Os gregos identificavam o passado esquecido com a morte; exceto por alguns poucos privilegiados, os mortos não possuíam lembranças.⁷² Os amnésicos sofrem perda similar. “Não senti nada”, disse o homem que perdeu a memória por vários anos; “quando não se tem memória, não se tem sentimentos”.⁷³ A perda de memória destrói a personalidade e priva a vida de significado. Conforme Gabriel Garcia Márquez intui a difícil situação de um amnésico, “a recordação da infância começa a se apagar de sua memória, depois o nome e a noção das coisas, e finalmente a identidade das pessoas, e até mesmo a consciência de seu próprio ser, ... até que mergulha numa espécie de imbecilidade que não tem passado”.⁷⁴

Sintetizamos a identidade não apenas ao evocar uma seqüência de reminiscências, mas sim ao sermos envolvidos, como o *Orlando*, de Virginia Woolf, em uma teia de

70 Buckhout, “Eyewitness testimony”, p. 119; Neisser, “Snapshots or benchmarks?” O vigésimo aniversário do assassinato de Kennedy foi marcado por artigos apresentando recordações de onde as pessoas tinham estado e o que faziam quando ouviram a notícia.

71 *Treatise of Human Nature*, Liv I, sec. 6, 1:542. Vide Biro, “Hume on self-identity and memory”, p. 29.

72 Eliade, *Myth and Reality*, p. 121; S.C. Humphries, “Death and time”, pp. 274-5.

73 Theo Goossens, citado por Marjorie Wallace em “The drug that gave his memory back”, *Sunday Times*, 24 Abril 1983, p. 13. O clássico amnésico é *Man with a Shattered World*, de Luria, especialmente pp. 87-108; para uma comparação recente, vide Oliver Sacks, “The lost mariner”, *N.Y. Review of Books*, 16 fev. 1984, pp. 14-19.

74 *One Hundred Years of Solitude*, p. 46.

retrospecção unificadora.⁷⁵ Os grupos também mobilizam lembranças coletivas para sustentar identidades associativas duradouras, da mesma forma que os instrumentos legais conferem às companhias e às propriedades privadas imortalidade em potencial.⁷⁶

Nenhuma síntese pessoal pode ser completa: não nos lembramos de ter nascido, esquecemos muito e nos tornamos alienados da maior parte do nosso passado. E alguns “vivem vidas mais momentâneas, separadas e fragmentadas do que outros”, deixando para trás grande parte “de detalhes concretos de suas vidas”, não se relacionando significativamente com experiências e sentimentos passados. Em contraste, ressalta um filósofo, “aqueles que trazem mais de seu passado para o presente” confirmam sua própria identidade e enriquecem o presente com os resíduos amplificados do passado.⁷⁷ Conforme coloca Mr. Sammler, “Todos precisam de suas lembranças. Elas evitam a miséria da insignificância”.⁷⁸

A percepção de que a memória forma a identidade é relativamente recente. Na verdade, a memória ajudou a afastar o horror do esquecimento, tanto para os antigos gregos como para os europeus da época renascentista e medieval, mas as memórias assim preservadas eram geralmente póstumas.⁷⁹ Vidas eram concebidas não como continuidades diacrônicas, mas como exemplos de princípios universais, constantes. A identidade individual era fixa, consistente e totalmente investida no presente. Já bem adiantado o século XVIII, até mesmo os pensadores consideravam a vida como “uma sucessão descontínua de satisfações sensoriais” intercaladas com reflexões abstratas, segundo Starobinski, com “acontecimentos imprevistos e excessos momentâneos” apresentando episódios sucessivos não relacionados. “Tais vidas não tinham objetivo distante, nenhuma finalidade além dos limites do momento iminente.”⁸⁰ As identidades reveladas nas autobiografias e romances do século XVIII permanecem as mesmas através dos tempos; os acontecimentos não afetam uma consciência maleável, mas sim-

75 Shore, “Virginia Woolf, Proust, and *Orlando*”, p. 242.

76 Halbwachs, *Collective Memory*, p. 143.

77 Ehman, “Temporal self-identity”, p. 339.

78 Bellow, Mr. Sammler’s Planet, p. 190.

79 Vernant, “Death with two faces”; Quinones, *Renaissance Discovery of Time*, pp. 84-5, 232-3; S.C. Humphries, “Death and time”, p. 270.

80 Starobinski, *Invention of Liberty 1700-1789*, p. 207. Vide também Poulet, *Studies in Human Time*, pp. 13-23.

plesmente figuram como momentos fortuitos em modos de vida livres de conexões introspectivas com estágios anteriores na vida.⁸¹

Mesmo depois que os homens começaram a fazer tais conexões entre vida e história, eles continuaram inseguros quanto à sua validade. “Os mesmos artefatos estão diante de nós – as coisas inanimadas que contemplamos na infância instável e na juventude impetuosa, na idade adulta ansiosa e astuta – são permanentes e sempre os mesmos”, como disse Jonathan Oldbuck de Walter Scott; “mas quando os consideramos com a frieza e serenidade da idade avançada, será que podemos, modificados em nosso temperamento, em nossas atividades, em nossos sentimentos – modificados em nossa aparência, em nossos corpos e em nossa força – considerarmo-nos os mesmos? ou será que olhando em retrospecto não consideraríamos o nosso antigo *self* como um ser separado e distinto daquilo que agora somos?”⁸²

A percepção da memória como chave para o autodesenvolvimento, assegurando e ampliando a identidade através da vida, foi uma revelação do final do século XVIII, cuja única precursora havia sido a narração bíblica.⁸³ A identidade sancionada pela memória passou então a incorporar a mudança. “Somos nós mesmos, sempre nós mesmos, e nem por um minuto os mesmos”, nas palavras de Diderot.⁸⁴ E a identidade durante toda a vida assegurou a realidade do passado: já que o *self* subsistiu apesar da mudança, o passado também deve ter sido real.

Seguidores de Rousseau e Wordsworth começaram a perceber seus *selves* da infância constituindo sua identidade adulta, e, conseqüentemente, a encarar a vida como uma narrativa interligada; poucas décadas depois, a relação do sentido do passado com a memória pessoal tornou-se parte do preparo mental e das expectativas, ao menos das pessoas instruídas.⁸⁵ Repetidas impressões reforçaram o presente com experiências relembradas. A percepção da memória estimulou graus de consciência de si mesmo

81 Spacks, *Imagining a Self: Autobiography and Novel in Eighteenth-Century England*, pp. 8-11, 284-5. Vide também More, “Criticism”, pp. 241-2; Ellis, “Development of T. S. Eliot’s historical sense”, pp. 293-5.

82 *The Antiquary* (1816), p. 91.

83 Scholes e Kellogg, *Nature of Narrative*, pp. 123-68; Walter Kaufmann, *Time is an Artist*, pp. 36-40.

84 *Refutation suivie de l’ouvrage d’Helvétius intitulé L’Homme* (1773-4), 2:373.

85 Salvesen, *Landscape of Memory: A Study of Wordsworth’s Poetry*, pp. 42-4; Weintraub, “Autobiography and historical consciousness”, pp. 835, 843-4; idem, *Value of the Individual*.

anteriormente desconhecidos, freqüentemente narcisistas e autobiográficos, geralmente inundados de sensibilidade do Romantismo. “Hoje, quando nossa literatura e toda a conduta de vida são impensáveis sem o sentido do tempo e do passado”, escreve Christopher Salvesen, “quando praticamente nenhuma emoção pode ser sentida sem alguma referência a uma experiência anterior ou à infância”, é difícil perceber que esse sentido de continuidade pessoal era raro antes do século XIX.⁸⁶ No final do século, a preocupação consciente de si mesmo com o passado tornou-se uma característica fundamental da psicanálise: nas palavras de Morse Peckham, da mesma forma que Wordsworth em *The Prelude* havia historicizado a personalidade, assim também Freud pretendeu fazer de cada um de seus pacientes um Wordsworth.⁸⁷

Mas desde então nos tornamos bem menos confiantes ao lembrar o passado. Os sinais que agora recordamos muitas vezes parecem confusos, até contraditórios em si mesmo; as lembranças que nos definem tendem a ser tácitas em vez de explícitas, somáticas em vez de conscientes, involuntárias em vez de deliberadas. Hábitos modernos de auto-análise tornam dúbia a integridade de nosso próprio passado lembrado. E a freqüência com que atualizamos e reinterpretemos nossa memória enfraquece a identidade temporal coerente. “O que costumava ser tabu torna-se *de rigueur*, o que costumava ser óbvio torna-se risível” quase da noite para o dia, conclui Peter Berger. “Passamos a vida remodelando nosso calendário de dias santos, erguendo e demolindo novamente os marcos que assinalam nosso progresso através dos tempos, rumo a realizações continuamente redefinidas.”⁸⁸

Essas memórias constantemente reajustadas raramente são integradas em qualquer autodefinição consistente. “Na verdade, tropeçamos como bêbados sobre a tela estendida da nossa auto-concepção, jogando um pouco de tinta aqui, apagando alguns traços ali, sem de fato nunca nos determos para obter um panorama da semelhança que produzi-

86 *Landscape of Memory*, p. 172. A pressuposição de Levine de que “todos os indivíduos normais em todas as sociedades se vêem como entidades contínuas ... desde suas primeiras lembranças até o presente, ... imaginam-se num contexto cronológico” e se concentram em “objetivos de longo prazo que representam uma performance cumulativa rumo a uma carreira culturalmente definida” (“Adulthood and aging in cross-cultural perspective”, p. 2) é refutada por todas as evidências históricas.

87 “Afterword: reflections on historical modes in the nineteenth century”, p. 279. “Psychology became history; personality became history; the manifestation of the self became history” (Peckham, *Triumph of Romanticism*, p. 46).

88 Berger, *Invitation to Sociology*, pp. 72-3.

mos.”⁸⁹ O ritmo e a finalidade da mudança impedem uma visão consistente de si mesmo fundamentada na memória. No entanto, poucos têm condições de perceber essa deficiência; é muito doloroso admitir as discrepâncias existentes entre as próprias visões do presente e do passado. “Ninguém se sente bem ao saber que não pode recordar um passado contínuo, se assim o desejar”, segundo as palavras de Jan Vansina, pois “a crença a respeito da continuidade ou descontinuidade das opiniões [sobre si mesmo] no passado é a parte central de toda personalidade”.⁹⁰

Condição de confirmação

A natureza subjetiva da memória torna-a um guia a um só tempo seguro e dúbio para o passado. Sabemos quando temos uma lembrança, e seja ela verdadeira ou falsa, essa memória relaciona-se de alguma forma ao passado. Até um equívoco de memória envolve a recordação, ainda que distorcida, de alguma coisa; nenhuma memória é totalmente enganosa. Na verdade, uma falsa recordação na qual se crê firmemente torna-se um fato por si só.⁹¹

As lembranças inspiram confiança porque acreditamos que elas foram registradas na época; elas têm *status* de testemunha ocular. E as lembranças em geral são dignas de crédito *prima-facie* porque são consistentes. Lembranças específicas frequentemente revelam-se enganosas ou até mesmo inventadas, porém permanecemos confiantes a respeito de quase todas elas porque são coerentes; entrelaçam-se bem demais para serem descartadas como ilusões. E não podemos contestar todas as nossas lembranças, conforme já foi acima observado, ou a experiência presente não faria nenhum sentido.

No entanto, não há confiança que ateste a veracidade de nenhuma lembrança específica. Lembrar-se de algo é, na melhor das hipóteses, considerá-lo provável; embora suas conseqüências presentes ou futuras possam confirmar algumas lembranças, elas

89 Ibid., p. 75.

90 “Memory and oral tradition”, pp. 266, 269. Foi no final do século dezenove que o sentido de coerência deu lugar ao de descontinuidade, acredita Jackson Lears (*No Place of Grace*, pp. 36-8; Foucault situa tal mudança um século antes (*Order of Things*, pp. 367-70).

91 Burton, “Human awareness of time”, p. 308; Roy Schafer, *A New Language for Psychoanalysis*, pp. 29-50; idem, *Psychoanalytic Life History*.

somente podem ser confirmadas quando comparadas com outras recordações do passado, nunca com o passado em si.⁹²

O caráter pessoal das lembranças aumenta a dificuldade de confirmá-las. Ninguém mais pode comprovar inteiramente nossa experiência única do passado. Lembranças que se demonstraram incorretas ou inexatas não são, por conseguinte, dispensadas; uma recordação falsa pode ser tão duradoura e poderosa quanto uma verdadeira, especialmente se ela sustenta uma auto-imagem. “‘Fiz isso’, diz minha memória. “‘Eu não poderia ter feito isso’, diz meu orgulho e permanece inexorável”, escreveu Nietzsche: “Com o tempo a memória capitula”.⁹³

A memória não apenas capitula; ela também muda, freqüentemente de modo imperceptível. A fragilidade da recordação é uma experiência comum. Atormentados com as mudanças incorretas da Torá, os legisladores judeus insistiam que até mesmo os copistas, lendários por seus feitos mnemônicos, não deveriam transcrever nem uma única letra sem o texto diante dos olhos.⁹⁴ Tal precaução é excepcional: no geral, depositamos injustificada confiança em nossas próprias lembranças, raramente questionando sua confiabilidade. No entanto, percebemos que os *outros* geralmente recordam menos do que pensam, imaginam parte do que acreditam recordar, e dão nova forma ao passado para adequá-lo às imagens de si mesmo do presente.⁹⁵

A receptividade do testemunho de John Dean sobre o caso Watergate, no Senado americano, exemplifica a crença na suposta infalibilidade de uma memória detalhada. Dean pôde expor os subterfúgios do presidente Nixon porque as minúcias de suas lembranças de conversas com Nixon, Ehrlichman e Haldeman convenceram os senadores de sua exatidão. A memória de John Dean confirmou de fato aquilo que surgiu como sendo a verdade corrente sobre Watergate. Mas a comparação com as fitas das conversas reais na Casa Branca revela disparidades gritantes entre o que Dean disse e ouviu e o que ele pensou e alegou ter dito e ouvido. Embora Dean transmitisse o cerne das conversas, foi apenas onde ele ensaiara muitas vezes sua fala que pôde reproduzir algo que

92 Lewis, *Analysis of Knowledge and Valuation*, pp. 334-8, 353-62.

93 *Beyond Good and Evil*, p. 86; citado elogiosamente por Freud numa anotação incluída em 1910 a *Psychopathology of Everyday Life*, p. 147n.

94 Gerhardsson, *Memory and Manuscript*, pp. 29, 46; Stratton, “Mnemonic feat of the ‘Shass Pollak’”.

95 Spacks, *Imagining a Self*, p. 19 para confiança na memória no séc. 18; Berger, *Introduction to Sociology*, p. 71, para nossa própria época.

se aproximasse do relato textual; no restante, quase nenhum detalhe correspondia aos fatos.⁹⁶

Tipos de memória

As lembranças são tão multiformes quanto sugere a relação suscitada por Brockelman:

Lembro-me onde – quando criança – costumava me balançar, e me lembro da sensação do ar fustigando o meu rosto. Eu me lembro de quem venceu Napoleão em Waterloo, e me lembro que 8×9 é igual a 72. Não me esqueci de como manejar o taco de beisebol; e me lembro – não, sinto novamente em minhas pernas e pulsos trêmulos e em meu estômago, a náusea – o terror que senti quando o capitão fez de mim um “voluntário” na primeira missão de busca e ataque no Vale de Ashau. Eu me lembro da festa do meu casamento – da música, dos amigos, da comida, do vinho; mas (ó Deus!) não consigo me lembrar do rosto de meu melhor amigo que morreu há um ano... Existem memórias de todos os tipos, e elas me impregnam e me definem.⁹⁷

Nem todas essas espécies de recordação fornecem perspectivas sobre o passado – andamos, escrevemos, escovamos os dentes, manejamos um taco de beisebol sem recordar como ou quando aprendemos a fazer tais coisas. O aprendizado semântico memorizado – a tabuada, os versos de um poema, a estrutura dos aminoácidos, as capitais dos países, o nosso repertório acumulado de palavras, fatos e significados – não esclarece o passado no qual ele foi obtido. A capacidade de recitar um poema não me permite dizer quando, onde ou como o aprendi, nem recordar as outras vezes em que o recitei; reconheço um amigo na rua mas não tenho consciência de encontros anteriores que possibilitam esse reconhecimento.⁹⁸

É certo que alguns fatos memorizados são históricos em si mesmos – os soberanos da Inglaterra, os presidentes dos Estados Unidos, qualquer seqüência cronológica. Memorizar ajuda-nos a saber sobre o passado situando tais acontecimentos no tempo mas, a não ser que estejam relacionadas a outros aspectos da história, as datas que cobrem a época da presidência de Washington não transmitem nenhum *sentido* do passado.

96 Neisser, “John Dean’s memory”.

97 “Of memory and things past”, p. 309.

98 Russell, *Analysis of Mind*, pp. 166-7; Waters, “The past and the historical past”, p. 254.

Para se estar em contato com o passado requer-se uma rememoração que é normalmente consciente, freqüentemente consciente de si mesma. Ao contrário da memória semântica e da memória motora-sensorial, a assim chamada memória episódica relaciona-se a acontecimentos específicos em nossa vida.⁹⁹ Recordamos o passado como um amontoado de ocasiões distintas, reconhecidamente diferentes e, no entanto, não completamente diferentes do presente: diferente o bastante para saber que se trata de uma outra época, semelhante o bastante para nos tornar cientes de nossa continuidade com ele.

A intensidade da recordação episódica varia segundo seu propósito. Menos evocativa é a memória instrumental cotidiana – lembrar o nome de um amigo, onde jantamos no feriado ou quando pagamos o aluguel. Tal recordação ressuscita fatos, não sentimentos: “Em que ano estive internado no Hospital Lariboisière? Deixe-me ver, foi dois anos após a morte de minha irmã; foi em 1911” – reações à internação no hospital ou à morte da irmã não se impõem.¹⁰⁰ A memória instrumental se abstrai dos acontecimentos anteriores sem evocar as sensações que os acompanharam.

O passado lembrado instrumentalmente é uma paisagem convencional e estéril. Na planície uniforme do tempo, desolados cumes cronológicos, únicos sobreviventes de ambientes outrora ricos, ocupam nossa atenção. Cenários e acontecimentos não são recordados, somente a ordem e local onde aconteceram. Tal “memória reflete a vida como uma estrada com ocasionais placas de sinalização e marcos de quilometragem”, escreve o psicanalista Ernest Schachtel, “e não como a paisagem através da qual essa estrada nos conduziu”. Identificamos os eventos marcantes para onde apontam as placas de sinalização, mas pouco recordamos dos eventos em si; “não a abundância concreta de vida [mas] apenas o fato de que tal evento aconteceu”.¹⁰¹

Convenções sociais adultas fazem predominar a memória instrumental. Crianças vêem e ouvem o que ocorre; adultos vêem e ouvem o que deles se espera e lembram

99 Tulving, *Elements of Episodic Memory*, pp. 17-120; vide também “acontecimento” e memória “factual” em Perry, “Personal identity, memory, and the problem of circularity”, p. 144. Recordação repetida pode transformar a memória episódica em semântica, como as recordações ensaiadas de John Dean tornando-se estáveis, imutáveis e divorciadas do sentido de *self*. Vide Flavell, *Cognitive Development*, pp. 184-9.

100 E. Pichon, “Essai d’étude convergente des problèmes du temps” (1931), citado por Minkowski em *Lived Time*, p. 152.

101 Schachtel, *Metamorphosis*, p. 287.

principalmente o que eles pensam que devem lembrar. O fato de lembrarmos pouco dos primeiros anos de nossa vida deriva menos da repressão do que da perda de recordações sensíveis, experiências estas que os adultos nem ao menos conseguem imaginar experimentar. Os esquemas da memória adulta não têm espaço para odores, sabores e outras sensações vívidas, ou para o pensamento pré-lógico e mágico da primeira infância; se a experiência profundamente sentida for socialmente inadequada, ela não se registra ou é esquecida.¹⁰² A recordação instrumental é um conjunto significativo de sinais e marcos que lembram um mapa rodoviário, um guia de viagem, um calendário. Muitas lembranças sofrem desgaste similar: os indivíduos submetidos às famosas experiências de Bartlett reduziram as histórias complexas que deviam recordar a pequenas histórias bastante convencionais de modo a torná-las “aceitáveis, compreensíveis, adequadas e diretas”.¹⁰³

Ao contrário da recordação instrumental, o devaneio inclui e até mesmo realça sentimentos lembrados. Os devaneios revelam imagens explícitas, mas evidentemente incompletas do passado, aspectos específicos de cenas passadas que nos tornam conscientes de que *poderia* haver mais para recordar. Para recuperar uma impressão perdida, para ver e sentir novamente o que experimentamos antes, nos é exigido com frequência um esforço deliberado no início, após o qual estados de devaneio se auto-engendam.

A memória afetiva de maior intensidade revela um passado tão rico e vívido que nós quase o revivemos – como o crítico que quando fechava seus olhos não se “lembrava” do filme *Kagemusha*, mas sim “o via novamente”.¹⁰⁴ Ao recordar sua estadia em Veneza, Brockelman diz que consegue “ver os prédios, eu ouço a conversa, sinto a textura da cadeira na qual me sento;... sinto o cheiro da brisa que vem da baía, ouço a nuvem de pombos a meus pés; sinto a frustração que senti, e meu coração se confrange enquanto ‘guardo de novo’ a chegada do meu amor... posso permanecer aqui sentado em meio a recordações e quase me perco, quase passando suavemente para o interior do passado”.¹⁰⁵

102 Ibid., pp. 279-322; Piaget and Inhelder, *Memory and Intelligence*, pp. 378-401; Albert J. Solnit, palestra no University College London, 6 março, 1984.

103 Bartlett, *Remembering* (1932), p. 89. Os críticos sugerem que os sujeitos de Bartlett fizeram mudanças tão extensas porque foram pressionados a reproduzir lembranças coerentes e acabadas (Gauld e Stephenson, “Some experiments relating to Bartlett’s theory of remembering”).

104 Robert Hatch, “Films”, *The Nation*, 15 nov. 1980, p. 522.

105 “Of memory and things past”, p. 321.

Não é a introspecção que revela essas recordações intensificadas, mas a casual reativação de sensações esquecidas, quase sempre um toque, um odor, um sabor ou um som. Assim como a melodia nostálgica dos Alpes, o que estimulou a memória de Cowper foi o sino da aldeia:

Cristalino e sonoro, enquanto avança o vendaval!
Com força suave ele abre todas as alcovas
Onde a memória dormia. Seja onde for que eu tenha ouvido
Uma melodia afim, a cena retorna vividamente à memória,
E com ela todos seus prazeres e pesares.¹⁰⁶

Um irresistível “reconhecimento antigo e difícil de suportar” do passado chegou a Stegner “em parte por meio das crianças, da passarela e da suave curva do rio, mas muito mais através do odor. Pois aqui, pungente e penetrante, encontra-se o cheiro que sempre representou minha infância”, composto pela água do rio, lama, tábuas úmidas dos bancos, o trampolim com ponteira de estopa, que por um momento transformaram a memória em realidade.¹⁰⁷ Tal recordação parece visceral; na frase de Proust, “nossos braços e pernas estão cheios de lembranças entorpecidas”.¹⁰⁸

Essas recordações intensas são singularmente involuntárias, e quanto mais vívida a sensação menos acessível ela é à recuperação deliberada. Mas embora surjam involuntariamente, tais aparições surgem apenas se realmente as desejarmos. Uma recordação tão intensa é freqüentemente angustiante; até mesmo uma lembrança agradável pode evocar dolorosamente um conflito antigo. Como na terapia analítica, tais acontecimentos lembrados perdem sua influência coercitiva e se apagam no passado indefinido somente quando esse conflito foi resolvido.¹⁰⁹

Certas recordações intensas parecem trazer o passado não apenas de volta à vida, mas à existência simultânea com o presente, fazendo-o parecer “mais próximo do que o presente, o qual tanto assombra quanto hipnotiza”.¹¹⁰ De Quincey descreve uma se-

106 *The Task* (1785), Liv VI, linhas 10-14, p. 220.

107 *Wolf Willow*, p. 18.

108 *Remembrance of Things Past*, 3:716.

109 “Revivido de fato em toda sua intensidade”, o passado “parece ser, mesmo no caso de uma recordação agradável, dor agonizante” (Pichon, “Essai ... des problèmes du temps”, citado por Minkowski em *Lived Time*, p. 152; vide também pp. 159-61). Vide Poulet, *Studies in Human Time*, p. 298.

110 Shattuck, *Proust's Binoculars: A Study of Memory, Time, and Recognition in "A la recherche du temps perdu"*, pp. 48-9; vide Shore, “Virginia Woolf, Proust, e Orlando”, pp. 237-41

nhora idosa cuja paramnésia combinava recordação completa com confluência temporal: “Em um momento, num piscar de olhos, cada ato, cada aspecto de sua vida passada revivia, ordenando-se não como uma sucessão mas como partes de uma coexistência”.¹¹¹ Como “*déjà vu*” – a sensação de que já vimos antes o que sabemos estar vendo agora pela primeira vez – a paramnésia funde um passado e um presente ainda distinguíveis. Poulet rastreia essa experiência obsessiva, freqüentemente induzida pelo ópio, de Rousseau a Coleridge, Byron, Blake e Swedenborg, até De Quincey, Baudelaire e Proust.¹¹² “Às vezes tenho a impressão de haver vivido 70 ou 100 anos em uma noite”, relatou De Quincey, que amplificou o tempo de experiência para obter uma ilusão de eternidade, ampliando a curta duração da vida com o maior número possível de lembranças.¹¹³ O livro *Em busca do tempo perdido*, de Proust, foi “uma busca infinita para trazer o passado de volta ao presente, o passado não como passado, não como uma série de pontos no tempo, mas como um todo simultâneo inteiramente recuperado”.¹¹⁴ Mas o estado paramnésico impossibilita os viciados de fazerem a distinção entre passado e presente – talvez até mesmo entre vida e morte. Caminhando por uma cidade em 1928, Borges fazia conjecturas sobre sua infância, e repentinamente “o simples pensamento *de que estou vivendo em mil oitocentos e...* deixou de ser um conjunto de palavras semelhantes e mergulhou em uma realidade. Eu me senti morto, como um observador abstrato do mundo”, incapaz de separar “um momento pertencente a seu passado aparente de outro pertencente a seu presente aparente”.¹¹⁵

Cada tipo de recordação subtende sua própria perspectiva sobre o passado. A memória instrumental não possui envolvimento; seu passado esquematizado aponta simplesmente para o mais importante presente. O devaneio recorda sentimentos específicos e nos incentiva a comparar modos de ser passados com modos de ser presentes. A rememoração total nos joga a contragosto no passado; o presente é oprimido por acontecimentos anteriores tão importantes ou traumáticos que eles são revividos como se

111 *Suspira de Profundis* (1845), p. 245.

112 Timelessness and Romanticism”. “Não era uma mera sensação análoga nem mesmo um mero eco ou réplica de uma sensação passada ... era aquela própria sensação passada” (Proust, *Remembrance of Things Past*, 3:907).

113 *Confessions of an English Opium-Eater* (1822), p. 115.

114 Poulet, “Timelessness and Romanticism”, p. 22.

115 “A new refutation of time”, p. 55. Compare esse desespero com o protagonista de James em *Sense of the Past*.

praticamente estivessem ainda ocorrendo. As recordações de guerra de Minkowski exemplificam essas distinções: “Atitudes completamente diferentes relativas ao passado estão em ação quando narramos o que fizemos durante a guerra, quando tentamos reviver o que sentimos durante aquele suplício, e, finalmente, quando o sentimos ainda presente em cada fibra de nosso ser, quando o sentimos nessas condições ele se transforma em uma parte de nosso presente até mesmo mais do que o presente *de fato*”.¹¹⁶

Normalmente, no entanto, a memória justapõe esses tipos de recordação, continuamente enfatizando ora um ora outro. Todo o *continuum* desde a lembrança funcional passando pelo devaneio até a imersão virtual em um tempo passado molda conjuntamente nossa percepção do passado relembrado. Originando-se desses desiguais níveis de apreensão, esse passado pode parecer confusamente multiforme. Ainda assim a memória, apesar de multiforme, parece ser uma distinta categoria da experiência. Recordar a sensação da areia entre os dedos dos pés na praia é bastante diferente de recordar onde deixamos as chaves de casa, não obstante estarmos conscientes de que ambas envolvem a percepção do passado. Esses níveis de memória não estão segregados; nós os sentimos como um conjunto. A recordação instrumental mescla-se com a recordação espontânea; sonhamos de olhos abertos sobre aquelas férias de verão ao mesmo tempo que tentamos lembrar onde colocamos aquelas chaves. Modos diferentes de lembrar permitem perspectivas dessemelhantes dentro do passado, mas o processo de recordar funde todas elas.

E, na verdade, eles têm mesmo algo em comum. Toda memória transmuta experiência, destila o passado em vez de simplesmente refleti-lo. De tudo o que é exibido no meio ambiente, recordamos apenas uma pequena fração daquilo que nos é impingido. Assim a memória filtra novamente o que a percepção já havia filtrado, deixando-nos somente fragmentos dos fragmentos do que inicialmente estava exposto.

Esquecer

Para que a memória faça sentido devemos esquecer quase tudo o que vimos, para evitar que nos tornemos semelhantes a “Funes, o Memorioso”:

116 *Lived Time*, p. 153.

Ele se lembrava das formas das nuvens austrais do amanhecer do 30 de abril de 1882 e podia compará-las em sua recordação aos veios marmóreos da encadernação em couro de um livro que vira somente uma vez e às esteiras de borrifo d'água que um remo sulcou no rio Negro na véspera da batalha do Quebracho... Funes recordava não apenas cada folha de cada árvore de cada bosque, como também cada uma das vezes que a tinha percebido ou imaginado... “Minha memória, senhor, é como despejamento de lixo”.

O peso dessas recordações desarticuladas e aleatórias mostra-se ao final intolerável. “Pensar é esquecer uma diferença, generalizar, abstrair. No mundo transbordante de Funes não havia nada a não ser detalhes.”¹¹⁷

As lembranças precisam ser continuamente descartadas e combinadas; somente o esquecimento nos possibilita classificar e estabelecer ordem no caos. “Uma importante condição para o lembrar”, como coloca Whitrow, “é nossa capacidade de esquecer.”¹¹⁸ Como Henry James, devemos deliberadamente circunscrever nossas recordações: “A caixa de retalhos da memória estava dependurada em um gancho no meu armário, embora eu aprendesse com o tempo a controlar o hábito de abri-la”.¹¹⁹ A memória à qual se recorre com demasiada freqüência não mais vivifica o presente mas sim o inunda. De fato, lembrar mais do que uma pequena fração do nosso passado consumiria um tempo absurdamente enorme. Assim como Tristram Shandy, que levou um ano para recontar apenas o primeiro dia de sua vida, “levaríamos uma vida inteira para registrar uma vida inteira”, observa Charles Rycroft, “e qualquer um que tentasse escrever um relato detalhado de sua vida seria apanhado num retrocesso infinito, sendo obrigado a despendar tempo e palavras na descrição da elaboração de sua autobiografia”.¹²⁰

As cenas e acontecimentos mais vividamente lembrados são freqüentemente aqueles que permaneceram esquecidos por algum tempo. “Se uma imagem ou sensação advinda do passado deve ser verdadeiramente reconhecida, ... precisa ser novamente evocada... após um período de ausência”, diz Roger Shattuck ao interpretar Proust. “A imagem

117 Borges, pp. 40, 42-3. Para um exemplo real de tal memória eidética, vide Oliver Sacks, “The twins”, N.Y. Review of Books, 28 fev. 1985, p. 16.

118 Whitrow, *Natural Philosophy of Time*, p. 85, elaborado sobre *Diseases of Memory* de Théodule Armand Ribot (1885). Vide também Aristides, “Disremembrance of things present”, p. 164.

119 James, *A Small Boy and Others*, p. 41.

120 Sterne, *Tristram Shandy*, Liv IV, Cap. 13, 2:49; Rycroft, “Analysis and the autobiographer”. Vansina calcula que um indivíduo de 40 anos precisaria de seis meses para recordar tudo que fosse potencialmente possível (“Memory and oral tradition”, p. 265). Sobre o paradoxo de Shandy, vide Mendilow, *Time and the Novel*, p. 184.

ou experiência original devem ter sido esquecidas, completamente esquecidas... A verdadeira memória ou reconhecimento cresce tomando forma a partir de seu oposto: *oubli*.¹²¹ Segundo as próprias palavras de Proust:

À medida que o hábito tudo enfraquece, aquilo que melhor nos faz lembrar de uma pessoa é exatamente o que havíamos esquecido. É graças tão-somente a esse esquecimento que conseguimos de tempos em tempos recuperar a pessoa que fomos, colocar-nos em relação às coisas assim como aquela pessoa se colocava ... Devido à ação do esquecimento, a memória que retorna... nos faz respirar um novo ar, um ar que é novo precisamente porque o havíamos respirado no passado, ... uma vez que os verdadeiros paraísos são os paraísos que perdemos.¹²²

De fato, o longo texto retorcido de *Em busca do tempo perdido* faz com que o leitor esqueça o que leu no início, para recordá-lo no final, chocado pelo reconhecimento.¹²³

Esquecer muito não é apenas desejável; é inevitável. Acontecimentos repetitivos fundem-se na rememoração: como cada vez que vou comprar pão é praticamente igual à vez anterior, somente a primeira e a última experiência tendem a ser lembradas.¹²⁴ Ao contrário da crença geral, esquecemos a maioria das nossas experiências; a maior parte do que nos acontece é logo irremediavelmente perdida. “Tenho a expectativa de que as lembranças sejam duradouras pois, assim como os demais, posso recuperar um grande número de lembranças muito antigas, algumas das quais de vinte ou trinta anos atrás”, mas Marigold Linton percebeu que sua expectativa era ilusória: não temos consciência das muitas coisas que esquecemos, exatamente porque as esquecemos. Linton, ao examinar periodicamente seu diário, no qual ela anotara os principais acontecimentos do seu cotidiano durante o ano de 1972, descobriu que a memória modificara flagrantemente acontecimentos registrados dois anos antes; após três ou quatro anos muitas das informações registradas não conseguiram fazer emergir qualquer recordação. Detalhes originalmente significativos de sua vida tornaram-se fragmentos sem sentido, frases inteiras completamente ininteligíveis; e sua capacidade de recordar fatos diminuía com

121 Proust's *Binoculars*, p. 63. Vide Joseph Frank, “Spatial form in modern literature”, pp. 238-9.

122 *Remembrance of Things Past*, 1:692, 3:903.

123 Shattuck, *Proust's Binoculars*, pp. 100, 105.

124 Vansina, “Memory and oral tradition”, p. 264.

o passar do tempo, até que, seis anos depois, um terço dos acontecimentos registrados havia desaparecido por completo da memória.¹²⁵

Essas perdas transformam o passado recordado em “ilhas em uma paisagem confusa e feita de camadas, como as saliências esparsas que surgem após uma nevasca, o poste telegráfico, a protuberância do maquinário agrícola e as cercas encobertas pela neve”, nas palavras de Lively.¹²⁶ “Revivemos nossos passados não em sua seqüência contínua, dia após dia”, escreveu Proust, “mas sim através de uma memória concentrada no frescor ou calor do sol de alguma manhã ou tarde”; entre essas cenas isoladas existem “vastas áreas de esquecimento”.¹²⁷ Esquecimento é o destino de muitos acontecimentos de enorme importância na época em que aconteceram. Comparando experiências de guerra com lembranças que delas ficaram trinta e cinco anos mais tarde, Tom Harrison descobriu que a maioria das pessoas havia esquecido coisas que não poderiam imaginar que esqueceriam. Por exemplo, o escritor Richard Fitter não conseguia se lembrar de sua passagem por Coventry e “mal pôde acreditar em seus olhos quando confrontado com suas anotações feitas a mão a respeito de uma longa visita ao lugar, incluindo importantes conversas com altas autoridades”.¹²⁸

Revisar

As lembranças também se alteram quando revistas. Ao contrário do estereótipo do passado relembrado como imutavelmente fixo, recordações são maleáveis e flexíveis; aquilo que parece haver acontecido passa por contínua mudança. Quando recordamos, ampliamos determinados acontecimentos e então os reinterpretemos à luz da experiência subsequente e da necessidade presente.

A inteligibilidade é uma dessas necessidades: coisas inicialmente ambíguas ou inconsistentes tornam-se coerentes, claras, diretas. “A memória é a grande organizadora da consciência”, escreve Susanne Langer. “A experiência real é um emaranhado de visões, sons, sentimentos, esforços físicos, expectativas”, percepções que a memória

125 Linton, “Transformations of memory in everyday life”, p. 86. Vide idem, “Real-world memory after six years”.

126 Lively, *Going Back*, p. 11.

127 *Remembrance of Things Past*, 2:412-13.

128 Harrison, *Living through the Blitz*, p. 327.

simplifica e compõe. Acima de tudo, a memória transforma o passado vivido naquilo que posteriormente pensamos que ele deveria ter sido, eliminando cenas indesejáveis e privilegiando as desejáveis.¹²⁹

Recordações subseqüentes redesenharam as experiências de guerra para adequá-las aos cânones de comportamento e sentimento apropriados. Quando tocava piano num dia de setembro de 1939, uma jovem de Stepney não pôde ouvir nem a declaração de Neville Chamberlain nem o alerta da primeira sirene; sua mãe começou então a gritar com ela, seu pai a dar ordens peremptórias e inúteis conselhos. A memória alterou tudo isso: “Estávamos reunidos em nossa pequena sala de estar... todos juntos, ainda que uma vez na vida”, ela recordou, ouvindo o rádio e “completamente abalados” pelas sirenes que ela, de fato, jamais ouvira. Durante anos contou essa história, que não aparece em nenhum lugar de seu sincero documento original, como um relato verdadeiro dos seus primeiros dias da guerra. Harrisson acrescenta que “aqueles que não mantêm algum registro normalmente distorcem ainda mais os fatos”.¹³⁰

Pessoas próximas a Orwell também tinham lembranças errôneas a seu respeito pois “testemunharam” incidentes que ele na verdade inventara ou “recordaram” terem opiniões sobre ele que somente poderiam ter sido formadas após leitura subseqüente. Por exemplo, a irmã de Orwell detestava o pouco que conhecia de suas obras enquanto o escritor estava vivo; sua familiaridade e admiração pela obra do irmão vieram somente com a fama póstuma; uma entrevista por ela concedida à BBC logo após a morte de Orwell revela como “essa mudança chocante de opinião também contaminou suas lembranças sobre o passado”, agora entremeadas com aprovação retroativa à obra de seu irmão. “O passado é filtrado por tudo que é aprendido subseqüentemente”, conclui Bernard Crick:

Os chefes de tribo Cherokee leram livros de antropologia antes de serem entrevistados pelos antropólogos, e notáveis literatos leram seus primeiros ensaios sobre Orwell pouco antes de serem entrevistados e então os narraram novamente com elogiável exatidão... Lembranças dos dias de obscuridade de um homem famoso podem tornar-se terrivelmente confusas pela leitura e lembrança de escritos posteriores sobre ele... É simplesmente muito difícil se chegar a genuínas lembranças ou re-lembranças.¹³¹

129 *Feeling and Form*, p. 263. “O passado se ergue diante de nós ... ao haver atingido unidade suficiente para ser recordado como tal” (Casey, “Imagining and remembering”, p. 203).

130 *Living through the Blitz*, pp. 325-6.

131 “Orwell and biography”.

Essas advertências se aplicam da mesma forma ao nosso próprio passado. Assim como “o marido que confessa reinterpreta os casos de amor do seu passado colocando-os em uma linha ascendente que culmina em seu casamento”, observa Berger, “continuamos reinterpretando nossa biografia da mesma forma que os stalinistas continuaram a reescrever a Grande Enciclopédia Soviética”.¹³² Tais revisões podem parecer repressíveis, mas são naturais e mesmo necessárias; assim como outros historiadores, nós reescrevemos incessantemente nossa história pessoal porque, por ocasião dos acontecimentos, raramente podemos predizer qual será ou que dimensão terá seu significado no futuro.¹³³ A conversão pode transformar dramaticamente todo nosso passado lembrado: as *Confissões* de Santo Agostinho e *Apologia pro vita sua* de Newman revelam vidas anteriores novamente reinterpretadas e periodizadas; nossa própria família emerge do caldeirão conceitual da revelação psicanalítica “como figuras metamorfoseadas do panteão freudiano”; tudo do passado somente *agora* faz sentido.¹³⁴ Uma autobiografia, portanto, é “um registro que fazemos daquilo que todos os nossos *selves* anteriores escolheram para recordar dos *selves* que os precederam”, o resultado de uma dialética “entre o ‘eu’ presente e o ‘eu’ passado, ao final da qual ambos mudaram”; o psicanalista vê a si mesmo “como um autobiógrafo auxiliar” que pode “assinalar preconceitos relativos, tipicamente, à autodifamação ou autojustificação, e diferenciar entre a verdadeira voz [do analisando] e as suas imitações aprendidas, tipicamente, de outras vozes ancestrais”.¹³⁵

Contudo, a revisão com frequência é tão distraída quanto não intencional. A memória tão alardeada de John Dean transformou inconscientemente o que de fato acontecera no que ele próprio havia sentido e desejado que acontecesse; suas lembranças assim como a de todos foram construídas, encenadas e centradas em si mesmo.¹³⁶

Ao contrário do panorama esquematizado da memória funcional, acontecimentos recordados com paixão são com frequência mais enfáticos do que quando originalmente experimentados. Da mesma forma que esquecemos ou apagamos cenas que a princípio

132 *Invitation to Sociology*, pp. 75, 71.

133 Linton, “Transformations of memory”, p. 88.

134 Berger, *Invitation to Sociology*, pp. 76-7. Vide Hankiss, “Ontologies of the self: on the mythological re-arranging of one’s life-history”; Gagnon, “On the analysis of life accounts”.

135 Rycroft, “Analysis and the autobiographer”, p. 541.

136 Neisser, “John Dean’s memory”, p. 157.

não nos impressionaram, exageramos aquelas que nos impressionaram. Um lugar pode ser erroneamente lembrado como uniformemente coberto de gelo e varrido pelo vento, caso uma tempestade de neve fosse a nossa mais memorável experiência naquele local; a recordação de uma rara nevada na Cidade do Cabo, em 1926, cujas fotografias são exibidas nas salas das casas dos habitantes, dão uma impressão completamente falsa do clima habitual dessa cidade. Disfarçamos a diversidade e aniquilamos incontáveis imagens antigas em algumas lembranças dominantes, acentuando qualquer característica singular e exagerando seu esplendor ou fragilidade.¹³⁷ Tais ênfases corroboravam a arte clássica da memorização. “Quando vemos, no cotidiano, coisas que são insignificantes, comuns e banais, geralmente não conseguimos lembrar delas porque a mente não está sendo instigada por nada novo ou maravilhoso”, segundo um antigo texto. “Mas se vemos ou ouvimos algo excepcionalmente vil, desonroso, singular, formidável, inacreditável ou ridículo, disso nos lembraremos durante muito tempo”.¹³⁸ O treinamento da memória concentrou-se então em imagens vívidas, poderosas, até mesmo grotescas.

Lugares lembrados tendem a convergir, a menos que sejam especialmente distintos: um conjunto de cenas sucessivas pode se consubstanciar em uma ou duas, recordadas com as características genéricas de todas. A memória do visitante sincretiza as universidades de Oxbridge, transpõe Exmoor para Dartmoor, julga que as South Downs e as North Downs são uma só. A memória também reorganiza os acontecimentos no tempo, misturando a seqüência em que as cidades foram visitadas, apresentando os episódios na ordem em que deveriam ter ocorrido. Quando a precisão do calendário não é essencial, as datas lembradas são muitas vezes vagas ou caleidoscópicas; “há muito” ou “outro dia” é o suficiente. O passado recordado não é uma cadeia temporal consecutiva, mas um conjunto de momentos descontínuos içados da corrente do tempo. “Podemos recordar vividamente determinados acontecimentos de nosso passado sem podermos datá-los”, sugere Siegfried Kracauer, e quanto mais prontamente os recordarmos mais propensos estaremos a “julgar incorretamente sua distância temporal do presente ou destruir sua ordem cronológica”.¹³⁹ Quase todas as pessoas

137 Ian Hunter, *Memory*, p. 279.

138 *Ad Herennium* (c.86-82 B.C.), citado por Yates em *Art of Memory*, p. 25; também pp. 17-41.

139 “Time and history”, p. 69. Vide Fraisse, *Psychology of Time*, p. 161.

marcam os acontecimentos em si, e não a data em que ocorreram. Não dizem “isso aconteceu em 1930” ou “aquilo aconteceu em 1925” ou coisas semelhante. Dizem “isso aconteceu no ano em que o velho moinho foi destruído pelo fogo” ou “aquilo aconteceu depois que o raio atingiu o grande carvalho e matou o fazendeiro James” ou “aquele foi o ano da epidemia de pólio”. Assim, naturalmente, é claro, os fatos de que se lembram não seguem nenhuma seqüência definida... Há apenas fragmentos surgindo aqui e ali.¹⁴⁰

A recuperação da memória é raramente seqüencial; localizamos os acontecimentos recordados por associação e não por um trabalho metódico, avançando ou recuando no tempo, e tratamos o passado como “um museu arqueológico de fragmentos ... casualmente justapostos”.¹⁴¹

Seja ordenado ou casual, o passado lembrado diverge substancialmente da experiência original. Não podemos mais aceitar o ponto de vista de Bergson, de que a função da memória é conservar todo o passado, ou a visão de Penfield, de que cada acontecimento apreendido pode ser reconstituído com precisão. Ao contrário, a passagem do tempo provoca mudança qualitativa da memória bem como sua perda. Novas experiências alteram continuamente os esquemas mentais que moldam o que foi previamente lembrado. “Ao longo da nossa vida, reorganizamos nossas lembranças e idéias do passado”, escrevem Piaget e Inhelder, “conservando mais ou menos o mesmo material, mas adicionando outros elementos” que mudam seu sentido e importância.¹⁴² Como Freud percebeu, “nossas lembranças da infância nos mostram nossos primeiros anos não como eles foram mas como eles nos pareceram ter sido em épocas posteriores, quando as lembranças foram estimuladas”¹⁴³. De fato, cada ato de lembrar altera novamente as lembranças. Da mesma forma, contar as lembranças também as altera, pois “o próprio ato de falar sobre o passado tende a cristalizá-lo numa linguagem específica mas um tanto arbitrária”, comenta Donald Spence; uma vez narrada como história, a lembrança original nunca mais pode ser vivida como um vago devaneio Wordsworthiano.¹⁴⁴ Para comunicar uma narrativa coerente precisamos não apenas reformular o passado antigo como ainda criar um novo. “Longe de ser uma máquina do tempo por meio da qual é possível voltar ao passado para averiguar o que se passou”, segundo a

140 Christie, *By the Pricking of My Thumbs*, p. 174.

141 Donato, “Ruins of memory: archeological fragments and textual artifacts”, p. 595.

142 *Memory and Intelligence*, p. 381.

143 “Screen memories” (1899), 3:322. Vide Kris, “Recovery of childhood memories”, p. 56.

144 *Narrative Truth and Historical Truth*, pp. 92, 173, 175.

frase de Roy Schafer, o analista (ou qualquer pesquisador) coloca sua própria marca em nosso passado ao extrair e freqüentemente recontar com suas próprias palavras, uma narrativa moldada pela sua interação conosco.¹⁴⁵

Outras mudanças são inerentes ao amadurecimento, ao envelhecimento e às distâncias entre as gerações. Na nossa infância, nossos pais parecem completamente diferentes de nossos avós; à medida que crescemos e nossos pais envelhecem, eles se tornam cada vez mais parecidos com nossos avós. Após a morte da avó de Proust, sua mãe pareceu assimilar grande parte das suas características, parte em função de sua idade avançada, e parte como repositório de lembranças antes associadas à avó; “os mortos anexam os vivos que se tornam suas réplicas e sucessores”.¹⁴⁶ Imagens lembradas de épocas anteriores, elas mesmas anteriormente alteradas, tornam mais antigo o passado recente.

O equilíbrio entre nossas próprias lembranças e as dos outros também muda com a idade. Um mundo dominado por velhos dotados de lembranças mais extensas e antigas do que as nossas dá lugar, ao envelhecermos, a um mundo de jovens que compartilham somente nossas experiências mais recentes. As lembranças da infância dos jovens são continuamente ampliadas pelas recordações aparentemente oniscientes dos mais velhos, uma vez que os idosos, agora as únicas testemunhas oculares daqueles primeiros anos, deles desfrutam incontestáveis lembranças. Mas suas interpretações dos acontecimentos recentes diferem das dos jovens que com eles compartilham esse mesmo passado recente.¹⁴⁷ Conexões que vão se ampliando com vários segmentos de tempo, agora sob custódia exclusiva, agora contestadas por aqueles que detêm lembranças mais antigas ou mais recentes, alteram assim tanto o conteúdo quanto a veracidade do passado.

Uma vez que os atuais processos mentais reorganizam continuamente a memória, como se pode demonstrar que a apreensão do passado difere da apreensão do presente? A resposta de Piaget é que a experiência e a memória despertam diferentes expectativas temporais. A ação impregna constantemente a percepção do presente, alterando coisas pela vontade ou por acaso. O passado, porém, já foi sancionado e, por mais distorcida ou alterada a recordação, as coisas permanecem o que foram e jamais podem ser revogadas.¹⁴⁸ Uma sensação de plenitude que advém da percepção tardia é inevitável, tanto na memória quanto na história. Como Walter Benjamin colocou, um homem que

145 “Narration in the psychoanalytic dialogue”, p. 33.

146 “*Remembrance of Things Past*, 2:796-7. Vide Halbwachs, *Collective Memory*, p. 67.

147 Kastenbaum, “Time, death and ritual in old age”, pp. 24-5; Halbwachs, *Collective Memory*, pp. 68-9.

148 *Memory and Intelligence*, pp. 399-404.

morre aos trinta e cinco anos é lembrado “em qualquer fase de sua vida [como] um homem que morre aos trinta e cinco anos”;¹⁴⁹ nós não conseguimos desvencilhar das recordações que temos de seus primeiros anos nosso conhecimento de sua morte subsequente.

O conhecimento prévio explica por que a memória frequentemente decepciona. “As imagens do passado que nós recuperamos são datadas”, acredita S. de Beauvoir. “Nossa vida nos escapa – ela foi frescor, novidade e desabrochar. E agora aquele frescor se perdeu.”¹⁵⁰ A recuperação da memória não alcança a experiência inicial. Ao visitar a Abadia Tintern após cinco anos, Wordsworth lamentou sua impossibilidade de recapturar a intimidade de sua primeira visita: “Um apetite; um sentimento e um amor, / Que não necessitavam de um encanto mais remoto, / Supridos pelo pensamento”.¹⁵¹ Porém, foram as reflexões avivadas pela segunda visita que deram origem ao poema. A memória deprecia as experiências originais apenas quando esperamos que elas sejam duplicadas; suas transformações podem realçá-las.¹⁵² É relacionando o passado ao presente que as lembranças se tornam importantes para Proust, e para todos nós. “A imagem lembrada é combinada com um momento no presente possibilitando um exame do mesmo objeto”, explica Shattuck. “Assim como nossos olhos, nossas lembranças devem ver em dobro; essas duas imagens então convergem em nossa mente em uma única realidade intensificada.”¹⁵³

A função fundamental da memória, por conseguinte, não é preservar o passado mas sim adaptá-lo a fim de enriquecer e manipular o presente.¹⁵⁴ Longe de simplesmente prender-se a experiências anteriores, a memória nos ajuda a entendê-las. Lembranças não são reflexões prontas do passado, mas reconstruções ecléticas, seletivas, baseadas em ações e percepções posteriores e em códigos que são constantemente alterados, através dos quais delineamos, simbolizamos e classificamos o mundo à nossa volta. E

149 “The storyteller”, p. 100.

150 *Old Age*, p. 407.

151 “Lines composed a few miles above Tintern Abbey” (1798), linhas 80-2, 2:261.

152 Donato, “Ruins of memory”, p. 580.

153 *Proust's Binoculars*, p. 47.

154 Hunter, *Memory*, pp. 202-3. “Não somente a experiência presente permanece no passado, mas o presente fornece o incentivo para a visualização do passado” (Kris, “Recovery of childhood memories”, p. 55). Vide Spence, *Narrative Truth and Historical Truth*, p. 98.

as recordações longínquas dos esquemas atuais de pensamento, tais como as vívidas experiências sensoriais da primeira infância, ou recordações de nenhuma consequência atual, tais como ultrapassadas lições escolares, estão irremediavelmente perdidas.

Apesar disso recordamos muito mais do que precisamos apenas para lidar com a vida presente. A memória, que rouba “chama / Das fontes do passado, / Para glorificar o presente”,¹⁵⁵ permite-nos não apenas seguir mas elaborar esforços anteriores, não apenas para sobreviver no mundo atual mas para elaborar nossos momentos e dias com uma justaposição de tempos densamente entrelaçados, que faz a mente mortal parecer imperecível.

História

A função do historiador não é simplesmente preencher as lacunas da memória. Ele constantemente contesta até mesmo aquelas lembranças que sobreviveram intactas.

Yosef Hayim Yerushalmi
*Zakhor: Jewish History and Jewish Memory*¹⁵⁶

O estudo da memória nos ensina que todas as fontes históricas estão desde o princípio banhadas de subjetividade.

Jan Vansina
*“Memory and Oral Tradition”*¹⁵⁷

A história expande e elabora a memória ao interpretar fragmentos e sintetizar relatos de testemunhas oculares do passado. No seu sentido mais amplo, a consciência histórica refere-se não apenas aos anais da civilização mas à era pré-histórica, que não tem registros escritos. Sua ausência não nos impede de perceber que o período anterior à escrita teve uma história, nem impede uma compreensão dessa história. Narrativas orais, filmes, obras de ficção, obras de arte – pinturas e esculturas que representam ou refletem idéias sobre o passado – transmitem uma compreensão histórica tanto da pré-história quanto de épocas posteriores. Até mesmo em sociedades letradas, a maioria das informações a respeito do passado, senão todas, são transmitidas oralmente.

155 Tennyson, “Ode to memory” (1830), linhas 12-13, p. 211. Vide J.D. Hunt, “Poetry of distance”, p. 94; Kissane, “Tennyson; passion of the past and the curse of time”.

156 1982, p. 94.

157 1980, p. 276.

A muda natureza também teve uma carreira histórica. “Pedras, árvores, animais têm um passado possível de ser conhecido, mas nenhuma história”, pensava Vico, uma vez que nenhum propósito consciente deu vida àquele passado;¹⁵⁸ não obstante, a compreensão histórica agrupa o passado de entidades não humanas. A zoologia, a botânica, a geologia e a astronomia históricas não têm as funções motivadoras da história humana, mas o passado que descortinam é, entretanto, “histórico”.

O alcance substantivo da apreensão histórica também transcende a história convencional, compreendendo uma perspectiva mais abrangente, uma série mais ampla de fontes e uma noção mais inclusiva de “verdade”.¹⁵⁹ Nosso sentido do passado histórico deriva menos dos livros de história do que do cotidiano que vivenciamos a partir da infância.

A história não se transmite de cima para baixo,
Ela é transmitida de baixo para cima...
A história está no quicar de uma bola,
No estalido de uma corda de pular.¹⁶⁰

Em torno dos acontecimentos que viveu, e mais além, *Everyman* de Carl Becker elabora “um padrão visto de modo mais obscuro... de coisas supostamente ditas e feitas em um passado que ele não conheceu... A partir dos mais diversos encadeamentos de informação, recolhidos da maneira mais casual, das fontes mais díspares... ele, de alguma forma, consegue moldar a história, quase sempre de forma não deliberada”.¹⁶¹ E a história de *Everyman* é muito mais difusa do que a dos profissionais”. Apesar de toda especialização dos historiadores e arqueólogos, a história permanece, segundo Rosemary Harris, “um tema algo indefinido, semi-ficcional, em parte fato, em parte mito e suposição”.¹⁶²

158 Berlin, *Vico and Herder*, p. 29.

159 Pocock, “Origins of the study of the past”, p. 215. Jacques Le Goff vê “uma história total” que “abrange todos os estudos relacionados com homem e tempo” (*Nouvelle Histoire*, p. 11).

160 W.R. Rodgers, citado por Vicky Payne em “Taking Ireland’s history off the streets”, *Observer Mag.*, 2 dez. 1979, pp. 75-7.

161 Becker, “Everyman his own historian”, pp. 14-15.

162 “How to enjoy the first lessons in developing a sense of the past”, *The Times*, 31 jan. 1973, p. 10. A consciência histórica amplia-se também por conjecturas a respeito de acontecimentos não registrados e aqueles cujos registros foram perdidos ou destruídos; por especulações sobre um passado que poderia ocorrer algum dia, ou um que jamais poderia ter acontecido, como um encontro entre Tamerlane e

O entendimento do passado abrange todas as formas de exploração. Assim como os vários níveis de memória se fundem para produzir o conhecimento múltiplo, também esses fragmentos históricos heterogêneos – coisas anteriores à memória, fora do âmbito da nossa experiência pessoal ou dependentes de relatos de outrem – convergem da mesma forma nos esforços de *Everyman*.

As perspectivas sobre o entendimento histórico são tão diversas quanto os seus componentes. Elas incluem aquilo que, às vezes, é depreciado como mitológico. “Na história da história um mito é uma versão outrora válida mas agora descartada da história humana”, comenta Becker, “assim como as nossas versões agora válidas serão, no devido tempo, relegadas à categoria de mitos descartados”.¹⁶³ Na percepção do passado da Índia, “não há critérios de diferenciação entre mito e história... O que o ocidental considera história no Ocidente, ele consideraria mito na Índia; ... o que ele considera história em seu próprio mundo é vivido pelos indianos como mito”.¹⁶⁴ Profetas e sacerdotes, contadores de história e menestrelis também são historiadores. Ao defender uma história “metafórica”, Nietzsche depreciou a explicação “factual” privilegiando a percepção mítica derivada da arte dramática e da fábula.¹⁶⁵ E a história escrita pode adquirir o caráter poético e universalizante do mito à medida que o tempo desgasta seu conteúdo factual específico; não mais lemos Gibbon como a História de Roma, mas sim como meditação eloqüente sobre a ascensão e queda da humanidade, exemplificadas pela Roma de César.¹⁶⁶

Nosso sentido de história ultrapassa o conhecimento para atingir o envolvimento empático. Ao construir sua própria história, *Everyman* “trabalha com algo proveniente da liberdade de um artista criativo; a história que ele recria usando a imaginação... será

Joana d’Arc; e por reflexões contra-factuais (Keller, “Time out: the discontinuity of historical consciousness”, pp. 288-90).

163 Becker, “Everyman his own historian”, p. 16.

164 Panikkar, “Time and history in the tradition of India”, p. 76. Uma visão mais mordaz é que o “passado dourado da Índia não deve ser possuído mediante investigação; deve ser somente contemplado com êxtase. O passado é uma idéia religiosa, encobrindo o intelecto e percepção dolorosa, entorpecendo o stress em épocas difíceis” (Naipaul, “India: paradise lost”, p. 15).

165 *Use and Abuse of History*, pp. 39-42. A tarefa do historiador não é meramente transformar o estranho em familiar, mas sim transformar o familiar em estranho, reconstituindo vidas passadas “em toda sua estranheza e mistério... para lembrar aos homens da irreduzível variedade da vida humana” (Hayden White, “Foucault decoded”, p. 50).

166 Frye, *Great Code*, pp. 46-7.

inevitavelmente uma mescla cativante de fato e fantasia”, dominada por informações “que parecem mais apropriadas a seus interesses ou mais promissoras no que tange a satisfação emocional”.¹⁶⁷ A percepção dos especialistas surge da mesma forma, por meio de “uma percepção repentina que gradualmente confere sentido a toda uma grande parte do passado”. E R.W. Southern considera “mais importante que a percepção inicial seja aguda e vívida do que verdadeira. A verdade surge mais facilmente do engano do que da confusão. Somente através de uma percepção aguda é que se pode dar início a uma busca vigorosa”.¹⁶⁸

A história é, portanto, tanto mais quanto menos do que o objeto de estudo dos historiadores, porém as discrepâncias não são tão grandes quanto as existentes entre memória e psicologia. O campo de estudo dos psicólogos é muito mais amplo do que a memória, à qual poucos deles se dedicam inteiramente; a tarefa central dos historiadores é o estudo da história, sendo seu campo disciplinar inteiramente definido (como na arqueologia) em termos de conhecimento do passado. Psicólogos, em geral, detêm-se em aspectos da memória que podem ser testados ou reproduzidos em laboratório; os historiadores estudam o passado esmiuçando relatos sobre o que acontece no mundo real. A maioria dos psicólogos lida com uma “memória” distante da percepção comum; a maioria dos historiadores lida com o passado tal como ele é normalmente apreendido. Todavia, as divergências entre a história como uma disciplina e conhecimento histórico conforme aqui se aborda são numerosas e significativas.

História e memória

A comparação desses dois caminhos rumo ao passado desagrade alguns historiadores “porque sabem que a história é um trabalho que exige empenho, ao passo que a recordação parece ser passiva, não dedutível e não comprovável”.¹⁶⁹ A história difere da memória não apenas no modo como o conhecimento do passado é adquirido e corroborado, mas também no modo como é transmitido, preservado e alterado.

167 Becker, “Everyman his own historian”, p. 15.

168 Southern, “The historical experience”, p. 771.

169 Mink, “Everyman his or her own annalist”, p. 234.

Aceitamos a memória como uma premissa do conhecimento; inferimos a história a partir de evidências que incluem as lembranças de outrem. Ao contrário da memória, a história não é dada, mas sim contingente: é baseada em fontes empíricas que podemos decidir rejeitar por outras versões do passado. A menos que eu confie implicitamente em minha memória, não posso reivindicar qualquer conhecimento do passado; mas na ausência de provas corroboradas, os dados históricos podem ser razoavelmente contestados.

Contudo, as ambigüidades e justaposições confundem essa diferenciação. Como já vimos, “a memória” inclui relatos de segunda mão do passado – ou seja, história; “a história” baseia-se em testemunhos oculares e outras recordações –, ou seja, memória. Tratamos as lembranças de outras pessoas como história, empiricamente verificáveis, como fazemos algumas vezes com nossos próprios relatos autobiográficos.¹⁷⁰ Mesmo se inicialmente derivados da memória do autobiógrafo, os acontecimentos externos – quando ocorreram os fatos, quem conheceu quem, quais as conseqüências resultantes – podem ser verificados ou falsificados por registros públicos; o autobiógrafo criterioso compara sua memória com fontes históricas. Mas ele pode confiar apenas em sua memória para verificar seus antigos sentimentos acerca desses acontecimentos, pois somente ele priva de tal conhecimento. Ele só pode comparar aquelas lembranças com seus próprios relatos anteriores.¹⁷¹

É extremamente difícil separar de nossas recordações os componentes da história e da memória. Se não tenho consciência de que parte da minha lembrança é um pouco da história de outrem, considero-a verdadeira *prima-facie*, exatamente como o resto de minhas lembranças. E mesmo quando fontes externas podem ser diferenciadas das lembranças primárias, posso deixar de tratá-las historicamente. Na vida cotidiana acreditamos naquilo que nos relatam cônjuges, vizinhos e colegas, da mesma forma que acreditamos em nossas próprias lembranças; unicamente quando provas conflitantes ou improbabilidades inatas levantam sérias dúvidas é que submetemos as lembranças à crítica histórica.

História e memória são distinguíveis menos como tipos de conhecimento do que como atitudes relativas a esse conhecimento. Não apenas as lembranças originais mas

170 Murphey, *Our Knowledge of the Historical Past*, pp. 10-12.

171 Collingwood, *Idea of History*, pp. 295-6. Comparando registros retrospectivos com aqueles fornecidos à época, poder-se-ia deixar de considerar parcialmente um preconceito autobiográfico (Kohli, “Biography: account, text, method”, p. 71).

toda a história que elas incluem são normalmente aceitas como dadas e verdadeiras; não apenas as fontes da história como também as da memória são, de tempos em tempos, examinadas quanto à sua exatidão e comprovação empírica.

A natureza coletiva da história aparta-a, no entanto, da memória. Tendo em vista que o passado que recordo é parcialmente compartilhado com outros, boa parte dele é unicamente meu. Mas o conhecimento histórico é, por sua própria natureza, produzido e compartilhado coletivamente; a percepção histórica implica atividades em grupo. “Um indivíduo isolado não pode se lembrar de outro passado que não seja o de suas recordações pessoais”, escreve J. G. A. Pocock, ao passo que “a palavra ‘passado’, como os historiadores a usam, conota um estado de coisas de certa complexidade social que perdura por um tempo suficientemente longo para torná-lo inteligível”. Para lembrar e comunicar esse passado é preciso haver instituições complexas e duradouras. Por esta razão, a “história deve ser estudada como uma atividade social”.¹⁷²

Assim como a memória corrobora a identidade pessoal, a história perpetua a auto-consciência coletiva. Para entender “o que são ou o que podem vir a ser”, observa Gordon Leff, os grupos “definem a si mesmos através da história da mesma forma como um indivíduo o faz através da memória”.¹⁷³ De fato, o empreendimento da história é crucial à preservação social. “Uma vez que todas as sociedades são organizadas... para assegurar sua própria continuidade”, declarações coletivas sobre o passado ajudam a conservar os acordos existentes, e a difusão de todos os tipos de história, sejam eles fato ou fábula, alimenta o sentimento de pertencer a instituições coerentes, estáveis e duradouras.¹⁷⁴

A preservação também distingue o conhecimento histórico. Considerando que a maioria das lembranças perece com seus portadores, a história é potencialmente imortal. De fato, preservar o conhecimento do passado é uma das *raisons d'être* fundamentais da história: tanto os relatos orais quanto os arquivos têm sido há muito preservados contra os lapsos da memória e o tempo devorador. A história também é menos aberta a modificações do que a memória: as lembranças mudam continuamente para corresponder às necessidades presentes, mas o registro histórico resiste, até certo ponto, a

172 “Origins of the study of the past”, p. 211.

173 *History and Social Theory*, p. 115.

174 Pocock, “Origins of the study of the past”, p. 211. Vide Shills, *Tradition*, pp. 162ff; Peel, “Making history”, pp. 112-13.

distorções. É evidente que a história é continuamente revisada para dar conta de acontecimentos subseqüentes e para ser compreensível às novas gerações, mas os documentos escritos preservam virtualmente os dados como eles foram originalmente.¹⁷⁵

A estabilidade da história se deve em grande parte à sua divulgação impressa, mas boa parte do conhecimento do passado sobrevive à transmissão escrita e até mesmo oral mais ou menos intacta. Apesar da prevalência das falsificações e dos erros, muitos manuscritos são considerados relatos razoavelmente verídicos. A história transmitida oralmente não pode ser verificada por meio de registros anteriores, mas anacronismos residuais mostram que algum conhecimento perdura quase inalterado de narrador para narrador.¹⁷⁶ E aqueles que narram e escutam ou lêem histórias – sejam elas orais, escritas ou impressas – confiam na existência de registros estáveis e fiéis, enquanto sabemos que a memória freqüentemente nos engana.

O conhecimento histórico também difere da memória ao contar-nos coisas sobre o passado, desconhecidas para quem vivia naquela época. Certamente, as recordações transformadas pelo tempo igualmente inventam e descobrem novos fatos; assim como as histórias, as lembranças revêem no presente o passado com uma percepção tardia. Mas considerando que a memória raras vezes é revisada conscientemente, os historiadores deliberadamente reinterpretam o passado através das lentes de acontecimentos e idéias subseqüentes. Tanto a história quanto a memória engendram novos conhecimentos, mas apenas a história está determinada a assim proceder.

A história é menos que o passado

O conhecimento histórico é consensual por sua própria natureza. Uma vez que é visto e ouvido praticamente da mesma forma por muitas pessoas, ele pode com freqüência ser verificado ou falsificado, diferentemente das lembranças. Incontáveis imposturas históricas têm sido impostas a um mundo crédulo, mas com o tempo o peso das provas acaba por corrigir muitos enganos e expor os embustes. Seu caráter público torna o

175 Kelley, *Foundations of Modern Historical Scholarship*, pp. 215-33; Eisenstein, *Printing Press as an Agent of Historical Change*, pp. 112-15; Goody e Watt, "Consequences of literacy", pp. 57-67.

176 J.C. Miller, "Introduction: listening for the African past", pp. 37-49; Goody e Watt, "Consequences of literacy", pp. 28-31; Vansina, *Oral Tradition*, p. 46.

conhecimento histórico, até mesmo o de acontecimentos bastante remotos, mais confiáveis do que muitas recordações de testemunhas oculares do passado recente.

Ainda assim, é impossível recuperar ou recontar mais do que uma pequenina fração do que ocorreu, e nenhum relato histórico jamais corresponde precisamente ao verdadeiro passado. Três fatores limitam o que pode ser conhecido: a imensidão do passado em si, a diferença entre acontecimentos passados e relatos sobre esses acontecimentos, e a inevitabilidade do preconceito – especialmente o preconceito presentista. Comentarei cada um no seu devido tempo.

Primeiramente, nenhum relato histórico consegue recuperar a totalidade de qualquer acontecimento passado, porque seu conteúdo é virtualmente infinito. A narrativa histórica mais detalhada assimila apenas uma fração mínima até mesmo do passado relevante; o próprio fato de o passado ser passado impede sua total reconstrução. Grande parte das informações sobre o passado jamais foi registrada, e a maior parte do que sobrou perdeu-se. O historiador precisa aceitar “a terrível verdade” de Herbert Butterfield – “a impossibilidade da história”:

O lavrador que Gray viu em árdua labuta, a turba de rebeldes de Monmouth – cada indivíduo um mundo em si mesmo, um mistério de personalidade... – estes não deixaram memória alguma e tudo o que deles sabemos é suficiente apenas para despertar nossa curiosidade e imaginação. Aquelas características que nos trazem a lembrança de um velho amigo – o riso peculiar, o jeito de passar a mão pelos cabelos, o assobio na rua, o humor – não podemos ter a esperança de recapturá-las na história [assim como] não podemos ter a esperança de ler os corações de reis já quase esquecidos. A Memória do mundo não é um cristal brilhante e reluzente, mas sim um amontoado de fragmentos soltos, uns poucos raios de luz que atravessam a escuridão.¹⁷⁷

Em segundo lugar, nenhum relato consegue recuperar o passado como ele foi porque o passado não foi um relato; foi um conjunto de acontecimentos e situações. Uma vez que o passado não mais existe, nenhum relato pode ser comparado a ele, mas apenas a outros relatos do passado; julgamos a veracidade do relato comparando-o com outros registros, não com os acontecimentos em si. A narrativa histórica não é um retrato do que aconteceu, mas uma história sobre o que aconteceu. O historiador nem mesmo seleciona da totalidade do que aconteceu (*res gestae*), mas de outros relatos sobre o que aconteceu (*historia rerum gestarum*); a este respeito, as assim chamadas fontes

177 Butterfield, *Historical Novel*, pp. 14-15.

primárias não chegam mais perto da realidade do passado do que as crônicas secundárias. Nenhum processo de verificação pode nos dizer satisfatoriamente se conhecemos a verdade sobre o passado, pois aceitamos ou rejeitamos qualquer relato exclusivamente fundamentados na plausibilidade intrínseca e na sua conformidade com outros relatos conhecidos e confiáveis. Resumindo, não podemos refutar o ponto de vista cético de Munz “no sentido de que não se pode dizer que algo aconteceu apenas porque alguém pensou que tivesse acontecido”, ou a asserção de Lévi-Strauss de que “o fato histórico não tem realidade objetiva; ele existe apenas como ... reconstrução retrospectiva”.¹⁷⁸

Isto não significa negar que o consenso histórico e a memória coletiva estejam ancorados na realidade e forneçam um conhecimento real do passado. De fato, “é só nosso sentido de experiência temporal cumulativa que confere significado a julgamentos presentes; sem isso, não poderia haver resposta a qualquer pergunta, nem perguntas a serem respondidas, porque não poderia haver fato como tal e nem discurso inteligível”, conclui C. I. Lewis. “Sem experiência genuinamente cognoscível do passado [e] sua relevância para o futuro, não poderíamos ter um sentido de realidade empírica.”¹⁷⁹ Mas assim como a recordação jamais corresponde rigorosamente aos acontecimentos originais, nenhum relato histórico corresponde rigorosamente a eles; *historia rerum gestarum* não é *res gestae*.

Os historiadores têm relatado a encarar essa limitação epistemológica, em parte devido à necessidade de uma postura firmemente criteriosa. Mesmo J. H. Hexter, normalmente crítico da auto-imposição científica de seus colegas historiadores, se refugia num diálogo imaginado que trivializa a questão:

FILÓSOFO (alto e sonoro): – Os homens realmente não podem conhecer o passado.

HISTORIADOR (espantado): – O que você disse?

FILÓSOFO (irritado): – Eu disse: “Os homens não podem realmente conhecer o passado”, e você sabe perfeitamente bem que foi isso o que eu disse,

presumindo “uma espécie de conhecimento sobre o passado” que torna a comunicação possível e é “boa o suficiente” para os historiadores que deveriam “cuidar de seus

178 Munz, *Shapes of Time*, pp. 184-5, 204-13, citação na p. 209; Claude Lévi-Strauss (1965), citado no *ibid.*, p. 186. Vide von Leyden, “Categories of historical understanding”, pp. 55-9.

179 *Analysis of Knowledge and Valuation*, pp. 361-2. Vide McCullagh, *Justifying Historical Descriptions*, pp. 26-7.

próprios assuntos” e não se preocupar com filosofia¹⁸⁰ – comentário que admite e então descarta o problema.

Em terceiro lugar, o conhecimento histórico, embora público e corroborável, é também invariavelmente subjetivo, preconcebido tanto pelo seu narrador quanto por seu público. Ao contrário da memória ou dos fragmentos, a história geralmente depende dos olhos e da voz de outrem: nós a enxergamos através de um intérprete que se coloca entre os acontecimentos passados e a nossa compreensão dos mesmos. Realmente, a história escrita circunscreve a tirania do narrador ao permitir ao seu público o acesso às fontes originais: uma vez que predecessores distantes podem se comunicar conosco através de suas próprias palavras não nos encontramos em total dependência, assim como se encontram os povos nas sociedades orais, baseados na tradição transmitida por precursores imediatos. Segundo as palavras de W. Lloyd Warner, “não apenas uma geração mas uma centena delas estão enviando agora suas próprias interpretações tardias do que ambos, elas e nós, somos”.¹⁸¹ Não importa que seja um único e recente narrador ou narradores múltiplos e dispersos ao longo do tempo: nós, no entanto, não podemos fugir da estrutura que eles impõem ao passado.

Tampouco podemos fugir de nossas próprias estruturas. A perspectiva e as predileções do narrador moldam sua escolha e sua utilização dos materiais históricos; e as nossas determinam igualmente a escolha e utilização que deles fazemos. O passado que conhecemos ou vivenciamos está sempre dependente de nossas próprias opiniões, perspectivas e, acima de tudo, de nosso próprio presente. Assim como somos produtos do passado, também o passado conhecido é um artefato nosso. Nenhum observador, por mais imerso no passado, pode despojar-se de seus próprios conhecimentos e suposições, ou “recordar eventos passados sem relacioná-los de alguma maneira sutil ao que ele precisa ou deseja fazer”.¹⁸² Nossas esperanças e temores, especializações e in-

180 *History Primer*, pp. 338-9.

181 *The Living and the Dead*, p. 217.

182 Becker, “Everyman his own historian”, p. 12. “Não pode haver história sem um ponto de vista, mesmo se é apenas que o historiador não deveria ter nenhum ponto de vista” (Leff, *History and Social Theory*, p. 91). Quentin Skinner mostra como a aplicação inconsciente de paradigmas inaplicáveis ao passado inevitavelmente contamina os estudos históricos (“Meaning and understanding in the history of ideas”, pp. 4-28). De fato, McCullagh sustenta que os historiadores justificam suas conclusões menos por sua coerência com outras convicções aceitas do que por evidências presentes que podem ser observadas; eles têm confiança muito maior no que percebem do que na verdade da história escrita (*Justifying Historical Descriptions*, pp. 91-2).

tenções moldam continuamente o passado histórico assim como moldam nossas lembranças. A fim de “explicar” o passado para eles próprios e para seu público, os historiadores ultrapassam as fontes para enquadrar as hipóteses a modelos atuais de pensamento. Ao editar dados recolhidos da época histórica de sua escolha e sintetizar comentários, o historiador chega a uma compreensão em conformidade com seu próprio tempo. Tais condicionantes têm implicações tanto criativas quanto limitantes; implicações que examinaremos em seguida; a discussão no momento se concentra na inevitabilidade de tais condicionantes.

Acima de tudo, a passagem do tempo que desgasta o passado limita nossa compreensão deste, pois tudo que vemos é filtrado por lentes mentais do presente. Diferentes pressuposições e modalidades de discurso limitam tanto a compreensão do historiador quanto sua capacidade de comunicação com outros de outras épocas. “Somos modernos e nossas palavras e pensamentos só podem ser modernos”, observou Maitland, “é tarde demais para sermos um inglês de outra época”; conseqüentemente não podemos ver o passado com os olhos de então.¹⁸³ “Não há nenhuma receita que nos devolva os pensamentos, valores e emoções de pessoas que viveram no passado”, adverte outro historiador. “Mesmo mergulhando na literatura da época, vestindo suas roupas e dormindo em suas camas, nós nunca nos desvencilhamos das perspectivas e valores [do presente].”¹⁸⁴ E as perspectivas do presente nos tornam mais propensos a desvirtuar o passado, pois a distância multiplica seus anacronismos.

A linguagem dos relatos históricos também reestrutura imagens do passado. O historiador traduz suas impressões em palavras; para absorver essas impressões, o leitor ou ouvinte reconverte as palavras em imagens – mas essas imagens diferem das do historiador. Qualquer distância – no tempo, no espaço, na cultura, no ponto de vista – alarga a distância entre o narrador e seu público. E toda linguagem impõe suas próprias convenções na percepção de passado daqueles que a utilizam, convenções que transformam seu entendimento ou o registro original.¹⁸⁵

183 *Township and Borough* (1898), p. 22.

184 Sherfy, “The craft of history”, p. 5. “Não conseguimos obter um completo entendimento do passado porque o passado é algo fora da nossa experiência, algo que é outro... Os homens que viveram então eram diferentes de nós” (Vansina, *Oral Tradition*, pp. 185-6). Vide também Richard Ronsheim, “Is the past dead?”, *Museum News*, 53:36 (1974), 62.

185 Scholes e Kellogg, *Nature of Narrative*, p. 83.

Os dilemas sobre a recente revisão da Bíblia destacam os enganos que podem resultar do anacronismo. Graças às suas virtudes retóricas e ao tradicionalismo litúrgico, a versão do rei James sobreviveu por quase quatro séculos. O tempo, porém, tornou arcaica e obsoleta grande parte da sua linguagem; poucos leitores modernos têm a capacidade histórica para entendê-la, e mesmo eles consideram o texto anacrônico porque a erudição revelou muitos erros e enganos de tradução ou omissão. O rei Salomão nos parece esplendoroso entre os pavões, mas uma vez que se sabe que 1611 tradutores se enganaram, os pavões devem ser substituídos por macacos (que na realidade deveriam ser babuínos).¹⁸⁶ A ininteligibilidade anacrônica é o destino não apenas de textos escritos como também de fiéis relatos orais, incompreensíveis até mesmo para seus narradores quando sua linguagem é obsoleta ou se refere a costumes já extintos.¹⁸⁷

Por último, a percepção tardia paradoxalmente limita nossa capacidade de entender o passado ao nos proporcionar maior conhecimento do que as pessoas da época poderiam ter tido. “Será que podemos ser realmente justos com os homens do passado”, perguntou A. F. Pollard, “conhecendo o que eles não podiam conhecer? Será que podemos, de fato, compreender todos eles... com nossas mentes predispostas pelo conhecimento do resultado?”¹⁸⁸ A questão levanta um ponto que transcende os limites do entendimento histórico, pois implica que a distorção não apenas reduz mas também amplia o passado histórico. Agora vou analisar o que foi acrescentado.

A história é mais que o passado

A percepção tardia do passado assim como o anacronismo dão forma às interpretações históricas. Explicar o passado no presente significa lidar não apenas com percepções, valores e linguagens que mudam, mas também com acontecimentos ocorridos após a época examinada. É inevitável ver a Segunda Guerra Mundial, em 1985, diferentemente do que se viu em 1950, não apenas devido ao aparecimento de grande quantidade de novas evidências, mas também devido a conseqüências posteriores – a Guerra Fria, as Nações Unidas, a recuperação das economias alemã e japonesa.

186 Henry Mitchell, “Monkeying with the King James Bible”, IHT, 25 ag. 1982, p. 5.

187 Vansina, *Oral Tradition*, pp. 44-5.

188 “Historical criticism” (1920), p. 29. Vide também Blaas, *Continuity and Anachronism*, p. 281.

Ao traduzir o conhecimento em termos modernos e ao usar o conhecimento anteriormente indisponível, o historiador descobre tanto o que foi esquecido sobre o passado ou impropriamente reconstituído quanto o que não se sabia até então.¹⁸⁹ Conceitos como “a Renascença” ou “Antiguidade Clássica” não “existiam no início do processo e... só puderam ser totalmente reconhecidos e articulados no final dele”, observa R. S. Humphreys. “Povos e sociedades estão imersos em processos que só podem ser percebidos e descritos em retrospecto [e] documentos relativos a eles são arrancados de seu contexto de objetivo e função originais... para ilustrar uma configuração que talvez não tivesse importância para nenhum de seus autores.”¹⁹⁰

Conhecer o futuro do passado força o historiador a moldar a sua narrativa de modo a fazê-la entrar em acordo com o ocorrido. O ritmo, as contrações e a duração de sua narrativa refletem seu conhecimento retrospectivo, pois ele “deve não apenas saber algo sobre o resultado dos acontecimentos que estuda; ele deve usar o que sabe para contar sua história”. Ao citar o campeonato de beisebol da National League, de 1951, quando os Giants saíram do último lugar para chegar ao empate no dia da decisão, Hexter demonstra que “a não ser que o escritor saiba do resultado enquanto escreve sua história, ele não saberá como adaptar as dimensões de sua história ao ritmo histórico real”.¹⁹¹

O próprio processo de comunicação exige alterações criativas para tornar o passado convincente e inteligível. Assim como a memória, a história combina, comprime, exagera; momentos raros do passado sobressaem, uniformidades e detalhes desaparecem. “O tempo é reduzido, os detalhes selecionados e destacados, a ação concentrada, as relações simplificadas, não com o intuito de alterar ou distorcer os personagens e acon-

189 Interpretações modernas de acontecimentos do passado são ambos mais compreensíveis aos modernos e psicologicamente “mais verdadeiros”: “carisma” explica melhor o surgimento de uma dinastia do que as relíquias que possuía, embora as pessoas da época acreditassem em relíquias e teriam achado o carisma incompreensível. Para entender o que aconteceu, devemos acrescentar pensamentos nossos que não existiam então (Munz, *Shapes of the time*, pp. 80, 93).

190 “The historian, his documents, and the elementary modes of historical thought”, p. 12. O historiador descobre não apenas o que havia sido completamente esquecido mas também “aquilo que, até que ele descobrisse, ninguém jamais soube que houvesse acontecido” (Collingwood, *Idea of History*, p. 238). Vide Danto, *Analytical Philosophy of History*, pp. 115, 132; von Leyden, “Categories of historical understanding”, pp. 68-70.

191 “Rhetoric of history”, p. 378. Isto invalida a distinção que Spencer faz em *Narrative Truth and Historical Truth*. A história não é menos sujeita a deformações do que qualquer outra narrativa.

tecimentos mas, sim, de dar-lhes vida e significado... em meio à multiplicidade inalcançável do passado.”¹⁹²

Os fatos contingentes e descontínuos do passado tornam-se inteligíveis apenas quando entrelaçados em forma de histórias. Até os cronistas mais empíricos inventam estruturas narrativas para dar uma forma ao tempo. “*Res gestae* pode simplesmente ser uma coisa após a outra”, argumenta Munz, “mas não pode de modo algum *parecer* como tal”, pois então perderia todo significado.¹⁹³ E uma vez que histórias inteligíveis enfatizam articulações explicativas e menosprezam o papel da casualidade, a história como a conhecemos parece mais previsível do que acreditamos que o passado fosse.¹⁹⁴

A não ser que a história manifeste convicção, interesse e envolvimento, ela não será compreendida nem acompanhada. É por isso que a interpretação subjetiva, embora limite o conhecimento, também é essencial à sua comunicação. De fato, quanto melhor uma narrativa exemplifique o ponto de vista do historiador, mais verossímil será seu relato. A história é persuasiva porque é organizada e filtrada através de mentes individuais, e não apesar desse fato; a interpretação subjetiva dá-lhe vida e sentido. “A retórica é comumente considerada o glacê no bolo da história”, mas, na realidade, “está misturada na massa. Não afeta simplesmente a aparência externa da história..., mas seu caráter interior, sua função essencial – sua capacidade de transmitir o conhecimento do passado sem alterá-lo”. O conhecimento histórico depende da linguagem emotiva, pois se o historiador não conseguir comunicar aquilo em que acredita, o conhecimento produzido não se tornará publicamente disponível nem verificável por outros historiadores, mas permanecerá incoerente, arbitrário e ininteligível.¹⁹⁵

Hexter mostra como as notas de rodapé, as citações e listas de nomes satisfazem tais necessidades retóricas. As citações se apresentam ao leitor como uma genuína fatia do passado, para que ele não responda simplesmente “Sim”, mas exclame “Sim, de fato!” A omissão de atributos transforma uma lista de nomes em algo alusivo:

O Renascimento Cristão, essa intensificação de sentimento e interesse religiosos..., em todo seu espaço de tempo acolheu o Cardeal Ximenes e Girolamo Savonarola, Martinho

192 Arragon, “History changing image”, p. 230.

193 *Shapes of Time*, p. 239.

194 Mink, “Narrative form as a cognitive instrument”, p. 147.

195 Hexter, “Rhetoric of history”, pp. 390, 380-1.

Lutero e Inácio de Loyola, as Igrejas Reformadas e os jesuítas, John of Leiden e Paulo IV, Thomas Crammer e Edmund Campion e Michael Servetus.

Deliberadamente *não* nos contam quem eles são, mas percebemos de modo indireto, a fim de “procurar no reservatório de nosso conhecimento a época em que esses homens viveram para dar sentido a essa lista”. O que importa não são apenas os nomes mas a ordem em que se encontram, cujo significado poderia ter sido enfatizado ao enumerar características identificadoras *em vez de* nomes:

O cardeal da pré-Reforma que mudou a Igreja na Espanha, e o monge da pré-Reforma que foi queimado na fogueira por seu empenho reformador em Florença; a primeira grande figura da Reforma e a primeira grande figura da Contra-Reforma...

Ou a lista poderia ter incluído nomes *e* explicações:

O Cardeal Ximenes, o cardeal da pré-Reforma que mudou a Igreja na Espanha, e Girolamo Savonarola, o monge da pré-Reforma que foi queimado na fogueira por seu empenho reformador em Florença; Lutero, a primeira grande figura da Reforma e Loiola, o primeiro...

Cada lista está correta e é apropriada. Mas em vez de alertar o leitor para que ele lhes atribua significado, as listas mais evidentemente informativas teriam sinalizado: “Pare de procurar no reservatório do seu conhecimento. Eu já lhe disse como quero que você pense a respeito desses homens”, represando assim sua imaginação em vez de deixá-la fluir livremente. O historiador pode ter errado ao supor que os leitores soubessem o bastante para conferir significado aos nomes, apostando que a lista indicativa comunicaria melhor a informação do que a mais completa. Mas o ponto central é que todos os historiadores têm que avaliar constantemente o quanto seu público já conhece, quando ser alusivo em vez de preciso, ou sacrificar os fatos em favor da força evocativa.¹⁹⁶ Ao assim proceder “recria-se o passado no presente, que nos provê não de lembranças já conhecidas mas sim de alucinações evocadas com brilhante intensidade”.¹⁹⁷

196 Ibid., pp. 386-9.

197 Frye, *Great Code*, p. 227.

Estamos tão habituados a pensar no passado histórico em termos de narrativas, seqüências, datas e cronologia que suçomos que são atributos do próprio passado. Mas não são; nós mesmos os colocamos lá. A capacidade e propensão para ordenar os acontecimentos numa seqüência de datas é uma conquista cultural relativamente recente.

Os fatos históricos são atemporais e descontínuos até serem entrelaçados em histórias. Não vivenciamos um fluxo de tempo, apenas uma sucessão de situações e acontecimentos. Grande parte da apreensão histórica permanece temporariamente tão vaga quanto a memória, desprovida de datas ou até de seqüências.¹⁹⁸ Na narrativa oral a especificidade temporal é rara: com pouca oportunidade para refletir ou para comparar, os narradores e os ouvintes desconsideram ou alteram as distâncias temporais. Sem datas ou registros permanentes aos quais nos reportar, não podemos estimar a duração dos eventos passados nem verificar sua ordem; narrativas orais condensam, expandem e reorganizam segmentos do passado de acordo com a importância que lhes é atribuída.¹⁹⁹ Mudanças percebidas tendem a agrupar-se dentro de períodos descontínuos, separados por longos intervalos de entorpecimento, em que acontecimentos importantes são relegados a uma época de origem mítica ou ao passado muito recente e, conseqüentemente, recordável. Assim, fundadores de dinastias obtêm crédito tanto por suas próprias proezas quanto pelas de seus sucessores, cujas próprias épocas são omitidas sem comentários. A regularidade repetitiva de grande parte do passado oralmente transmitido é coerente com a convicção de que “nada aconteceu” entre as épocas antigas e as atuais. Em contraste, muitos historiadores modernos têm abordado os períodos intermediários cujas alterações por acréscimos jogam luz nos processos históricos em desenvolvimento.²⁰⁰

As características temporais da comunicação oral subsistiram por longo tempo na era da escrita, quando as crônicas ainda eram principalmente lidas em voz alta. Nos tempos medievais, o público embaralhava César, Carlos Magno, Alexandre, Davi e

198 Mink, “History and fiction as modes of comprehension”, pp. 545-6; Goody, *Domestication of the Savage Mind*, pp. 91-2; Kracauer, “Time and history”.

199 Henige, *Chronology of Oral Tradition*, pp. 2-9.

200 J.C. Miller, “Listening for the African past”, pp. 16, 37. As sociedades de tradição oral, no entanto, percebem o passado de maneiras inteiramente diferentes; vide Maurice Bloch, “The past and the present in the present”; Peel, “Making history”.

outras figuras de épocas passadas como cartas de um baralho; foram necessários dois séculos de imprensa para que os europeus se acostumassem ao processo mental de recuperação do passado por meio de uma seqüência ordenada de capítulos na história.²⁰¹ Mesmo em sociedades modernas cujo aprendizado é feito por meio de livros, o passado para a maioria é em grande parte caótico e episódico, uma miscelânea de personagens e acontecimentos cronologicamente desconhecidos ou erroneamente ligados. Nesse mar ondulado e disforme destacam-se algumas ilhas de narrativa estratificada, nas quais nos amontoamos em busca de segurança temporal.

O tempo, certamente, é linear e direcional. As histórias de todas as coisas começam num passado mais ou menos remoto e continuam numa seqüência inalterável até que deixem de existir ou de ser lembradas. A ordem seqüencial fornece potencialmente a tudo um lugar temporal, empresta contorno e forma à história, permite-nos inserir nossas próprias vidas no contexto de acontecimentos externos. Mas mesmo quando a escrita tornou a datação mais fácil, a segmentação em espaços iguais do passado limitou-se por muito tempo ao recolhimento de impostos, à realização de recenseamento e à periódica seleção de homens públicos.²⁰²

Foi a necessidade de um calendário religioso rigorosamente estabelecido, especialmente voltado para calcular a ocorrência da Páscoa, que deu grande importância à cronologia. Embora o calendário cristão não tenha sido totalmente aceito por mais de um milênio após sua elaboração, no século VI, ele possibilitou aos cronistas dos tempos medievais e subseqüentes a superação das deficiências da narrativa oral. Relatos com estruturação anual substituíram as crônicas baseadas apenas em acontecimentos; a estrutura anual tornou-se mais importante do que os episódios nela contidos. Acontecimentos específicos – uma praga, uma coroação, uma invenção, um nascimento na família real – eram colocados em anos específicos nesses anuários, e, quando nenhum acontecimento parecia suficientemente importante, os anos listados eram simplesmente deixados em branco; o que importava era a própria listagem. Ao representar a era cristã com início conhecido e um fim predeterminado, a cronologia possuía uma plenitude e continuidade próprias concedidas por Deus.²⁰³

201 Eisenstein, "Clio and Chronos: an essay on the making and breaking of history-book time", p. 52; Peter Gay, *Enlightenment*, 1:344-5; Hay, *Annalists and Historians*, p. 91.

202 Goody, *Domestication of the Savage Mind*, pp. 91-2.

203 Hay, *Annalists and Historians*, pp. 22-7, 38-42; Mink, "Everyman his or her own annalist", pp. 233-4.

Essa cronologia dominou os textos históricos até o século XVIII. A data dos acontecimentos, quem sucedia quem, a duração de cada época – foram questões que deram origem a incontáveis calendários baseados em dinastias e Olimpíadas, consulados e tribunatos, descendentes diretos de Rômulo e Remo, Adão ou Abraão, Noé ou Enéas. Mas conflitos crescentes entre a história cristã e científica fizeram com que a combinação temporal do mítico com o comprovável, do cósmico e sagrado com acontecimentos seculares, parecesse progressivamente inútil e absurda.²⁰⁴

Uma mística acerca do início e fim dos milênios, séculos e décadas ainda permeia o pensamento. A partir do presságio milenar que antecedeu o ano 1000, uma espécie de determinismo decimal veio conferir realidade a épocas nitidamente demarcadas por séculos, como o profundo mal-estar de *fin de siècle* entre 1800 e 1900.²⁰⁵ Recentemente, até mesmo as décadas tornaram-se recortes temporais com atributos próprios. Conferimos estilos de vida singulares a cada década, como os “Alegres” anos noventa, os anos trinta da “Depressão”, os “Rebeldes” anos sessenta, que, ao final da década, dão lugar abruptamente a um outro conjunto específico de características. Aquilo que começou como uma maneira simplificada de se identificar – Atenas do século V, Inglaterra do século XVII – tornou-se uma estrutura retrospectivamente definidora. A exemplo de outras construções sintéticas, tais como “Idade Média” ou “Renascença”, a estereotipia temporal fortalece e materializa o pensamento sobre o passado; o século XIX ou os anos 30 se tornam uma “coisa” equivalente a uma batalha ou um local de nascimento, ou a causa das causas.²⁰⁶

Excessos à parte, freqüentemente esquecemos o quanto devemos aos cronologistas: o relógio, o calendário e a página numerada nos habituaram de tal forma à seqüência cronológica que, hoje em dia, a consideramos corriqueira. Mas somente a imprensa e a expansão da escrita asseguraram a aceitação e fixação da ordem temporal. E foram

Mas mesmo após a Idade Média, títulos e escrituras eram datados através de anos do reino em vez de *anno Domini* porque a coroação do Rei era uma data mais recente e publicamente lembrada (Clanchy, *From Memory to Written Record*, p. 240).

204 Eisenstein, “Clio and Chronos”, p. 43; J.W. Johnson, “Chronological writing”, pp. 137, 145. Sobre confusões a respeito do tempo nas Escrituras, vide Hazard, *European Mind*, pp. 43-7.

205 Kermode, *Sense of an Ending*, pp. 96-8. Fischer, *Historian's Fallacies*, p. 145. Um antigo exemplo de ordenamento por séculos foi a disposição pós-revolucionária de Alexandre Lenoir dos tesouros históricos franceses no seu *Musée des Monuments* (Bann, *Clothing of Clio*, p. 83). Sobre o *fin-de-siècle*, vide capítulo 7, p. 379 abaixo.

206 Butterfield, *Man on His Past*, p. 136.

necessários séculos de árdua pesquisa em fontes primárias para fornecer as seqüências prontas nas quais hoje nos baseamos.²⁰⁷

A cronologia ou “livro da história do tempo”, até recentemente, incentivava as pessoas instruídas a ver o passado como uma narrativa abrangente. Cada um de nós aprendeu a usá-la desde cedo para selecionar e arrumar praticamente toda parcela do passado com que nos deparamos, para encontrar nossos ancestrais ou para “nos encontrarmos”, como observa um historiador.²⁰⁸ Um seqüência de monarcas facilmente identificáveis torna a Inglaterra a proprietária afortunada, no ponto de vista de Richard Cobb, “de uma medida de tempo nacional facilmente compreensível para qualquer criança inglesa”.²⁰⁹ Outra escritora se lembra que seu curso em Oxford, nos anos 50, “começou no início da história inglesa” e prosseguiu “em uma perfeita linha reta destituída de lacunas”, proporcionando “uma imagem ordenada, cronológica... uma memória perfeita, linear, ininterrupta”.²¹⁰ Minha própria perspectiva de aluno enquadrou a civilização ocidental desde os egípcios e babilônicos até o século XX. Muitas épocas nesse *continuum* eram pouco conhecidas por mim, mas a seqüência parecia torná-las prontamente recuperáveis. Gráficos que ordenavam numa coluna cronológica faraós, reis e presidentes e, em outra, descobertas, invenções, poetas e pintores, embalsamaram a crença de que toda história era passível de ser conhecida, visto que podia ser datada.

A cronologia como fundamento foi, com certeza, utilizada por vezes de modo rígido ou simplista. Determinados livros escolares sobre a história americana, por exemplo, avaliaram cada presidente em um trecho do texto correspondente ao ano de sua morte, a despeito da época de seu mandato ou dos eventos ocorridos então.²¹¹ Mas a cronologia foi o princípio básico que permitiu que a maioria dos estudantes visse a história como um processo contínuo, interligado. Essa crença foi sintetizada no assim chamado curso de “Civilização Ocidental” que apresentou aos estudantes a soma total da história euro-americana – que, como sublinhou um historiador, “forneceu um panorama... inteiramente fiel ao... esquema completo de eventos como os conhecemos na totalidade”.²¹²

207 Johnson, “Chronological writing”, p. 145; Grafton, “Joseph Scaliger and historical chronology”.

208 Eisenstein, “Clio and Chronos”, p. 59.

209 “Becoming a historian”, pp. 21-2.

210 Lively, “Children and the art of memory”, p. 200.

211 Fitzgerald, *America Revised*, p. 50.

212 Preserved Smith, “The unity of knowledge and the curriculum” (1913), citado por Allardyce em “Rise and fall of the Western Civilization course”, pp. 697-8.

Datas e cronologia estão agora fora de moda. Especialmente desde a Segunda Guerra Mundial, a história humana parece seguir não mais uma única linha, mas sim as de inúmeras culturas diferentes, sendo impossível e também irrelevante englobá-las numa seqüência comum. O rumo da Civilização Ocidental declinou juntamente com o etnocentrismo, que considerava a civilização como canonicamente superior; os historiadores descobriram não apenas o Terceiro Mundo mas também ‘minorias’ anteriormente negligenciadas no Ocidente – mulheres, crianças, judeus, camponeses, negros.²¹³ Novas ênfases na história econômica, social e intelectual comprometeram ainda mais a importância da cronologia: não era possível atribuir datas a culturas e ideologias, da mesma forma que aos reis e às suas conquistas. Cada vez mais acessíveis e pertinentes, esses recém-descobertos aspectos do passado “invadem a consciência moderna vindos de tantas direções”, conclui Eisenstein, “que sobrecarregam a capacidade da inteligência humana de ordená-los coerentemente”.²¹⁴

Uma resposta a esse dilema é descartar totalmente a história narrativa, como o razoável diretor de Lively insiste com um professor de história:

- As crianças com menos de 15 anos ainda não estão prontas para uma abordagem cronológica da história. E, no entanto, cá estamos nós ensinando-lhes história como narrativa, uma coisa após a outra.
- É exatamente assim. Uma coisa realmente acontece depois de outra.
- Sim, mas esse é um conceito muito sofisticado... – as crianças não conseguem absorvê-lo. Em vez disso... dê-lhes os bocados facilmente digeríveis, como temas ou projetos. Dê aulas sobre revoluções ou guerras civis, ou seja lá o que for.²¹⁵

A prática de datar acontecimentos, há pouco condição *sine qua non* do conhecimento histórico, foi de tal modo abandonada que diz-se que a maioria dos estudantes franceses não sabe nem que Revolução Francesa começou em 1789, nem a que século

213 Allardyce, “Rise and fall of the Western Civilization course”, p. 719; Rossabi, “Comment” [sobre Allardyce]. O mercado de livros didáticos sobre história mundial ainda é apenas 20 a 25% do que é, no entanto, o de “Civilização Ocidental” (Karen J. Winkler, “Textbooks: the rise and decline of Western Civilization” *American Historical Association Perspectives*, 21:3 (1983), 11-13); um professor de história de uma faculdade pública do Sul observa que “Civilização Ocidental continua a prosperar na roça” (Evelyn Edson, “Reflections on the history of Western Civilization”, *ibid.*, 22:2 (1984), p. 16).

214 “Clio and Chronos”, p. 63.

215 Road to Lichfield, pp. 87, 188. Eu fundi a discussão da professora com o diretor da escola com o que ela recontou posteriormente.

aquele ano pertence.²¹⁶ Recentemente, em Guildford, na Inglaterra, apenas uma em cada três pessoas entrevistadas tinha alguma noção de um passado datado, e praticamente nenhuma tinha qualquer noção sobre épocas anteriores à de seus avós. “Meu avô foi colega de escola com” um antigo proprietário, observou um entrevistado acerca de uma construção do século XVII, de modo que “esta construção deve ser muito antiga, talvez de 1880”. Alguns associaram edificações ainda mais antigas a seus pais e avós. “Não estou surpreso de que este prédio tenha 400 e não 100 anos”, replicou um dos entrevistados quando informado de seu equívoco. “Velho é velho, não importa a idade.”²¹⁷

A natureza linear da narrativa realmente restringe a compreensão histórica. O ouvinte ou leitor tem que seguir uma única trilha do começo ao fim. Mas a *percepção* do passado implica mais que o movimento linear; circunstâncias sociais, culturais e muitas outras são sobrepostas à narrativa, juntamente com histórias de outros povos, de outras instituições, de outras idéias. Enquanto a narração histórica é unidimensional, o passado é multiforme, muito mais complexo do que qualquer enredo seqüencial.²¹⁸

Mesmo assim relatos históricos e outros relatos ultrapassaram em muito a estrutura direta, unilinear e datada, herdada dos cronologistas. A inteligibilidade histórica exige não apenas acontecimentos passados ocorridos numa determinada época, mas sim uma história coerente, na qual muitos acontecimentos são desprezados, outros são agrupados, e a seqüência temporal, frequentemente, está subordinada à explicação e interpretação.²¹⁹ Da mesma forma que nosso pensamento recua e se adianta ao recapitular o passado lembrado, assim também as narrativas históricas percorrem o mesmo caminho para elucidar relações causais. Tal “policronicidade”, termo cunhado por Dale Porter, corrobora nossa intuição de que a estrutura seqüencial em si não pode captar a complexa realidade histórica.²²⁰ A história narrativa é muito empolgante, sugere James Henretta,

216 Thomas Kamm, “French debate teaching of history”, IHT, 11 abr. 1980, p. 6. “Eles me fizeram uma pergunta, jovens de 16 anos”, disse um professor francês de história – “A Guerra dos 100 Anos, foi aquela de 1914-18?” (em “Teaching: it’s trendy to be trad”, de Brian Moynahan, *Sunday Times*, 10 fev. 1985, p. 15).

217 Reid Bishop, “Perception and Importance of Time in Architecture”, pp. 149, 190.

218 Frank Kermode, “Time and narrative”, palestras na Architectural Association, Londres, 8 e 15 mar., 1982.

219 Munz, *Shapes of Time*, pp. 28-43. Vide também Strout, *Veracious Image*, pp. 9-10.

220 *Emergence of the Past: A Theory of Historical Explanation*, pp. 113-14. Vide também Goodman, “Twisted tales; or, story, study and symphony”.

“porque seu modo de cognição aproxima a realidade do cotidiano; a maioria dos leitores encara o passado da mesma maneira que compreende sua própria existência – e... em termos de um conjunto de histórias de vida justapostas e entrelaçadas”.²²¹

Os historiadores, cansados da cliometria, de modelos deterministas, e de psico-história, redescobriram recentemente as virtudes da narrativa. Mas eles evitaram principalmente as generalizações outrora populares sobre culturas ou nações como um todo, hoje condenadas como simplistas, para investigar instituições específicas e áreas circunscritas no tempo e no espaço – o exemplo clássico é o estudo sobre um punhado de camponeses de Montailou, nos Pirineus, ao longo de duas décadas no século XIV. Voltados para vidas e amores dos pobres e anônimos, armados com novos tipos de fontes e percepções derivadas da ficção, do simbolismo e da psicanálise, os historiadores da nova narrativa procuram esclarecer as realidades íntimas das sociedades do passado. Mas o enfoque é algumas vezes tão restrito que os “casos de estudo” parecem excêntricos e não característicos; não conseguindo relacionar as vidas e os acontecimentos que estudam com áreas mais amplas, eles fragmentam ainda mais o conhecimento do passado.²²²

Todavia, perde-se muito ao abrir mão de datas e narrativas; os acontecimentos são confundidos numa miscelânea de épocas e impérios, figuras e movimentos sociais significativos são deixados à deriva em relação a qualquer período específico.²²³ A assim chamada história temática – por exemplo, estudos que misturam as diversas revoluções como a puritana, a francesa, a americana, a russa, a cubana – traça paralelos que iluminam mas menosprezam o fato de que as pessoas em *cada* uma dessas épocas viveram vidas, agiram baseadas em motivos, e moldaram situações que eram bastante diferentes. A compreensão do passado requer alguma consciência da localização temporal de pessoas e coisas; uma estrutura cronológica esclarece, coloca as coisas em contexto, demarca a singularidade indispensável dos eventos passados. A maneira como se ensina hoje a história, tratando como “pérolas reluzentes os Romanos, ao homens da caverna,

221 “Social history as lived and written”, pp. 1318-19.

222 Stone, “Revival of narrative” (1979). Vide também Jerry White, “History Workshop 3: beyond autobiography”, e Capítulo 7, p. 367 abaixo.

223 “Nas mentes de analfabetos modernos ... que sabem ler e escrever e até mesmo ensinam em escolas e em universidades, a história está presente mas obscurecida, num estado de estranha confusão. Molière se torna um contemporâneo de Napoleão, Voltaire um contemporâneo de Lenine.” (Milosz, “Nobel Lecture, 1980”, p. 12; vide Capítulo 6, abaixo, p. 349.)

as batalhas da Primeira Guerra Mundial, os monges medievais, e Stonehenge, todos suspensos em isolamento temporal e não causal, dificilmente confere mais brilho ao colar do tempo”.²²⁴ As pérolas da história têm seu valor não simplesmente por serem muitas e reluzentes, mas por estarem organizadas numa seqüência narrativa causal; a narrativa empresta significado, bem como beleza, ao colar.

*História, ficção e facção**

As pérolas mais translúcidas da narrativa histórica são, com freqüência, encontradas na ficção que é, há muito tempo, componente importante para a compreensão histórica. Um número maior de indivíduos apreende mais o passado por intermédio de romances históricos, de Walter Scott a Jean Plaidy, do que por intermédio de qualquer história formal.²²⁵ Alguns romances usam a história como pano de fundo para personagens imaginários; outros transformam em ficção as vidas de personagens reais, inserindo episódios inventados entre os acontecimentos verdadeiros; já outros distorcem, acrescentam e omitem. Assim como na ficção científica, alguns passados ficcionais são paradigmas do presente, e outros são exoticamente diferentes; ambos inventam o passado para deleite dos leitores. Contudo, romancistas históricos declaram ter intenções similares à dos historiadores, buscando a verossimilhança para ajudar os leitores a sentir e conhecer o passado.

Muitos historiadores consideram as analogias com a ficção até mais errôneas do que as comparações com a memória. Sua aversão é ainda maior porque, como já vimos, não conseguem evitar a retórica “ficcional” em suas próprias narrativas. Assemelhando-se aos romancistas como contadores de histórias, os historiadores procuram distanciar-se como especialistas, enfatizando que a história é escrupulosa com os fatos do passado e aberta ao escrutínio de outros pesquisadores, ao passo que a ficção não se prende a nenhuma dessas restrições.²²⁶

224 P. J.Fowler, “Archaeology, the public and the sense of the past”, p. 67.

225 “Scott e Dumas sempre terão uma classe de história maior que quaisquer dois historiadores normais que você quiser citar” (Ernest Baker, *Guide to Historical Fiction* (1968), p. viii). Vide “History as fiction” de Leah Leneman em *History Today*, 30:1 (1980), 52-5.

226 Hexter, “Rhetoric of history”, p. 381.

* N.T. facção: associação entre as palavras fato e ficção.

Contudo, tanto a diferenciação quanto a aversão são recentes. Em épocas anteriores, história e ficção freqüentemente combinaram ou transmitiram percepções que se corroboravam mutuamente. Os rapsodos orais transmitem a história praticamente do mesmo modo que os cronistas, e com igual credibilidade.²²⁷ Para Aristóteles a ficção é superior à história porque conta o que poderia ter acontecido e explica como poderia ter acontecido, enquanto esta demonstra mais prosaicamente o que aconteceu. Dando como exemplo a *Ilíada* de Homero, Erasmo elogiou historiadores pagãos por haverem concebido diálogos fictícios “apropriados”, “pois todos acreditam que lhes é permitido colocar diálogos na boca de seus personagens” (Erasmo deixou aos historiadores cristãos menos espaço para a invenção).²²⁸ Estilo e linguagem importavam mais do que a fidelidade aos fatos históricos; durante o século XVIII, a história era lida menos pelo que contava sobre o passado do que pela forma como ele era contado.²²⁹

A separação entre a narrativa histórica e ficcional foi um subproduto do final da Renascença, voltada para a veracidade e precisão das fontes históricas. Anteriormente fundidos no épico clássico e medieval, os dois gêneros foram cada vez mais separados em “história” (acontecimentos reais abertos ao escrutínio de outras fontes) e “poesia” ou “romance” (que se absteve de qualquer pretensão à fidelidade histórica). No final da Idade Média, a aristocracia da França registrou sua ideologia em prosa, a linguagem preferida dos fatos.²³⁰ Outros preferiram a ficção, pois “o poeta pode dizer ou cantar coisas, não como eles foram mas como deveriam ter sido”, como observa Sampson de *Don Quixote*, enquanto “o historiador deve escrever coisas, não como deveriam ser, mas como têm sido, sem adicionar ou tirar uma partícula da verdade”.²³¹ Forçados a permanecer fiéis a fatos conhecidos, os historiadores renunciaram à onisciência autoral que os trovadores épicos possuíam. E à medida que a história retirou-se para os áridos confins do rigor empírico, os romancistas assumiram os mais ricos, senão os mais fantasiosos aspectos do passado que os historiadores abandonaram.²³² “Tornar presente

227 Vansina, *Oral Tradition*, pp. 32-6.

228 Fornara, *Nature of History in Ancient Greece and Rome*, pp. 94-5, 135, 163-5; Erasmus, *Copia*, Liv II, 24:649. Vide Gilmore, *Humanists and Jurists*, pp. 95-6; Bolgar, “Greek legacy”, p. 460.

229 Cochrane, *Historians and historiography in the Italian Renaissance*, pp. 488-90.

230 Spiegel, “Forging the past; the language of historical truth in the Middle Ages”, pp. 271, 277.

231 Cervantes (1615), II, Cap. 3, 2:21.

232 Scholes and Kellogg, *Nature of Narrative*, pp. 265-6; também p. 252.

o passado, aproximar o distante,... compreender a realidade dos seres humanos em carne e osso,... trazer nossos ancestrais perante nós com todas suas peculiaridades de linguagem, modos e trajes, mostrar suas casas, sentar às suas mesas, explorar seus guarda-roupas antiquados”, conforme Macaulay sublinhou, “essas partes do ofício que são próprias do historiador foram apropriadas pelo romancista histórico”.²³³

À medida que a ficção subordinada à história ganhou aclamação geral no século XIX, a empatia imaginativa de Scott com o passado popularizou enormemente a própria história; ele ensinava que “épocas muito antigas... eram, na verdade, povoadas por homens vivos,... com as faces coradas, tomados por paixões”, como atestou Carlyle, “não por protocolos, documentos oficiais, controvérsias e abstrações”.²³⁴

O romance histórico não só tornou a história vívida; foi também considerado um guia mais confiável para o passado. “A partir dos livros de ficção obtenho a expressão da vida de outras épocas – os velhos tempos revivem” afirmou Thackeray. “Será que o historiador mais especializado pode fazer melhor?”²³⁵ A ficção tratava de coisas cotidianas bem como de episódios significativos; a história se restringia praticamente a estes. “Eu prefiro a história familiar em lugar da heróica”, repetiu Henry Esmond.²³⁶ Não causa espanto que o crítico marxista Georg Lukács elogiasse Scott. O despertar poético de pessoas comuns enredadas em grandes acontecimentos históricos importava mais do que os acontecimentos em si; por meio dos humildes anais dos pobres, os leitores podiam experimentar novamente o que motivara os homens do passado a pensar, sentir e agir da maneira como o fizeram.²³⁷ Para trazer à tona a “natureza e a força do caráter de um povo”, a história acadêmica deveria dar lugar à ficção histórica.²³⁸

Acadêmicos tornaram-se romancistas para melhor transmitir o passado a seus leitores. Newman, Wiseman e Kingsley escreveram ficção histórica para comunicar suas mensagens religiosas – a santidade da igreja medieval, a necessidade de reintegrá-la

233 “Hallam” (1828), 1:115. Vide Sanders, *Victorian Historical Novel*, pp. 4-5.

234 Carlyle, “Sir Walter Scott” (1838), 3:214. Vide Honour, *Romanticism*, pp. 192-3; Peardon, *Transition in English Historical Writing*, p. 215.

235 *English Humourists of the Eighteenth Century* (1853), p. 78.

236 Henry Esmond (1852), Liv I, cap. 1, p. 46.

237 Lukács, *Historical Novel*, especialmente p. 44.

238 *Bentley's Miscellany* (1859), citado por Sanders em *Victorian Historical Novel*, p. 15.

aos credos contemporâneos – para o maior público possível, da forma mais convincente.²³⁹ Pelos seus meios e não pelos seus fins, os Tractarians de Oxford [N. T. *Tractarianism*; opiniões e princípios religiosos do movimento de Oxford, especialmente em sua fase inicial, redigidos em uma série de 90 documentos denominados *Tracts for the Times*, publicados na Inglaterra em 1833-41.] concordaram com Hegel, que exaltava os romances por tornarem o passado acessível àqueles com pouca instrução.²⁴⁰

Aquilo que o romancista deliberadamente inventasse era considerado virtude; seu passado era mais vital do que o dos historiadores *porque* era parcialmente criado por ele mesmo. A demanda popular por visões imaginativas do passado impregnou tão intensamente a ficção do século XIX, que muitos a identificaram totalmente com o passado; um romance contemporâneo realista, disseram os irmãos Goncourt, era simplesmente um romance histórico sobre o presente.²⁴¹

Contudo, a ficção histórica encontrou seu mais fiel defensor em um historiador do século XX. “O passado como ele existe para todos nós é história sintetizada pela imaginação, e fixada em um quadro por algo que equivale à ficção”, escreveu Butterfield. O romance histórico preencheu duas necessidades. Em primeiro lugar, possibilitou que os leitores *sentissem* o passado, o que a história formal não conseguia:

A vida que ferve nas ruas, que torna cada esquina de um gueto um local de curiosidade e interesse, a vida que é triste e alegre, cansativa e emocionante em qualquer cabana nas montanhas, é um quadro borrado e vago em uma história. Por essa razão, a história não consegue se aproximar tanto dos corações e paixões humanas como pode um bom romance; sua própria fidelidade aos fatos coloca-a... mais distante do cerne das coisas... Para reviver uma época passada, a história não deve simplesmente ser suprida pela ficção;... ela deve ser transformada em romance.²⁴²

Em segundo lugar, a ficção situa os leitores no passado como se fossem pessoas da época, que não poderiam saber o que viria depois. Sobrecarregado com a percepção retrospectiva, o historiador não permitiu que o passado contasse sua própria história

239 Sanders, *Victorian Historical Novel*, pp. 120-47, referindo-se a *Hypatia* de Kingsley (1852-3), a *Fabiola* de Wiseman (1854), e *Callista* de Newman (1855).

240 Citado por Lukács em *Historical Novel*, p. 58.

241 Peckham, *Triumph of Romanticism*, p. 141.

242 *Historical Novel* (1924), pp. 22, 18, 23.

mas transportou-a “para relacionamentos com todos os acontecimentos subseqüentes”; dessa maneira, “o leitor não se perde no passado; ele se coloca de lado para compará-lo com o presente”, e ao ver à distância um mundo encerrado nele, forçosamente, é lembrado de que não se encontra no passado.²⁴³

Não é suficiente saber que Napoleão ganhou uma determinada batalha; se a história deve retornar a nós como algo humano, precisamos vê-lo na véspera da batalha ansiosamente espreitando para ver de que lado o dado cairá... Aquela vitória alcançada em determinado dia não deve ser tomada como certa na noite anterior... Para os homens de 1807, o ano de 1808 era uma zona misteriosa e inexplorada;... estudar o ano de 1807, lembrando o tempo todo o que ocorreu em 1808... é perder as aventuras, as grandes incertezas e o elemento de risco em suas vidas; o que nós agora sabemos, era suspense para os homens da época... A história nem sempre nos dá [essas] coisas pessoais irrecuperáveis; mas sabemos que elas existiram.

Essas coisas “são os verdadeiros toques necessários para transformar a história em uma história”. Ao contrário da história, acreditava Butterfield, a narrativa ficcional conseguia esquecer ou transcender a percepção retrospectiva.²⁴⁴

As distinções entre história e ficção elaboradas por Butterfield legaram a cada uma um papel claramente definido: “Para o historiador o passado é o processo completo de desenvolvimento que conduz ao presente; para o romancista o passado é um mundo estranho para ser contado”.²⁴⁵ Não é mais o caso. Cada gênero invadiu o domínio antes exclusivo do outro; a história desenvolveu-se mais como ficção, a ficção mais como história.

Tanto a estrutura quanto o conteúdo da ficção contemporânea reorganizam substancialmente o passado. Foi-se o tempo linear da ficção do século XIX; *flashbacks*, rasgos

243 Ibid., pp. 22, 26.

244 Ibid., pp. 23-4. O objetivo de Plutarco havia sido impregnar a sua narrativa com as emoções atordoantes e perturbadoras dos reais participantes (Fornara, *Nature of History in Ancient Greece and Rome*, p. 129); objetivo este exemplificado em *Histoire de France*, de Michelet (Bann, *Clothing of Clío*, pp. 49-50).

245 Ibid., p. 113. Historiadores “científicos” de fins do século dezenove acusaram historiadores “literários” de fugir dos fatos pela fábula; inspirado inicialmente pelos romances de Scott para explorar o passado, von Ranke desistiu mais tarde do romance histórico porque a descrição de Scott sobre Charles the Bold e Luís XI em *Quentin Durward* insultou seus padrões de evidência histórica (Wedgwood, “Sense of the past” p. 27; *idem*, “Literature and the historians”, p. 71). Vide *Flaubert and the Historical Novel*, de Anne Green, p. 1.

de consciência, duplicidade dos narradores e múltiplos finais agora decompõem a temporalidade.²⁴⁶ Embora o romance *A mulher do tenente francês* esteja impregnado de história – ou quem sabe por essa mesma razão –, John Fowles propõe que o leitor invente seu próprio final.²⁴⁷ Os livros mais vendidos misturam as duas categorias; o prêmio de ficção *Booker* de 1982 foi para *Schindler's Ark* de autoria de Thomas Keneally que o considera história verídica; porém, na opinião do presidente da comissão do prêmio, “a história é sempre uma espécie de ficção”. Muitos romancistas compartilham essa opinião. “Hoje não há mais ficção ou não-ficção, há apenas narrativa”, segundo E. R. Doctorow, que denomina seu romance *Ragtime* “um falso documento”; diz-se que os romancistas transcendem “as distinções irrelevantes que fazemos constantemente entre fato e ficção”.²⁴⁸

Essa suposta convergência leva alguns romancistas à tentação de exagerar a compreensão ficcional do passado. “A ficção histórica é mais verdadeira que a própria história”, dizem compiladores do antigo gênero, argumentando que a história muitas vezes finge ser verdadeira mas é falsa, enquanto a ficção histórica afirma que apenas uma parte de seu conteúdo é “verdadeira e outra ficcional”, deixando ao leitor a decisão da escolha.²⁴⁹ Alguns romancistas colocam os historiadores do lado de “fora” do passado enquanto apropriam-se indevidamente das verdades “interiores” não documentáveis. “Um historiador pode lhe dizer exatamente o que aconteceu em Borodino, mas apenas Tolstoi, freqüentemente prescindindo dos fatos, pode lhe dizer como era realmente ser um soldado em Borodino”, escreve William Styron, aliando-se a Butterfield; “a verdade imaginativa do romancista... transcende... o que o historiador pode lhe dar”. Styron reduz a história a uma crônica estéril, enquanto eleva o romancista à categoria de um historiador superior que conta a história como ela realmente aconteceu.²⁵⁰ Outros ro-

246 Hayden White, “Burden of history”, p. 125; Strout, *Veracious Imagination*, p. 10.

247 Strout, *Veracious Imagination*, p. 18.

248 Doctorow, citado por Foley em “From U.S.A. to Ragtime”, pp. 102, 99; Larzer Ziff, citado por Edwin McDowell em “Fiction: often more real than fact”, *N.Y. Times*, 16 jul 1981, p. C21. Vide Walcott, “Muse of history”, p. 2.

249 McGarry e White, *World Historical Fiction Guide*, p. xx.

250 Styron, e C.Vann Woodward, “The uses of history in fiction: a discussion” (1969), citado por Strout em *Veracious Imagination*, pp. 167, 164. Os historiadores – e os negros – criticaram a descrição de Nat Turner, por Styron, considerando-a uma ficção que enganava ao excluir fatos importantes (John Henrik

mancistas contemporâneos apresentam o fato como ficção porque consideram a ficção “a realidade mais plena, que não é limitante e arbitrária como a verdade histórica”.²⁵¹ Como diz um narrador de Vidal, “não existe história, apenas ficções de graus variados de plausibilidade. O que pensamos ser história nada mais é do que ficção”.²⁵²

Mas poucas dessas combinações transmitem de fato o espírito do passado. As sensibilidades modernas no mundo picaresco de John Barth, do século XVII, tornaram indistintas as fronteiras entre os fatos e as versões ficcionais dos fatos, sugerindo que Barth “não acredita em história mesmo quando sua narrativa finge evocá-la”.²⁵³ Ao “modernizar” figuras históricas muito conhecidas, o confronto racial no romance *Rag-time* subverte tanto as realidades específicas dos anos 60 quanto as da era Eduardiana.

A ficção critica a história ao mesmo tempo que a canibaliza; a história desmerece as reivindicações da ficção ao mesmo tempo que adota percepções e técnicas ficcionais. Novos métodos e aparelhos de gravação permitem que os historiadores contemporâneos façam o que os vitorianos consideravam que só a ficção podia fazer – relatar o cotidiano do passado. O ressurgimento da narrativa trouxe de volta o passado na forma de histórias. E os historiadores estão cada vez mais cientes da necessidade da retórica ficcional defendida por Hexter.²⁵⁴

Alguns vão ainda mais longe, como o protagonista de David Ely ao reconhecer erros e omissões como parte integrante da veracidade histórica. Por essa razão, Alex Haley defendeu seu livro *Raízes* quando se demonstrou que grande parte dos dados recolhidos do século XVIII eram inventados ou alterados. Os fatos reais nunca poderiam ser conhecidos, replicou Haley, e de qualquer modo importavam menos do que seu passado simbólico ficcional, com o qual milhões de negros americanos se identificaram. Ele reconheceu que Juffure por ele descrita era uma Juffure que nunca existiu, mas

Clarke (ed.), *William Styron's Nat Turner: Ten Black Writers Respond* (1968); John White, “Novelist as historian: William Styron and American Negro slavery”, *Journal of American Studies*, 4 (1971), 233-45; James M. Mellard, “This unquiet dust: the problem of history in Styron's *The Confessions of Nat Turner*”, *Buckwell Review* 36 (1983), 523-43.

251 Larzer Ziff (vide n. 248 acima).

252 1876, pp. 196-7, 194.

253 Tanner, *City of Words: American Fiction 1950-1970*, p. 245, referindo-se a *Sot-Weed Factor*, de Barth.

254 Mas a maioria dos historiadores ainda emprega a forma narrativa do romance de fins do séc. XIX, conduzindo à “obsolescência progressiva da “arte” da historiografia em si” (Hayden White, “Burden of the past”, p. 127).

justificou-a como uma figura composta de aldeias de Gambia da época. A Juffure de Haley foi de fato muito mais do que isso – amalgamou a África Ocidental com Avalon e com o Éden, e idealizou uma América provinciana como um Clube Mediterranée, uma espécie de cidade-estado platônica.²⁵⁵ De fato, apenas esses anacronismos permitiram aos negros americanos identificar *seu* passado com esse lugar remoto e improvável; caso Haley houvesse retratado Juffure como ela realmente era, sua imagem não teria sido apenas desacreditada mas ignorada. Resumindo, a fidelidade factual foi jogada fora por um passado simbolicamente útil. E esse passado triunfou, pois a fama turística começou a transformar Juffure, a partir de então, em uma cópia idealizada do século XVIII, elaborada por Haley.²⁵⁶

O romancista histórico realça igualmente a ilusão às expensas da precisão. Uma vez que precisa “dar a seus leitores uma ilusão tão completa quanto possível de haver vivido no passado”, segundo Hervey Allen, “ele é obrigado a alterar fatos, circunstâncias, pessoas e até mesmo datas”.²⁵⁷

O romancista afeta decisivamente o passado ao modernizá-lo. “Confere-se a todas as situações um espírito moderno”, nas palavras de Goethe, “pois apenas dessa maneira podemos entendê-las e, na verdade, suportar vê-las”.²⁵⁸ Como explicou Scott, “é necessário, qualquer que seja o interesse, que o assunto [seja] traduzido nos moldes, tanto quanto na linguagem da época em que vivemos”.²⁵⁹ Os personagens anglo-saxões e normandos de Scott, não apenas falavam mais ou menos o inglês moderno, eles expressavam relações históricas de modo muito mais preciso do que homens e mulheres daquela época estariam aptos a fazer.²⁶⁰ Em resumo, o anacronismo ficcional é tanto desejável quanto essencial. Butterfield, ao contrário, afirma que a história ficcional compartilha com a história o ônus da percepção retrospectiva, não apenas para tornar o

255 Mark Ottaway, “Tangled roots”, *Sunday Times*, 10 abr. 1977, pp. 17, 21; Israel Shenker, “Few U.S. historians upset by charges”, *IHT*, 11 abr. 1977, p. 5.

256 Para outros, Juffure ainda parece uma aldeia comum da África Ocidental (Brian Whitaker, “The shade of the mango”, *Sunday Times*, 2 out. 1983, p. 26; Robin Laurance, “Back to the roots in a peanut republic”, *The Times*, 10-16 set. 1983, p. 2).

257 Citado por Werrell em “History and fiction”, p. 6.

258 “Teilnahme Goethes aus Manzoni” (1827), 14:838.

259 “Dedicatory epistle to the Rev. Doctor Dryasdust, F.A.S.”, *Ivanhoe* (1820), p. 15. Vide Scott, *Prefaces to the Waverley Novels*, p. 34; David Brown, *Walter Scott and the Historical Imagination*, pp. 173-86.

260 Lukács, *Historical Novel*, p. 69.

passado inteligível mas para dar conta de processos de mudança não evidentes no princípio.

Todos os relatos sobre o passado contam histórias sobre ele, e, conseqüentemente, são parcialmente inventados; como já vimos, contar histórias também impõe suas exigências na história. Ao mesmo tempo, toda ficção é parcialmente “fiel” ao passado; uma história verdadeiramente fictícia não pode ser imaginada, pois ninguém poderia entendê-la. A verdade na história não é a única verdade sobre o passado; cada história é verdadeira em infinitas maneiras, maneiras estas que são mais específicas na história e mais gerais na ficção.²⁶¹

Portanto, os historiadores que afirmam fidelidade única ao passado e escritores de ficção que reivindicam total isenção dessa fidelidade enganam a si próprios e a seus leitores. A diferença entre história e ficção reside mais no propósito do que no conteúdo. Sejam quais forem os mecanismos retóricos de que o historiador dispõe, os princípios de seu ofício proibem-no sabidamente de inventar ou de excluir algo que afete suas conclusões; ao se denominar um historiador e a seu trabalho a história, ele escolhe que ela seja julgada pela exatidão, consistência interna e congruência com os registros remanescentes. E ele não se atreve a inventar um personagem, atribuir características desconhecidas ou incidentais aos personagens verdadeiros, ou ignorar características incompatíveis de modo a tornar sua narrativa mais inteligível, porque não poderia esconder tais invenções daqueles que têm acesso aos registros públicos nem justificá-las quando descobertas.²⁶²

Em contraste, o romancista histórico é forçado a inventar personagens e acontecimentos, ou pensamentos e ações *imaginárias* para pessoas reais do passado. Os limites que o historiador adota com satisfação são intoleráveis para o escritor de ficção, como descobriu John Updike ao reunir documentos sobre a vida do presidente Buchanan. Sufocado pelos fatos determináveis da história, Updike não podia saltar a linha divisória entre ficção e fato. “Detalhes pesquisados não eram tão eficazes quanto os detalhes lembrados, pois não apresentavam o veículo palpável do quase-lembrado por onde navegar; minha imaginação estava congelada pela possibilidade teórica de desco-

261 Munz, *Shapes of Time*, pp. 214, 338 n. 10. Vide também Mink, “Everyman his or her own annalist”, pp. 238-9.

262 Hexter, *History Primer*, pp. 289-90.

brir *tudo*. Um homem real, Buchanan, havia feito isto e aquilo, exatamente assim, uma única vez; e de nenhuma outra forma. Não havia espaço.”²⁶³

Negar que a história e a ficção sejam rotas mutuamente exclusivas ou completamente indiscerníveis rumo ao passado, no entanto, não é tolerar uma solução conciliatória que, ao mesmo tempo em que proclama as virtudes de ambas, não aceita as suas limitações. O que é denominado “ficção” imita grande parte da nova ficção e certa parte da nova história ao embaçar a distinção entre elas, porém ostenta uma suposta onisciência que denigre as duas abordagens.

Ao dar uma interpretação ilusória a respeito da natureza estrangeira do passado, a ficção lembra determinados romances vitorianos que tornaram o passado popularmente acessível ao dar-lhe vida com termos atuais. Hoje em dia óbvios, os anacronismos de tal ficção, na época, passaram despercebidos em sua maior parte. Poucos perceberam que, enquanto humanizavam a vida cotidiana no passado, esses romances também a tornavam atraente, mesmo quando “alegavam fazer o contrário”, escreve Jenkyns; “emprestando um falso sentido de intimidade com Pompéia” ao adular as massas tais romances tinham “um conhecimento especial negado aos professores e acadêmicos”; tornavam as pessoas íntimas do passado, mas ao mesmo tempo diluíam suas paixões através do distanciamento.²⁶⁴ Uma simples verossimilhança fez com que o romance do final da época vitoriana parecesse historicamente válido, mas ele perverteu o entendimento público do passado ao negar, domar ou modificar sua profunda singularidade; nessa ficção, assim como nas histórias dos *Whigs*, o passado torna-se presente, o presente passado, o anacronismo torna-se adereço e os resíduos, terríveis demais para serem digeridos, foram escondidos ou evitados. Com respeito a todas essas re-criações, Henry James discordou de que *Tory Lover*, de Sarah Orne Jewett, buscasse fazer o impossível – representar “a velha *consciência*, a alma, o sentido, o horizonte, a visão de indivíduos em cujas mentes metade daquilo que compõe... o mundo moderno, eram não existentes, ... [pessoas] cujo próprio modo de pensar era condicionado de forma profundamente diversa”.²⁶⁵

263 *Buchanan Dying: A Play*, “Afterword”, p. 259.

264 *Victorians and Ancient Greece*, pp. 83-6.

265 Para Jewett, 5 Out. 1901, em James, *Selected Letters*, pp. 234-5: “Você pode multiplicar os poucos fatos que podem ser obtidos de quadros e documentos, relíquias e material impresso tanto quanto queira – o *real* é quase impossível de se conseguir”.

A relutância em enfrentar essa impossibilidade torna as imagens obtidas na ficção falsas e de má qualidade. Embora “firmemente fundamentado em fatos”, segundo opinião de um produtor, os documentários de televisão, assim como os romances históricos, precisam no final “golpear a personalidade”²⁶⁶ – ou seja, abandonar os fatos pela ficção, renunciando aos fundamentos embora ainda aparente fidelidade aos mesmos. A adaptação da história à televisão exacerba tendências para acomodar as versões do passado como verdades absolutas. Até mesmo quando os produtores admitem que os documentários/filmes combinam fato e ficção, os espectadores os confundem com relatos fiéis da realidade e de fatos passados, presumindo que um empreendimento tão oneroso e visto por tantos deve ser verdadeiro.

“Foi assim que aconteceu” anunciam os documentários/filmes de ficção, em vez de “aconteceu algo semelhante a isso”; o tom de certeza absoluta, envolta em anonimato autorizado, empresta a essas sagas o caráter da verdade revelada.²⁶⁷ Nas histórias escritas, logo de início, a voz do autor nos alerta para sua perspectiva; nas sagas exibidas na televisão, a apresentação elimina a especificidade e responsabilidade autorais. A ficção “contém tantas verdades conhecidas, apresentadas com tamanha perícia, que o restante dela é engolido com... tranqüila credulidade”. E imagens visuais são mais convincentes que relatos escritos. “Antigamente, as pessoas acreditavam no que liam”, diz um crítico. “Essa crença ingênua na veracidade invariável de livros e jornais” deu lugar à crença “de que as câmeras de televisão não mentem jamais... Já que é possível ver, deve ser verdade”.²⁶⁸ Até mesmo os cineastas de antigamente partilhavam dessa convicção. Os que fizeram *The Birth of a Nation* (1914), bem como “a maioria dos espectadores, consideravam-na uma história verídica; você assistirá ao que de fato aconteceu”, anunciou o diretor D. W. Griffiths, “não haverá manifestações de opiniões, você testemunhará o curso da história... O filme não poderia conter nada além da verdade”.²⁶⁹

Relegada ao passado, jaz a época jovialmente cínica da Moviola, quando poucos sabiam e ninguém se importava em saber onde terminavam os fatos e começava a ficção, como, por exemplo, Nicholas Bentley em filme de Cecil B. de Mille, que dizia:

266 Ralling, “What is television doing to history?” p. 43.

267 Ibid., p. 42.

268 Patrick Brogan, “America’s history being rewritten on TV by confusing fact-fiction serials”, *The Times*, 11 out. 1977. Vide Fledelius, *History and the Audio-Visual Media 1*.

269 Sorlim, *Film in History: Restaging the Past*, pp. viii-ix.

Contra a sua vontade
Foi persuadido a deixar Moisés
Fora das Guerras das Rosas.

Em lugar da ignorância e do filistinismo, encontramos hoje tão embriagados com o passado que qualquer coisa serve, desde que seja “autêntica”. No livro *Raízes*, de Haley, que pretende ser história, “autenticidade” significa fidelidade aos sentimentos que encobrem os fatos em invenções anacrônicas, uma busca por raízes de tal modo *engagé* – que abrange muito pouco do verdadeiro passado.²⁷⁰

Nos filmes que se pretendem ficcionais, a paixão pela autenticidade distorce o enredo ao ornamentá-lo exageradamente com detalhes autênticos. Os espectadores podem perceber como fábulas evidentes os romances de época de A. Trollop ou C. Dickens, mas o que podem concluir de *Brideshead Revisited*, cujos produtores se deram ao trabalho de filmar os próprios aposentos de Waugh, em Oxford, de salpicar pintas em ovos de galinha para simular ovos de tordo, consumidos no café da manhã do romance, e de acrescentar imitações de colunas de mármore e murais de Felix Kelly (evocando Vanbrugh e Hawksmoor) ao Castelo Howard? Será que tamanho esforço foi despendido, conforme se declarou, para torná-lo “real para os atores?”²⁷¹ A exibição de Oxford, do Castelo Howard e de Veneza na tela avilta o mundo de fantasia do romance, fazendo-o parecer um pedaço do verdadeiro passado, com acontecimentos reais e não fictícios. Os turistas do século XIX foram a Kenilworth “não com o intuito de ver um lugar onde fatos históricos haviam de fato ocorrido em um passado longínquo, mas sim o de ver um lugar onde as proezas da fantasia eram ficticiamente recorrentes para todo o sempre”, escreve Christopher Mulvery;²⁷² atualmente, um tipo de geografia como a da *National Geographic* serve para dar uma estrutura historicamente autêntica, transformando a ficção do passado em fato do presente.

270 Arragon, “History’s changing image”, pp. 231-2; John J. O’Connor, “Docu-ramas”- authenticity is still the key”, *N.Y. Times*, 10 ag. 1980, p. D29.

271 Derek Granger, citado por Geoffrey Wansell em “The battle of the megaseries”, *The Times*, pré estréia, 9-15 out. 1981. O proprietário do Castelo Howard, George Howard (presidente da BBC quando a série *Brideshead* da ITV Granada foi apresentada), louvou os murais de Kelly pela “sua nostalgia comovente [e] apelo à Terra do Nunca” (Felix Kelly; *The Castle Howard murals*, Partridge Gallery, London, 1982, e crítica de Geraldine Norman, *The Times*, 27 out. 1982). Vide Steven Rattner, “A visit to the real “*Brideshead*”, *IHT*, 9 fev. 1982.

272 *Anglo-American Landscapes*, p. 18

A memória, como já indiquei, é inata e imediatamente discernível da experiência presente. A distinção entre o passado histórico e o presente não é inata mas adquirida, e com frequência incerta ou ausente. Onde o conhecimento do passado é transmitido oralmente, por exemplo, ou onde não existem registros, o passado é percebido inteiramente em função de relatos do presente. Quaisquer que tenham sido as mudanças ocorridas, as narrativas continuamente transformadas procuram mostrar que, desde o princípio, a tradição sobreviveu inalterada; nenhuma linha separa o passado histórico do presente. Nessas sociedades “a verdade lembrada era flexível e atualizada, pois era impossível comprovar que qualquer costume antigo fosse anterior à memória do sábio mais idoso ainda vivo; conseqüentemente não havia conflito entre as práticas do passado e do presente”.²⁷³ Algumas sociedades de tradição oral consideram o presente mera manifestação de um passado que tudo abrangia; outras são tão voltadas para o presente que o passado jamais constitui tema de conversa; ambas negam distinções rígidas entre passado e presente.²⁷⁴ O passado em culturas de tradição oral “não é sentido como um terreno específico, salpicado de ‘fatos’ ou fragmentos de informações verificáveis”, conclui Walter Ong. “Trata-se do âmbito dos ancestrais, uma fonte ressonante para renovação da existência presente, a qual tampouco constitui terreno específico”.²⁷⁵ De acordo com Goody e Watt, “a condição do passado depende de uma sensibilidade histórica que dificilmente pode começar a operar sem registros escritos permanentes”.²⁷⁶ Somente a preservação e disseminação do conhecimento histórico por meio da escrita, e especialmente por meio da imprensa, separa nitidamente o passado do presente.

273 Clanchy, *From Memory to Written Record*, p. 233. Vide Goody e Watt, “Consequences of literacy”, pp. 32-4; Henige, “Disease of writing”, pp. 255-6.

274 Maurice Bloch, “The past and the present in the present”, p. 288.

275 *Orality and Literacy*, p. 98. Mas assim como Bloch, Ong simplifica exageradamente; vide Peel, “Making history”, pp. 128-9.

276 “Consequences of literacy”, p. 34. Alguns fundamentalistas continuam a negar esse estado de passado. Aderindo “à letra de seus autênticos documentos de fundação” e apoiando-se unicamente nas palavras de seus profetas e sábios, Judeus Karaites e Muçulmanos e Protestantes extremistas vivem “num presente religioso em vez de num passado religioso”. Mas assim que “a tradição deixou de ser o *compendium* exclusivo dos interesses de seus adeptos”, seus apologistas procuram confirmação histórica de sua autoridade, e externalizam o passado (Schwartzbach, “Antidocumentalist apologetics”, p. 374).

Embora os registros permanentes revelem e finalmente reforcem essa distinção, houve resistência tenaz ao seu reconhecimento por longo tempo. Na Idade Média, a história era uma literatura cristã unificada, destituída de objetivo ou interesse nas diferenças entre presente e passado. “Os homens daquela época não tinham passado”, conclui E. A. Freeman; “destituídos de consciência, reflexão e crítica, eles escreveram sua própria história em seus trabalhos em vez de decifrar a de seus antepassados por meio dos fragmentos que eles deixaram”.²⁷⁷ Como Raymond de l’Aire de Tignac concluiu no início do século XIV, “Não há outra época além da nossa”.²⁷⁸ Foi somente com Petrarco que a consciência da Antiguidade como uma época distinta começou a figurar na mente dos homens. Mas a fascinação da Renascença por fontes clássicas foi atribuída à relevância delas junto às preocupações do presente; o passado podia ser outro país, mas não poderia ser um país estrangeiro. A relevância exigiu que a história ilustrasse padrões repetitivos de vícios e virtudes eternas.

Como a maioria dos humanistas negou ou ignorou a percepção de Erasmo sobre a mudança histórica; quanto mais nítida se tornou a imagem da Antiguidade, menos ela parecia lembrar o mundo moderno. A consciência histórica possibilitou a alguns filósofos do Iluminismo a redescoberta do mundo clássico, para então perceberem quão longínquo ele ficara, quão inatingível ficara o modelo de harmonia da Antiguidade; eram características de um passado agora completamente irrecoverável.²⁷⁹

Observar o passado como um âmbito diferente não foi nenhuma revolução histórica, às vezes assim denominada, mas sim uma planta de crescimento lento alimentada pelo secularismo, pela crescente investigação de provas, e consciência do anacronismo.²⁸⁰ Já no século XIX, para muitos, a história parecia um todo inconsútil, praticamente indiscernível do presente, e a natureza humana idêntica em todas as épocas.²⁸¹ Os histo-

277 *Preservation and Restoration of Ancient Monuments* (1852), pp. 16-17.

278 Le Roy Laduire, Montaigne, p. 282. Com excessão de um raro interesse na linhagem ou genealogia, os habitantes das aldeias não tinham interesse nas décadas anteriores e “viveram numa espécie de ‘ilha do tempo’, ainda mais isolados do passado do que do futuro” (pp. 281-2).

279 Gilmore, *Humanists and jurists*, pp. 14, 95-6, 101, 109; Starobinski, 1789: *The Emblems of Reason*, p. 272.

280 Preston, “Was there an historical revolution?” p. 362.

281 Lyons, *Invention of Self*, p. 5; W.H. Walsh, “Constancy of human nature”; Grossman, *Medievalism and the Ideologies of the Enlightenment*, p. 250. Gibbon sabia ser menos crédulo do que Livy, mas acreditava que “falavam a mesma língua” e que ele poderia “haver ensinado Livy a ser tão cético quanto

riadores *Whig* enfatizaram a familiaridade e continuidade de passados que eles consideravam exemplares. Para Freeman, as imemoriais reuniões ao ar livre, nos cantões suíços democráticos, associavam vividamente o passado e o presente; Macaulay testemunhou a aprovação da *Reform Act* em sua própria época “como se estivesse vendo Cesar ser apunhalado no Senado, ou Oliver Cromwell apanhando o cetro”; os clássicos do final do período vitoriano pensavam que o mundo de Homero era idêntico ao deles e atribuíram a Aristóteles e Platão seus próprios pensamentos.²⁸² Paradigmas evolutivos reforçaram essas perspectivas: as sementes do presente pareciam inerentes ao passado, as conseqüências do passado eram evidentes por toda parte. E o moderno culto às raízes, que contempla os ancestrais renunciando descendentes, características de família e étnicas perdurando ao longo do tempo, reflete predisposições genéticas similares.²⁸³

Contudo, juntamente com essas predileções evolutivas, outras perspectivas enfatizaram a diversidade da experiência histórica. Herder e seus sucessores ensinavam que cada período histórico, assim como cada cultura, tinham seu próprio caráter ímpar e incomparável; a uniformidade era um mito, as diferenças entre o presente e qualquer passado eram incomensuráveis. No final do século XVIII, a imaginação do romantismo deleitou-se no espírito singular dos tempos passados; muitas dessas épocas serviram de refúgios nostálgicos para o século XIX.²⁸⁴ Mas o caráter estrangeiro do passado somente veio a ser amplamente reconhecido e aceito próximo à virada deste século, quando uma “muralha da China entre o passado e o presente” foi definitivamente levantada.²⁸⁵ O passado estava realmente morto, observou Froude, um precursor dessa tomada de consciência; o distanciamento, e não a intimidade, tornou a Idade Média pungente:

um inglês instruído do século XVIII” porque suas mentes eram essencialmente parecidas (Munz, *Shapes of Time*, pp. 188-9).

282 Freeman (1864), *Growth of the English Constitution* (1874), pp. 1-7; Macaulay para Thomas Flower Ellis, 30 mar. 1831, em seu livro *Letters*, 2:9; Frank Turner, *Greek Heritage in Victorian Britain*, pp. 175-86, 418-27. Vide também Burrow, *Liberal Descent*, pp. 70, 169-70.

283 Dorothy Ross, “Historical consciousness in nineteenth-century America”, pp. 923-4; Buckley, *Triumph of Time*, pp. 15-16; Hija, “Roots: family and ethnicity in the 1970s”, pp. 553-4.

284 Berlin, *Vico and Herder*, p. 145; Honour, *Romanticism*, pp. 175-84, 197folhas; Girouard, *Return of Camelot*; Harbison, *Deliberate Regression*, pp. 139-40.

285 Para Raphael Samuel, esse muro é “um dos principais legados da revolução de von Ranke na historiografia” (“History Workshop I: truth is partisan”, p. 250).

Na modificação de nosso próprio caráter, perdemos a chave que haveria de interpretar o caráter de nossos antepassados, e os grandes homens, até mesmo personagens de nossa história inglesa que precederam a Reforma parecem-nos quase esqueletos fossilizados de outra categoria de seres... Agora tudo se perdeu... e entre nós e nossos antepassados ingleses há um abismo de mistério que a prosa do historiador jamais haverá de transpor adequadamente. Eles não conseguem chegar a nós, e nossa imaginação só pode penetrá-los de modo frágil.²⁸⁶

É difícil para os historiadores reconhecer o passado como um país estrangeiro. Distanciado e diferenciado, ele deixou de ser fonte de lições úteis, transformando-se em um amontoado de anacronismos singulares. Os historiadores se viram incapazes de explicar as relações causais entre passado e presente. “Viver em qualquer período do passado”, que V. H. Galbraith considerava experiência obrigatória do historiador, “é sentir-se tão assoberbado com a percepção da diferença a ponto de confessar-se incapaz de conceber como o presente se transformou no que é”.²⁸⁷

Contra a irrelevância de um passado tão estrangeiro, surgiram também determinados benefícios. Com a perda de seu modelo exemplar, o passado deixou de exercer uma influência tão mutiladora sobre o presente. Causar a “morte do passado”, aliviando assim o presente do seu fardo, tornou-se uma prática declarada dos estudos históricos.²⁸⁸ Maitland considerou que “a função da pesquisa histórica é a explicação, que assim alivia a pressão que o passado obrigatoriamente exerce sobre o presente... Hoje estudamos o antontem, a fim de que o ontem não venha paralisar o hoje, e o hoje não venha paralisar o amanhã”.²⁸⁹ E, para Croce, “escrever a história nos liberta da história, ... da escravidão dos acontecimentos e do passado”.²⁹⁰

Se o reconhecimento da característica estrangeira do passado reduziu sua tirania sobre o presente, também intensificou as virtudes da percepção retrospectiva. A história retrata um passado mais definitivo e dogmático do que o presente, pois a percepção retrospectiva esclarece o ontem, já que não pode esclarecer o hoje; as conseqüências

286 Froude, *History of England* (1856), 1:3, 62.

287 “Historical research and the preservation of the past” (1938), p. 312. Vide Blaas, *Continuity and Anachronism*, p. xiv.

288 Plumb, *Death of the Past*; vide Capítulo 7, pp. 364-5 abaixo.

289 “A survey of the century” (1901), 3:439.

290 Croce, *History as the Story of Liberty*, p. 44.

históricas são no mínimo parcialmente testadas e compreendidas, enquanto que os resultados das ações do presente ainda estão por surgir. Contrastando com a experiência contemporânea, “os exemplos que a história nos apresenta, tanto de homens quanto de acontecimentos, são geralmente acabados: o exemplo inteiro está diante de nós”, escreveu Bolingbroke. “Vemos os [homens] em sua total extensão na história, ... através de um meio menos parcial do que o da experiência”.²⁹¹

É óbvio que a história jamais está completamente encerrada; por mais aguçada que seja nossa percepção retrospectiva, novas conseqüências de acontecimentos passados sempre continuarão a surgir. No entanto, qualquer grau de percepção retrospectiva torna o conhecimento do passado mais conclusivo do que o do presente, como Elizabeth Gaskell observou ironicamente:

Ao olhar o século passado, é curioso verificar a limitada capacidade de nossos ancestrais de associar duas coisas, e perceber a desarmonia ou harmonia daí resultantes. Será que isso se deve ao fato de estarmos afastados dessa época, e termos, conseqüentemente, um campo de visão mais abrangente? Será que nossos descendentes farão conjecturas a nosso respeito, do mesmo modo que fazemos sobre a inconsistência de nossos antepassados, ou se surpreenderão com nossa cegueira?... Tais discrepâncias traspassavam a vida dos homens de bem daquela época. Que ótimo vivermos nos dias de hoje, quando todos são lógicos e consistentes.²⁹²

Em resumo, a explicação histórica ultrapassa toda a compreensão disponível enquanto os acontecimentos ainda estão se desenrolando. O passado que reconstruímos é mais coerente do que foi o passado à época dos acontecimentos. “O que reconhecemos como o Império Romano tratava-se de uma série de experiências desconexas para as gerações que o recuperaram”, afirma Gordon Leff. “Somos nós que lhes damos coerência”.²⁹³ A história, mais ainda que a memória, esclarece, ordena e elucida. Este é o ponto principal do enigma de Namier, segundo o qual os historiadores “imaginam o

291 *Letters on the Study and Use of History* (1752), 1:37. “A experiência é duplamente deficiente; nascemos tarde demais para vermos o princípio e morremos cedo demais para ver o final de muitas coisas. A História compensa as duas deficiências” (1:42). Vide também Lovejoy, “Herder and the Enlightenment philosophy of history” e Heller, *Theory of History*, p. 17. Figuras fantasmagóricas nos poemas de Thomas Hardy transcendem essa distinção, considerando “o presente como algo que já aconteceu e que já foi acompanhado de suas inevitáveis conseqüências” (J. H. Miller, “History as repetition in Thomas Hardy’s poems”, p. 231).

292 *Sylvia’s Lovers* (1863), pp. 58-9.

293 *History and Social Theory*, p. 105.

passado e lembram o futuro”²⁹⁴: explicam o que aconteceu tendo em mente os acontecimentos subseqüentes.

As exigências da narrativa ampliam essas diferenças. Para tornar a história inteligível, o historiador precisa revelar uma estrutura retrospectivamente inerente aos acontecimentos do passado, criando uma ilusão de que as coisas aconteceram daquela forma porque tinham de acontecer. Como já vimos, ele não apenas conhece o resultado do passado como também utiliza esse conhecimento para transformar seu relato em uma história, com um sentido de plenitude e conclusão. O presente, porém, jamais é descrito dessa maneira. Daí provém o tom marcadamente definitivo de muitas crônicas históricas: seguindo uma linha de eficácia comprovada, antigos diários e periódicos revelam agora uma clareza ordenada em marcante contraste com o caos reinante na vida real dos autores, sem mencionar a imprecisão de nossa própria vida ainda em curso.²⁹⁵

Isso implica, no entanto, que a compreensão histórica funde o passado com presente assim como os diferencia; para nós é impossível não confundir o que hoje ocorre com o já ocorrido. Para compreender o que aconteceu, diferentemente do que as pessoas no passado pensavam que estava ocorrendo ou queriam que os outros pensassem, precisamos introduzir nosso próprio pensamento.²⁹⁶ E da mesma forma que o pensamento do presente molda o passado conhecido, a percepção do passado inunda o presente. Segundo T. S. Elliot, o historiador de literatura deve escrever “não apenas com sua própria geração em mente, mas sim com a percepção de que toda a literatura européia desde Homero... tem uma existência simultânea e compõe uma ordem simultânea”.²⁹⁷

Para transpor o abismo mental existente entre o passado e o presente, para efetuar uma comunicação convincente e revestir de coerência interpretativa os relatos históricos é preciso que eles sejam continuamente transformados. Não há verdade histórica absoluta à espera de ser descoberta; por mais diligente e imparcial que o historiador seja, ele, assim como nossas lembranças, não estará apto a relatar o passado “como ele realmente foi”. Nem por isso a história fica invalidada; persiste a crença de que o conhecimento histórico venha a lançar *alguma* luz sobre o passado, e que componentes

294 *Conflicts: Studies in Contemporary History*, p. 70.

295 Vendler, “All too real”, p. 32.

296 Munz, *Shapes of Time*, p. 110.

297 “Tradition and the individual talent”, p. 14.

da verdade ainda nele permaneçam. Mesmo que as percepções futuras mostrem enganos do presente e solapem suas conclusões, as provas agora disponíveis demonstram a quase certeza de que algumas coisas realmente ocorreram e outras não. A cortina da dúvida não isola os historiadores do passado; eles espiam através do tecido e mais além; embasados no conhecimento eles se aproximam da verdade.²⁹⁸

A “verdade” absoluta é um critério recente e incomum para avaliar relatos do passado. Na maioria das sociedades de tradição oral, o status dos relatos históricos depende mais da reputação de seus narradores do que da fidelidade a fatos conhecidos ou de sua eficácia explanatória. Para os Kuba, o verdadeiro passado é aquele que a maioria considera digno de crédito. Já para os Trobriands é aquele que os ancestrais declaravam ser verdadeiro, até mesmo os acontecimentos que, como todos sabem, não aconteceram. As sociedades de tradição oral raramente indagam a viabilidade lógica das narrativas que escutam e podem, assim, aceitar facilmente testemunhos contraditórios sobre o passado, inclusive relatos conflitantes feitos pelo mesmo informante.²⁹⁹

Em nossa própria cultura, os relatos históricos, tradicionalmente, têm servido a muitos propósitos além da “verdade” e, às vezes, estão em campos opostos ao dela – para assegurar a linhagem de soberano no poder, por exemplo, ou para promover o fervor patriótico ou ainda para apoiar causas religiosas ou revolucionárias. Os cronistas dos séculos XII e XIII, explicitamente preocupados em guardar registros “a fim de que o tempo ou o esquecimento não destruíssem a lembrança dos acontecimentos modernos”,³⁰⁰ ainda assim buscaram transmitir “uma versão dos acontecimentos deliberadamente criada e rigorosamente selecionada”, como observa M. T. Clanchy. A “verdade histórica” dos anais dos mosteiros residia “no fato de que deveria ter ocorrido... uma verdade providencial... Os documentos eram criados e cuidadosamente conservados para que a posteridade viesse a conhecer o passado, mas não lhes era permitido acumular por acréscimo natural com o passar do tempo nem a falar por si mesmos, pois a verdade era por demais importante para ser deixada ao acaso”.³⁰¹ Somente a partir dos dois

298 Murphey, *Our Knowledge of the Historical Past*, pp. 15-16. “Existe ... um passado conhecível ... Estou certo de que podemos fazer declarações sobre o passado que possam ser tão verdadeiras quanto falsas” (Steinberg, “Real authentick history” or what philosophers of history can teach us”, pp. 471-2).

299 Vansina, *Oral Tradition*, pp. 102-3; d’Azevedo, “Tribal history in Liberia”, pp. 266-7.

300 Matthew Paris, *Chronica majora* (1250), citado por Clanchy em *From Memory to Written Record*, p. 118.

301 Clanchy, *From Memory to Written Record*, p. 118-20, 147.

últimos séculos é que descrever o passado como ele realmente foi tornou-se a incumbência principal de alguns historiadores. Libertas da tendenciosidade de seus antecessores, gerações sucessivas erroneamente acreditavam-se isentas de predisposições. Montesquieu julgava-se destituído de preconceitos; ao expor os preconceitos inconscientes de Montesquieu, Marat acreditava que ele próprio não os tivesse.³⁰² Raros acadêmicos reconheciam a falibilidade de sua própria época. “Nossos ancestrais,... não tenho dúvida, acreditavam-se tão livres da influência do preconceito e da crença infundada quanto nós nos consideramos”, escreveu uma cronista perspicaz do final do século XVIII.³⁰³ Alertas à tendenciosidade alheia, os historiadores do século XIX também se consideravam racionais e imparciais.

Aqueles que estão seguros de sua objetividade também tendem a minimizar as dificuldades que impedem a sua consecução. Por conseguinte, persiste a percepção errônea de que a história possa obter um relato do passado absolutamente fiel e conclusivo. Muitos historiadores que implicitamente aceitam as limitações do conhecimento acima discutidas não estão dispostos a admiti-las para si próprios, afirma Hexter, porque eles consentem ou se sentem oprimidos por um ponto de vista que confere valor cognitivo apenas à linguagem científica precisa e unívoca.³⁰⁴ Mas até mesmo os que reconhecem explicitamente essas limitações, não raro, evitam suas implicações, como ilustra uma recente discussão. Por um lado, repete-se para os historiadores que os fatos do passado estão encerrados em estruturas que eles mesmos elaboraram, “que as explicações históricas são modelos construídos”, e que os trabalhos de história mais esclarecedores são

302 Gossman, *Medievalism and Ideologies of the Enlightenment*, pp. 350-1.

303 Joseph Berington, *History of the Lives of Abeillard and Eloisa* (1793), 1:li-liiii. “Haverá de chegar o dia em que esta época também pode ser chamada de obscura; e, quem sabe, eles poderiam dizer, éramos nós *crédulos*?” (1:li).

304 Hexter, “Rhetoric of history”, p. 381. Outros críticos são mais severos. “Somente os historiadores dentre todos os cientistas ainda acreditam que a única razão pela qual a verdade os ilude é pelo fato de que eles demonstram demasiado preconceito, ou que suas fontes o fazem, ou que existem “fatos” que estão faltando” (Munz, *Shapes of Time*, p. 221). “Desde a metade do século XIX, a maioria dos historiadores teve predileção por uma espécie de obstinada ingenuidade metodológica... Essa desconfiança de sistema... levou a uma resistência através da profissão inteira... para quase todo tipo de auto-análise crítica” (Hayden White, “Burden of history” (1966), pp. 111-13). Michael Kammen sugere que a revolução na consciência metodológica desde 1970 torna obsoletas estas críticas (“Introduction: the historian’s vocation and the state of the discipline in the United States” (1980)), mas na Grã-Bretanha existem poucos sinais de qualquer revolução do tipo. Vide Steinberg, “Real authentic history”, pp. 455, 463.

aqueles influenciados pelas ficções mais imaginativas e amplas. A indistinção entre os limites da história e ficção deveria tornar os historiadores mais humildes, advertindo-os do quão fragmentária e oblíqua deve ser sua visão de passado; também deveria alertá-los para novas possibilidades. Abandonando uma epistemologia positivista, eles poderiam... revelar um âmbito mais amplo de verdades históricas. Poderiam até mesmo reconhecer a força da narrativa da verdade da ficção literária.

O livro *Cem anos de solidão* de Garcia Márquez, por exemplo, “destrói as suposições positivistas sobre a causalidade linear e a verdade histórica”, argumenta Jack Lears, “mas conta também algumas verdades históricas profundas sobre a ‘modernização’ de uma sociedade colonial”.³⁰⁵

Por outro lado, somente a crença de que o passado verdadeiramente existe dá aos historiadores segurança para recolher e ordenar provas e “nos aproxima do conhecimento da verdade sobre esse passado, ‘como ele realmente foi’, mesmo se a verdade plena e completa sobre o passado permaneça sempre fora de seu alcance”. Essa epistemologia pode ser antiquada, admite Gordon Wood, mas somente tal convicção “torna possível a história escrita. Os historiadores que abandonam essa convicção colocam em risco sua disciplina”.³⁰⁶

A abordagem do conhecimento histórico, em seu contexto mais amplo que tentei fazer aqui, me deixa em dúvida acerca de preceitos que prendem os historiadores a padrões de exatidão que eles são obrigados a infringir, enquanto permanecem relutantes para explorar o que a história profissional tem em comum com *Everyman* de Becker. Michael Oakeshott faz distinção entre o historiador completamente desinteressado, preocupado com o passado unicamente em função do passado, e as pessoas “não historiadoras”, “práticas”, que utilizam o passado para compreender, sustentar ou reformar o presente.³⁰⁷ Essa distinção, porém, é irreal: o passado do homem prático raramente é exclusivamente operacional; o historiador também está inevitavelmente ligado ao presente. Os modelos de Oakeshott são ambos “históricos” no mesmo sentido.

A vocação do historiador, declara Michael Kammen, é fornecer à sociedade uma memória diferenciada.³⁰⁸ De fato, para comunicar-se eficazmente, ele precisa diferenciar.

305 “Writing history: an exchange”, p. 58.

306 *Ibid.*, p. 59.

307 “Activity of being an historian”; *idem*, *On History*, pp. 35-9, 43.

308 “Vanitas and the historian’s vocation”, pp. 19-20.

Somente ao moldar seletivamente as fontes disponíveis o historiador consegue, seja ele acadêmico profissional ou romancista, transmitir coerentemente o conhecimento do passado. Muitos, de fato, fornecem à sociedade essa memória diferenciada, mas pouco uso se faz dela: o abismo entre os cronistas sofisticados e o público em geral parece aumentar constantemente. O passado jamais foi tão conhecido e é cada vez menos compartilhado. A síntese “progressiva” que marcou a escrita da história americana até vinte anos atrás, por exemplo, deu lugar a amontoados de fragmentos dirigidos a públicos diferentes a partir de etnias, faixas etárias e classes sociais.³⁰⁹ O crescimento do romance histórico e de cultos nostálgicos contrastam fortemente com a queda de matrículas em história acadêmica e o declínio do conhecimento histórico entre os estudantes universitários, os quais “não conseguem identificar Sócrates, confundem o Iluminismo com o nome de uma banda de *rock* e a menção de nomes como McCarthy, Kennedy ou Vietnã não evoca significado algum”.³¹⁰

Por que razão a crudição profissional não pôde dissipar a ignorância em geral? Alguns culpam os historiadores, que dão preferência a especializações cada vez mais minuciosas, parafernalias técnicas proibitivas, e ignoram até mesmo os leitores instruídos a fim de satisfazer seus pares na academia. “Podemos ignorá-la”, avisa um historiador, “mas a terrível verdade é que tanto a fragmentação quanto a especialização excessiva degradaram a capacidade mental de numerosos profissionais”.³¹¹ No entanto, há poucas evidências de que hoje os historiadores sejam mais limitados ou mais científicos; a maioria prefere a linguagem comum em lugar do jargão, e seu trabalho é mais acessível do que o da maioria de outros acadêmicos.

Eu atribuo a existência desse abismo à enorme expansão do conhecimento histórico. A alfabetização em grande escala e a força preservadora da palavra impressa permitem que todo o conhecimento sobre o passado seja acumulado, e a história formal ampliou-se a fim de acomodar o passado de culturas não-européias e uma série de novos fenômenos.

309 Gutman, “Whatever happened to history?” p. 554.

310 Burns, “Teaching history: a changing clientele and an affirmation of goals”, pp. 20-1. Vide John Lukacs, “Obsolete historians”.

311 Burns, “Teaching history”, p. 20. “Os historiadores estão cada vez mais especializados, especialistas em uma única década ou um único assunto, e mesmo assim não conseguem acompanhar a profusão de monografias. A maioria agora não tem nenhuma pretensão de escrever para um público instruído. Escrevem uns para os outros, e com toda sua parafernália científica... eles podem às vezes contar seus leitores pelos dedos da mão” (Gordon Wood, “Star-spangled history”, p. 4). Vide também Yardley, “Narrowing world of the historian”.

Conseqüentemente, ninguém está apto a assimilar mais do que uma fração mínima dele.³¹² Hoje somos todos especialistas, desde o torcedor fanático de futebol, que conhece todas as classificações passadas de cada time, até os especialistas na vida dos santos ou na história da maiólica. Os historiadores profissionais, forçosamente, ignoram a maior parte das perspectivas do passado que é objeto de estudo de seus próprios colegas.

A acumulação de conhecimento histórico também ampliou a distância entre o alfabetizado e o analfabeto, entre o que é apreendido do passado ao ler ou ao ouvir contar. A maneira como as pessoas mais cultas assimilam a história as distancia progressivamente do resto do mundo. Essa distância também se aplica ao conhecimento que se tem do passado na idade adulta, diferente do conhecimento que se tinha do passado quando jovem. Na verdade, ela afasta os adultos do seu próprio passado na infância, pois o hábito da leitura, bem como as convenções da maturidade, impedem que adultos de ambos os sexos compreendam as percepções que tiveram antes de sua alfabetização.³¹³

O conhecimento do passado, por conseguinte, parece inversamente proporcional ao que é conhecido *in toto*. Nas sociedades de tradição oral as narrativas históricas são parcas e, às vezes, guardadas em segredo, muito embora a maior parte do conhecimento do passado seja compartilhada. Nas sociedades letradas os textos históricos impressos estão largamente disseminados, mas a maior parte do conhecimento do passado está fragmentada em segmentos de acesso exclusivo a pequenos grupos de especialistas, e o passado consensualmente compartilhado está restrito à mídia que o veicula superficialmente.³¹⁴

312 "O mero volume do repertório literário significa que a proporção do todo que qualquer indivíduo conhece deve ser infinitesimal em comparação com o que se obtém em culturas de tradição oral. Sociedades letradas, apenas por não terem um sistema eliminatório, ... impedem o indivíduo de participar por completo da tradição cultural total até qualquer coisa na medida do possível na sociedade não letrada". (Goody e Watt, "Consequences of literacy", p. 57).

313 Eisenstein, *Printing Press*, pp. 432-3.

314 Miller, "Listening for the African past", p. 11.

Grande parte das marcas deixadas pelo homem na face da terra no decorrer de dois milhões de anos na qualidade de animal que acumula detritos, que se intrumete, e que vez por outra é artista, tem um aspecto em comum: essas marcas são coisas, e não feitos, idéias ou palavras.

Glynn Isaac

*Whither archaeology?*³¹⁵

As relíquias tangíveis sobrevivem na forma de características naturais ou de artefatos humanos. O conhecimento adquirido por meio da memória e da história. Mas nenhum objeto ou vestígio físico são guias autônomos para épocas remotas; eles iluminam o passado apenas quando já sabemos que eles lhe pertencem. A memória e a história escolhem apenas determinadas coisas como relíquias; o restante que nos circunda parece referir-se apenas ao presente, desvinculado do passado. E a convivência cotidiana despoja de sua condição de passado muitos artefatos anteriormente identificados como relíquias.³¹⁶

O passado tangível, não obstante, é incomensuravelmente volumoso. Poucos artefatos são inteiramente recentes, e até mesmo eles exibem em geral antecedentes reconhecíveis. As relações com os modelos são ubíquas, abrangendo não apenas ruínas e reconstruções mas tudo que esteja marcado pelo tempo, uso ou finalidade memorial.

Esses vestígios formam um conjunto incomparavelmente maior do que o pertencente à época atual. Segundo Rose Macaulay, “existe sobre e sob a terra um número muito maior de construções arruinadas do que intactas”.³¹⁷

Qualquer observador de paisagens vivas, pelo menos na Inglaterra, constantemente se “defronta com mortos e moribundos – escavações pré-históricas, vilas romanas, inscrições normandas, cidades extintas ou em ruínas, aldeias desertas, estradas de ferro abandonadas do século XIX”.³¹⁸ A arqueologia herda a terra; quase todos os lugares guardam escombros e embalam lembranças de incontáveis acontecimentos passados.

315 1971, p. 123.

316 Tuan, “Significance of the artifact”, p. 469.

317 *Pleasure of Ruins*, p. xvii.

318 Glyn Daniel, *Idea of Prehistory*, p. 140.

As características das relíquias que marcam a terra e influenciam a mente incluem não apenas artefatos humanos mas também produtos da natureza. A imagem da terra como tesouro geológico e arqueológico inspirou Thomas Browne:

Os tesouros do tempo jazem em urnas, medas e monumentos, pouco abaixo das raízes de algumas plantas. O tempo esconde infinitas raridades, de todas as variedades, revelando antigas coisas no céu, novas descobertas na terra, e até mesmo a descoberta da terra. A veneranda América da Antiguidade repousou enterrada por milhares de anos; e grande parte da terra ainda se encontra na urna até nossos dias.³¹⁹

Grande parte do passado ainda está por se tornar visível. Mas o que é potencialmente visível é onipresente.

Por serem ubíquas, as relíquias sofrem desgaste maior do que as lembranças ou histórias. Enquanto a história impressa e memórias gravadas em teipe podem ser disseminadas de modo irrestrito tornando-se, assim, potencialmente imortais, as relíquias físicas sofrem desgaste constante. Embora ainda haja muitos vestígios a serem encontrados, ressuscitados e decifrados, o passado tangível é, em última instância, uma fonte finita e não renovável, exceto quando o tempo engendra novas relíquias. Estruturas anteriores inexoravelmente dão lugar às subseqüentes, pois duas coisas não podem ocupar o mesmo espaço ao mesmo tempo. Se os artefatos fossem iguais às lembranças, tudo que já foi construído poderia ser descoberto novamente, comenta Freud; Roma, por exemplo, seria uma cidade “na qual nada outrora construído teria perecido, e todos os estágios de desenvolvimento anteriores teriam sobrevivido juntamente com os posteriores”,³²⁰ à semelhança de paisagens romanas de van Poelenburgh e Weenix, justificando relíquias perdidas e encontradas com características do presente.³²¹ Lembranças remotas e recentes sobrevivem amiúde ao lado de impressões atuais da mesma cena, porém, no que tange aos artefatos, o novo deve substituir o velho; as coisas materiais emergem quando se descarta os revestimentos anteriores. Se assim não fosse, o passado

319 *Hydriotaphia, Urne Burial* (1658), p. 135.

320 Freud, *Civilization and Its Discontents* (1930), p. 17. Vide seu *Psychopathology of Everyday Life*, p. 275n; Bernfeld, “French and archeology”, p. 120. O historiador Régine Robin utiliza temporalidade composta da história para possibilitar a “várias gerações de redescobrirem a si mesmas na imagem de Roma de Freud” (“Toward fiction as oblique discourse”, p. 242; vide também Robin, *Cheval blanc de Lénine ou l’histoire autre*, pp. 138-50).

321 Eunice Williams, “Introduction”, *Gods & Heroes*, p. 24. Vide p. 287, abaixo.

e o presente desapareceriam na inteligibilidade, como o palimpsesto da planície ao redor de Roma que, segundo Hawthorne encontrava-se “de tal forma repleto de acontecimentos memoráveis que um obliterava o outro, como se o Tempo houvesse feitos riscos e sobre esse rabiscado ele tornasse a riscar infinitamente seus próprios registros”.³²²

Os artefatos são continuamente extintos, seja repentinamente destruídos por terremotos ou enchentes, guerras ou iconoclastos, seja vagarosamente destruídos pela erosão. Resta menos da semana passada do que do dia de ontem, e menos do ano passado do que do mês que passou. “Você consegue ver o ontem; a maior parte dele ainda subsiste”, reflete o inventor da ficção de Jack Finney. “E existe muito de 1965, 1962 e 1958. E também sobrou um bom pedaço de 1900. E... há fragmentos de épocas ainda mais remotas. Construções isoladas. Às vezes, várias agrupadas... fragmentos remanescentes de uma clara manhã de abril de 1871, de uma tarde cinzenta do inverno de 1840, de uma alvorada chuvosa de 1783.”³²³ Mas a maior parte do passado remoto desapareceu por completo ou tornou-se irreconhecível. “Se a Inglaterra existente em 1685 pudesse, por algum processo mágico, ressurgir diante de nossos olhos, não haveríamos de distinguir uma paisagem dentre cem ou uma construção dentre dez mil. O senhor de terras não reconheceria seus próprios campos. O habitante da cidade não reconheceria sua própria rua. Tudo mudou, menos as características marcantes da natureza, e algumas poucas obras sólidas e duradouras da arte humana.”³²⁴ Palavras essas tão mais verdadeiras hoje, decorridos mais de um século desde que T. B. Macaulay as escreveu.

As relíquias sucumbem ao desgaste de significado como também de importância. Nosso próprio território do passado perderá importância para nossos descendentes à medida que nosso presente e futuro iminente se tornem componentes do passado *deles*. “Todo o nosso passado encolhe e obscurece”, de acordo com Becker: “na longa perspectiva dos séculos, mesmo os acontecimentos mais notáveis... devem inevitavelmente, para a posteridade, desvanecer aos poucos até se transformarem em pálidas réplicas do original, perdendo a cada geração subsequente, à medida que eles retrocedem a um passado mais remoto, um pouco da importância que já lhes fora atribuída, um pouco do encantamento que outrora os revestia”.³²⁵

322 *Marble Faun*, p. 101.

323 *Time and Again*, p. 56.

324 T.B. Macaulay, *History of England* (1848), 1:281.

325 “Everyman his own historian”, pp. 22-3.

O quanto apreendemos do passado por meio de suas relíquias remanescentes varia segundo diversas circunstâncias. Uma delas refere-se à manifesta antiguidade de coisas ao nosso redor. Determinados locais, cidades, casas, mobiliários refletem nitidamente o passado – áreas inteiramente ocupadas por ruínas de cidades, escavações pré-históricas, memoriais aos mortos, salas repletas de antiguidades, mementos, lembranças, velhas fotos de família. Outros locais, novos, recentes ou provisórios sugerem menos antiguidade. Regiões há pouco habitadas, obviamente, não exibem os monumentos e construções antigas, os sótãos, baús e museus, que conferem às mais antigas um passado humano palpável.³²⁶

O passado que se sente decorre em função da ambientação e do local em si. “Quase tudo depende do horário em que se visita o local”, adverte um guia habituado com as antiguidades existentes na Grã-Bretanha. “Uma tumba do período neolítico recoberta por um montículo de terra observada ao sol do meio-dia de um dia de verão, rodeada por uma cerca de arame farpado do Departamento de Obras Públicas, latas e lixo e placas despidas de qualquer mistério, apresentará aspecto completamente diverso ao pôr-do-sol, quando os visitantes já tiverem partido”.³²⁷ As condições climáticas podem ampliar – ou dissipar – uma ilusão de história. No vale do rio Tâmsa, as brumas do outono “podem encobrir completamente as colinas ao longe e as seculares florestas do vale, deixando à vista apenas a dura paisagem de selva industrial”, observa Paul Johnson. Em outras ocasiões, porém, a chuva que castiga o aeroporto pode tornar “os jatos invisíveis e inaudíveis, enquanto... o Castelo de Windsor emerge da névoa,... o sol brilhando nas amuradas de pedra e o estandarte real tremulando na fortaleza. Durante alguns momentos, há uma transformação na essência da paisagem... que volta a ser a mesma que se via quando Chaucer ainda escrevia”.³²⁸

326 Stegner, *Wolf Willow*, p. 29.

327 Newby and Petry, *Wonders of Britain*, p. XV.

328 Paul Johnson, “London diary”, *New Statesman*, 13 Set. 1968, p. 314. De fato, a cena descrita por Johnson é em grande parte o trabalho de Jeffrey Wyattville no século XIX, e “a pretensão de autenticidade [de Windsor] dificilmente enganaria uma criança de quatro anos” (Lancaster, “Future of the past: some thoughts on preservation”, p. 127).

Assim como as lembranças, relíquias outrora esquecidas ou abandonadas podem tornar-se mais preciosas do que aquelas em uso contínuo; a descontinuidade em sua história atrai a atenção para elas, particularmente se a escassez ou fragilidade as ameaçarem de iminente extinção. Artefatos inicialmente revestidos de valor transitório e reduzido, que caem no limbo do refugio, com freqüência são mais tarde ressuscitados como relíquias de grande importância.³²⁹

Nossa propensão e capacidade de detectar o passado, relacionando o que hoje existe com tempos anteriores, também determina até que ponto percebemos as coisas como relíquias. Há os que observam pedras muito antigas ignorando totalmente sua história; outros, porém, revestem aquilo que é novo e estéril com associações ao passado. Fechando os olhos para diferenças palpáveis, muitas sociedades tradicionais não fazem distinção entre artefatos contemporâneos e aqueles construídos em épocas ancestrais ou há muito utilizados. Por conseguinte, a percepção das formas das relíquias exige não somente diferenças reais entre os materiais remanescentes e atuais, mas também a capacidade e disposição para reconhecer essas diferenças. A rápida obsolescência e freqüentes substituições nos encorajam a identificar as coisas como “antigas”; deparamo-nos facilmente com anacronismos que nasceram, por assim dizer, no dia de ontem.³³⁰

Para perceber o passado nas coisas, também é preciso saber a época ou a freqüência com que as vimos ou a seus similares, anteriormente. Para reconhecer suas características de relíquias precisamos evocar circunstâncias distintas das do presente, porém não muito dissimilares. Cenas presenciadas diariamente mudam de maneira tão imperceptível que o passado se funde com o presente; as que são revistas após prolongada ausência podem parecer irremediavelmente alteradas.

A distância que as lembranças podem retroceder também afeta a avaliação do que resta do passado – e o que deveria ser feito dele. Demolições e reconstruções feitas em Bloomsbury deixaram os vestígios da era georgiana com aspecto tão patético, que os que se lembram das praças existentes há uma geração não vêem razão em poupá-las da demolição. Em comparação, visitantes de pouca idade ou habitantes mais jovens ou recém-chegados que não podem recordar os velhos tempos, acolhem com entusiasmo os poucos tesouros remanescentes.³³¹ Como tristes recordações de todo um passado, as

329 Michael Thompson, *Rubbish Theory*.

330 J.G. Mann, “Instances of antiquarium feeling in medieval and Renaissance art”, p. 255.

331 Ashley Barker, Greater London Council, *Historic Buildings Division*, entrevista em 4 maio de 1978.

reliquias do século XVIII têm pouco valor; para os recém-chegados, que não têm outra lembrança em mente, elas são espécimes preciosos da Antiguidade.

As mudanças que nós sofremos – o crescimento desde a infância, o declínio rumo à velhice ou simplesmente a soma das experiências adquiridas – podem impregnar cenas que não mudaram com uma aura do tempo. “A princípio não consegui reconhecê-la”, diz Marcel, de Proust, ao ver a imutável Odette após um intervalo de muitos anos, “não porque ela houvesse mudado mas sim porque ela não mudara”.³³² Velhos filmes revistos após muito tempo parecem diferentes não porque eles tenham mudado, mas sim porque nós mudamos. As lembranças que nos trazem – o ressentimento de que elas talvez tenham se tornado esmaecidas ou embotadas ou decepcionantes – refletem principalmente as transformações que sofremos com o passar do tempo, bem como as mudanças sociais.³³³

Todas as relíquias, por conseguinte, existem simultaneamente no passado e no presente. O que nos leva a identificar as coisas como antiquadas ou antigas varia de acordo com o meio ambiente e a história, com o indivíduo e a cultura, com a perspectiva e percepção históricas.

Três processos distintos nos alertam de que as coisas provêm do passado ou estão relacionadas com ele: o envelhecimento, a ornamentação e o anacronismo. O primeiro, a deterioração e o desgaste atribuídos ao envelhecimento; o segundo, a ornamentação que celebram ou então chamam a atenção para alguns aspectos do passado; o terceiro, a distância histórica, transforma as relíquias em emanações de uma era anterior. As coisas “antiquadas” – tirantes de carruagens, xícaras com proteção para bigode, carros antigos, frontões clássicos – exibem ou ecoam formas ou estilos antiquados. Algumas ainda são utilizáveis, outras obsoletas; algumas encontram-se em sucatas, outras em museus. O que todas têm em comum é que parecem vir de uma época anterior: são anacrônicas. A consciência de que as coisas são anacrônicas propicia a percepção histórica.

Se os artefatos parecem antiquados, acreditamos que eles venham de um passado histórico. Eles podem ou não conservar suas funções originais – moinhos, às vezes, conservam; fornos para secagem de tabaco, não – porém nenhum deles é construído

332 *Remembrance of Things Past*, 3:990.

333 David Robinson, “The film immutable against life’s changes”, *The Times*, 7 dez. 1983, p. 11.

atualmente, exceto como imitações do gênero tradicional. Telhados de sapé ainda são utilizados, e sua popularidade gerou cópias feitas de fibra de vidro à prova de fogo; no entanto, até mesmo o sapé simulado e novo exibe uma aura de antiguidade porque ele parece antigo.

Espécies de plantas e animais que remontam a épocas muito remotas ou que se encontram no estágio final da escala evolutiva também parecem antiquadas. Exemplares remanescentes do celacanto, tuatara, e das iúcas são anacronismos que combinam melhor com ambientações do passado do que com as atuais. Vestígios de fósseis invocam histórias de espécies hoje extintas, envelhecendo também as camadas que os corporificam. E a própria ausência de fósseis empresta antiguidade às rochas pré-cambrianas: destituído de qualquer vestígio de vida subsequente, o Escudo Canadense transmite uma sensação perturbadora dos primórdios.

Os sons, assim como a matéria, podem parecer antiquados. Temas musicais, timbres e estilos parecem “velhos” quando reconhecidos como antigos ou arcaicos, e os ouvintes que conhecem a história da música conseguem localizar cronologicamente uma obra mesmo se jamais a ouvirem. Até mesmo uma determinada nota pode evocar o passado musical: alguns *cognoscenti* “não podem ouvir um Si menor sem que o nosso subconsciente seja revolvido pelas lembranças do *Kyrie* da missa de Bach, do primeiro movimento da Sinfonia Inacabada, e da *Pathétique* de Tchaikovsky”.³³⁴

O timbre da música pode indicar o passado histórico. Certos instrumentos produzem sons que soam arcaicos não importa de que época sejam. Concebemos a música antiga com determinadas características: fraca, aguda, trêmula, nasalada; ela era também destituída de tonalidade bem temperada e apresentava sons acústicos específicos – a voz de *castrato*, por exemplo – rara em nossa própria época. Quando ouvimos esses sons hoje, sentimo-nos na presença do passado.

A pré-suposição de antiguidade pode ser errônea: poucas relíquias musicais igualam a autenticidade pura dos ossos de mamute da Ucrânia, utilizados pelo homem de Cro-Magnon como instrumentos de percussão 20.000 anos atrás, que ainda hoje produzem

334 Abraham, *Tradition of Western Music*, pp. 34-5. A música popular envelhece rapidamente: “O disco era antiquado, e tinha um som metálico apenas parcialmente devido à agulha... Poucos artifícios sem sentido de sincopação... faziam lembrar os vestidos antiquados das garotas que haviam dançado ao som dele. Era estranho pensar que já houvesse soado moderno. Agora era como um toldo aberto no sol, quase branco, que anos atrás tinha listas de vermelho e amarelo vibrantes” (Larkin, *Girl in Winter*, pp. 118-19).

sons “fortes, ressonantes e musicalmente expressivos”.³³⁵ Muitos instrumentos “antigos” são, na verdade, cópias recentes; algumas músicas modernas foram compostas com o intuito de soarem acusticamente antigas ou, como a *cantata* de Stravinsky, *Lyke-Wake*, apresentam um som antiquado. Porém, o que nos interessa aqui é a suposição de antiguidade, e não sua veracidade. Um estilo deliberadamente arcaico empresta profundidade histórica à música, mesmo quando sabemos que a aparência de antiguidade foi planejada. Nós associamos arcaísmos com épocas anteriores; quando ouvimos tais sons, eles, por conseguinte, nos parecem antigos.

É preciso pouca experiência histórica para identificar a maioria das coisas como anacrônicas. O novato na história da arquitetura, incapaz de diferenciar o clássico do neo-clássico, o estilo Rainha Anne do georgeano, o Tudor do falso Tudor, acredita com razão que todos esses estilos têm alguma ligação com o passado. Incontáveis pistas atestam a “antiguidade” de peças de mobiliário, prataria, roupas e pinturas. A própria preponderância das falsificações consubstancia a questão: as fraudes só são convincentes quando incorporam a insígnia de antiguidade. O mesmo ocorre com emulações e imitações confessas, arquitetura de época, modismos nostálgicos: alguns se queixam de que eles desvalorizam a moeda verdadeira, mas a objeção admite a semelhança e confirma a ligação com o passado.

Defeitos e virtudes do conhecimento das relíquias

O legado tangível apresenta vantagens e desvantagens, como fonte de conhecimento. Uma de suas limitações é o âmbito restrito do passado que descortina. Conforme afirmou um personagem de Naipaul, “O passado está aqui”. E ele mostrou o seu coração. “Não está lá”. E ele apontou a estrada poeirenta.³³⁶ As relíquias nos oferecem apenas conjecturas sobre comportamentos e convicções; para demonstrar reações e motivos do passado, os artefatos precisam ser ampliados por relatos e reminiscências. Essa é uma grave desvantagem, pois são os “pensamentos, sentimentos e ações... [que] são a substância da história, e não paus, pedras e bombazinas”.³³⁷ Ao contrário da história e da memória,

335 Bibikov, “A Stone Age orchestra” (1975), citado na p. 30. Melodiya, o negócio de gramofones soviético, lançou uma gravação “hipnótica” da música tocada com esses ossos (Michael Binyon, “Paleolithic record of prehistoric rhythm”, *The Times*, 22 Nov. 1980, p. 5.

336 *Bend in the River*, p. 123.

337 Hale, “Museums and the teaching of history”, p. 68. “Quando a matéria-prima não contém traços do

cujas próprias existências prenunciam o passado, o passado tangível não tem vida própria. As relíquias são mudas; elas requerem interpretação para exprimir sua função de relíquia.

As relíquias também são estáticas. Enquanto o passado lembrado e registrado pode transmitir o sentido de passagem pelo tempo, a maioria das relíquias tangíveis exhibe apenas momentos suspensos no tempo. A notória visibilidade das relíquias, especialmente as antigas construções, acarreta a tendência de superestimar – e supervalorizar – a estabilidade do passado. A aura de antiguidade existente em locais bem preservados não implica, na verdade, vitalidade histórica, mas sim a privação de energia inovadora posterior. “Embora as pessoas andassem nas calçadas, pairava no ar uma sensação de abandono como se esse fosse um lugar do qual, há muito tempo, todos houvessem partido”, conforme Lively descreve a cidade de Cotswold em Burford. “Todas as construções eram antigas, muitas delas bonitas: pareciam reunidas em triste abandono como em ilustrações de livros do passado.”³³⁸ Todas as relíquias pareciam mortas.

Um sentido vivo, diacrônico do passado requer uma “tensão dinâmica entre o que se vê e o que se sabe que outrora existiu, e ainda existe em alguma forma fragmentada ou simbólica”, sugere Gillian Tindall – um dinamismo raro em áreas muito preservadas. Ela contrasta a continuidade permanente da cidade do condado de Kent com a atmosfera perfeita e estática de algumas famosas áreas londrinas:

As assim chamadas áreas “históricas” – incluindo muitas áreas tombadas – são precisamente aquelas onde o tempo parou, e até certo ponto morreram, preservadas em algum ponto do passado. Cidades que puderam manter esse aspecto homogêneo... são, por definição, áreas que não sofreram convulsões sociais e deslocamentos físicos e que tornam interessante estudar sua história... Paradoxalmente, esses lugares onde o “interesse” local “pelo passado” é tão importante entre sucessivas gerações de habitantes ricos e com disponibilidade de tempo, na verdade revelam menos o passado como um todo... do que outros lugares mais comuns e maltratados.³³⁹

pensamento, as portas para o passado permanecem fechadas”; portanto, o quadro do passado feito pelos arqueólogos não é apenas pobre mas também bizarro, como se “os povos beaker” ou “Cultura Hallstadt” “fossem sociedades genuínas” (Munz, *Shapes of the Past*, pp. 179-80). Para uma visão contrária do poder explicativo das relíquias, mesmo por processos cognitivos, vide Renfrew, *Towards an Archaeology of Mind*, pp. 16-23.

338 *House in Norham Gardens*, p. 121. Ian Jack descreve as aldeias de Cotswold como “encantadoras conchas, litorninas habitadas por caranguejos eremitões” (“The new gentry in a fine and private place”, *Sunday Times*, 8 Mar. 1982, pp. 16-25, menção na p. 20).

339 *The Fields Beneath*, p. 116.

Lugares hoje conservados com todo zelo devem, indubitavelmente, ter desfrutado um prolongado período de equilíbrio. Mas quando muito sobrevive de uma determinada época, pouco pode ter ocorrido desde então; caso contrário, a maioria dessas coisas antigas já teria sido substituída. A Pompéia antiga sobreviveu com todos os detalhes somente porque não houve uma nova Pompéia. Em West Wycombe “vislumbramos vividamente como deveria ter sido a vida”, declara o proprietário, precisamente porque ali “o tempo parece haver parado”.³⁴⁰ Mas o tempo não pára, e se assim for percebido, constrói-se uma interpretação errônea do passado.

No entanto, a rota dos artefatos rumo ao passado também tem virtudes especiais. Uma delas é a relativa ausência de preconceito intencional. A partir do Renascimento, os eruditos, cientes das adulterações e falsificações de textos, voltaram-se para as relíquias como testemunhas mais confiáveis do passado.³⁴¹ Embora hoje seja evidente que os artefatos são modificados tão facilmente quanto as crônicas, a crença em sua veracidade ainda perdura; uma relíquia tangível parece *ipso facto* verdadeira. As relíquias também opõem-se à predileção tradicional dos historiadores pelo extraordinário, grandioso ou precioso. Vestígios palpáveis são considerados como mais característicos da vida cotidiana. Certamente, a própria deterioração discrimina o trivial: os artefatos mais caros e imponentes resistem melhor ao desgaste, atraem proteção e inibem a imitação. Mas a preservação intencional responde por parcela mínima de tudo que restou. Ao ressuscitar o modo de vida de milhões de pessoas que não deixaram vestígios guardados, os artefatos compensam parcialmente o preconceito de fontes escritas e, assim, tornam o conhecimento histórico mais popular, pluralista e público.³⁴²

Essa função das relíquias, consoante com as virtudes desprezíveis do romance histórico, foi enfatizada pela primeira vez no século XIX. “Não compreendemos os antigos”, escreveu Niebuhr, “a menos que formemos idéias precisas desses objetos de sua vida cotidiana, que temos em comum com eles, sob as formas com as quais os

340 Francis Dashwood, “West Wycomb brochure” (1977), p. 1.

341 Cochrane, *Historians and Historiography*, pp. 432-6; Hay, *Annalists and Historians*, pp. 127-8; Momigliano, “Ancient history and the antiquarian”, pp. 11-16.

342 Schlereth, “Pioneers of material culture”; I.N.Hume, “Material culture with the dirt on it”, pp. 37-8; L.S. Levstik, “Living history – isn’t it”; Lynch, *What Time Is This Place?* P. 31; Schlereth (ed.), *Material Culture Studies in America*, principalmente Kouwenhoven, “American studies: words or things” (1964), pp. 79-92; Wilcomb E. Washburn, “Manuscripts and manufactures” (1964), pp. 101-5; John T. Schlebecker, “Use of objects in historical research”, pp. 103-16, e Robert Ascher, “Tin*can archaeology”, pp. 325-37.

olhos deles estivessem acostumados”.³⁴³ Como as tumbas de Tebas retratavam cenas familiares da vida cotidiana, George Perkins Marsh julgou-as “repletas do mais rico conhecimento que jamais verteu da pena de Heródoto”, exatamente como sentiu que “uma hora na Pompéia soterrada vale mais que toda uma vida devotada às páginas de Livy”. Marsh insistiu que os artefatos cotidianos domésticos e industriais – ferramentas agrícolas e mecânicas, utensílios e mobílias – fossem preservados para revelar as características de vida comuns do passado – uma prática que só agora tornou-se comum.³⁴⁴ Algumas preferências por artefatos podem se originar de preconceitos filistinos bem como populista. Assim sendo, Henry Ford, ridicularizado por afirmar que “a história é mais ou menos tapeação”, resolveu “construir um museu que irá expor a história da indústria, e ele não vai ser tapeação... Essa é a única história que vale a pena observar... Ao olhar os objetos que as pessoas usavam e que mostram como elas viviam, pode-se ter uma idéia muito melhor do que se teria com um mês de leitura”.³⁴⁵

A acessibilidade é outra vantagem de remanescentes tangíveis. As relíquias expostas ao escrutínio público e potencialmente visíveis a qualquer observador fornecem impressões do passado que prescindem de intermediário. Observar a história no local é um processo menos ativo do que ler a seu respeito: os textos requerem um envolvimento deliberado, ao passo que as relíquias podem chegar até nós sem esforço ou propósito conscientes. “Mais expostos do que o registro escrito”, afirma Lewis Mumford, “construções, monumentos e vias públicas... deixam marcas nas mentes até mesmo dos ignorantes ou indiferentes.”³⁴⁶ História e memória geralmente surgem na forma de histórias que a mente precisa filtrar deliberadamente; os fragmentos físicos permanecem diretamente ao alcance de nossos sentidos.

343 Niebuhr, *History of Rome* (1811), I:xxiii.

344 *American Historical School* (1847), p. 11; Lowenthal, *George Perkins Marsh*, pp. 101-3.

345 Ernest G. Liebold, *Reminiscences*, citado por Roger Butterfield em “Henry Ford, the Wayside Inn, and the problem of ‘History is bunk’”, p. 57, e ligeiramente variado, em Hosmer, *Preservation Comes of Age*, p. 80; Alexander, *Museums in Motion*, p. 92.

346 *Culture of Cities*, p. 4. Características lingüísticas e traços cerimoniais, “realidades exatamente como a pedra lascada na Idade da Pedra”, são da mesma forma apreendidas em primeira mão, comenta Marc Bloch (*Historian's Craft*, pp. 54-5). Mas ao contrário dos objetos físicos, esses resíduos têm que ser traduzidos da representação simbólica para a física. Sobre a imediação de fragmentos materiais, vide Daniel, *Idea of Prehistory*, pp. 160-3; Bronner, “Visible proofs”: material culture study in America’.

Essa concretude existencial explica seu apelo evocativo. Uma vez que “o homem precisa olhar e manusear exatamente os mesmos objetos usados em épocas longínquas”, um antiquário do século XVII ponderou que as moedas eram a prova verdadeira do passado. “Seria possível visualizar... uma pira funerária, ardendo na canonização dos imperadores romanos? Ou como eram feitos o chapéu e o *lituus* [vara mágica] do Águre? Ou ainda construções fiéis e verdadeiras dos templos deles...? Recorra às velhas moedas, e... assim encontrará as provas do passado representadas esplêndida e vivamente.”³⁴⁷ Os mesmos protestantes que rejeitaram supostas relíquias da Cruz e moedas de prata de Judas considerando-as fraudes idólatras, idolatraram fragmentos clássicos; fascinado por um prego de latão encontrado das ruínas da Casa Dourada de Nero, em Corinto, John Evelyn sentiu a emoção do contato imediato com uma antiga civilização.³⁴⁸ “A observação pessoal de monumentos remanescentes é uma porta direta para o passado humano”, pensava Vico, “pois eles esclarecem melhor quem foram os homens ou o que eles fizeram, as suas razões e motivos, do que as histórias de historiadores ou cronistas posteriores”.³⁴⁹ A visita de Gibbon a Roma, observando “cada local memorável onde Rômulo esteve, Túlio falou, ou Cesar caiu”, deu-lhe inspiração decisiva: “Em 15 de outubro de 1764, enquanto eu me sentava meditando entre as ruínas do Capitólio, enquanto os monges descalços entoavam as vésperas no Templo de Júpiter, ... a idéia de escrever sobre o declínio e queda da cidade surgiu pela primeira vez em minha mente”.³⁵⁰ As efígies dos reis franceses no *Musée des Monuments* deram vida à história nacional para o jovem Michelet; “a espada de um grande guerreiro, as insígnias de um célebre soberano”, argumentava o historiador Prosper de Barante ao instar um governo subsequente a comprar a coleção do *Musée de Cluny*, eram “relíquias que o povo gosta de ver”, que impressionam mais do que “a letra morta” do livro de história.³⁵¹

347 Peacham, *Complete Gentleman* (1622), Cap. 12, “Of Antiquities”, pp. 126-7.

348 *Diary*, 13 e 27 fev. 1645, pp. 185, 195.

349 *New Science*, parafraseado em Berlim, *Vico and Herder*, p. 57. Vide Luck, “Scriptor classicus”, p. 154.

350 *Autobiography* (1796), pp. 84-5. Essa foi de fato uma recordação muito modificada. No original, Gibbon não estava no Capitólio mas na Igreja dos monges franciscanos; de fato, em 1764 as ruínas do Capitólio já haviam desaparecido há tempos (Randolph Bufano, “Young Edward Gibbon”, carta, TLS, 10 set. 1982, p. 973). As discrepâncias são instrutivas mas não diminuem o significado do acontecimento.

351 Michelet, *Ma jeunesse* (1884), pp. 44-6; Barante, “L’Acquisition du Musée du Sommerard” (1843), 2:421.

Evocações românticas de monumentos tangíveis, resumidas nas “Ozymandias” de Shelley, enfatizaram o valor das relíquias como testemunhos. Os estudos históricos deveriam começar não em arquivos de bibliotecas, acreditava J.R. Green, mas nas singulares ruas antigas de *Bury St. Edmunds*, para “revelar a história dos homens que aí viveram e morreram”.³⁵² O paladar, o tato e a visão que gravam as relíquias na memória também podem invocar vividamente o seu *milieux*. “Ao apanhar para si uma ponta de flecha que fora jogada séculos atrás, e nunca mais foi tocada”, Hawthorne imaginou que a tivesse recebido “diretamente da mão do caçador pele-vermelha”, imaginando assim “a aldeia indígena fincada no meio da floresta”, e trazendo de volta “à vida os guerreiros e os chefes pintados, as índias em sua labuta doméstica, e as crianças divertindo-se em meio às tendas; enquanto o pequeno bebê índio embalado pelo vento balança em um galho de árvore”.³⁵³

As relíquias emprestaram proximidade à história exótica assim como à doméstica; descobertas arqueológicas na Terra Santa e na Grécia reviveram os mundos bíblico e clássico. Milhões se empolgaram com os relatos do testemunho ocular de Amelia Edwards sobre os templos egípcios. Em cada madrugada em Abu Simbel “eu via aqueles horríveis irmãos passarem da morte à vida, da vida à pedra esculpida”, quase acreditando “que cedo ou tarde deveria raiar um dia quando o antigo feitiço se desfaria em pedaços, e os gigantes deveriam se levantar e falar”. Na Grande Sala Hipostila de Carnac “cada sopro que percorre os corredores pintados... parece evocar os suspiros daqueles que morreram na caça, no remo, e debaixo das rodas da biga do conquistador”.³⁵⁴

Hoje em dia as relíquias da antiguidade provocam reações menos extravagantes, mas o sentimento de proximidade perdura. O sabor histórico de Londres oprime Helene Hanff: “passei por uma porta pela qual Shakespeare havia passado, e entrei num bar que ele conhecera. Sentamos à mesa ... e encostei minha cabeça contra a mesma parede que a cabeça de Shakespeare havia tocado, e foi uma sensação indescritível”.³⁵⁵ O calafrio do contato com lugares antigos traz de volta à vida suas barbáries ou virtudes

352 *Stray Studies from England and Italy* (1876), p. 218; Burrow, “Sense of the past”, p. 122.

353 Hawthorne, “The old manse” (1846), 10:11.

354 *A Thousand Miles up the Nile* (1877), pp. 285, 152. Vide Hudson, *Social History of Archaeology*, pp. 73-83.

355 *Duchess of Bloomsbury Street*, p. 30.

peculiares, e o mero fato de roçar documentos originais vivifica os pensamentos e acontecimentos que eles descrevem.³⁵⁶

O historiador que vê pessoalmente a cena de seu trabalho intensifica em seu público o impacto da obra. George Bancroft trilhou o chão em que Wolfe havia caminhado e “marquei o melhor que pude o local onde Jacques Cartier deve ter desembarcado”.³⁵⁷ A biografia de Lord Lugard escrita por Margery Perham adquire verossimilhança com a própria viagem da autora pela Nigéria; Bruce Catton conhecia os campos de batalha da Guerra Civil que descreve; Samuel Eliot Morison fez questão de navegar pela rota de Colombo.³⁵⁸

A intimidade tangível também realça o efeito da ficção histórica. Virgílio procurou lugares visitados por Enéas, Scott fez um reconhecimento dos lugares que seus romances descrevem. “Será que não estimulamos nossa sensação da clássica luta entre Holmes e Moriarty se tivermos visto as cataratas de Reichenbach, acima do Englischer Hof?”³⁵⁹ Mesmo cenas recriadas podem transmitir proximidade histórica: Poussin construiu cuidadosamente modelos de cenas gregas e romanas que inspiraram suas pinturas arcadianas a fim de poder ver o passado com seus próprios olhos e senti-lo com suas próprias mãos.³⁶⁰ Para Robert Wood a sensação do lugar aumentava o sentido de passado; mergulhando nas paisagens gregas, ele sentiu a proximidade bem como a distância da literatura grega que aí leu: “a Ilíada adquire novas belezas nos bancos de Scamander”.³⁶¹

356 Fairley, *History Teaching through Museums*, pp. 2-3; Galbraith, “Historical research and the preservation of the past”, p. 305; Drabble, *A Writer's Britain*, p. 17. “Nada parece ligar tanto o abismo do passar dos anos quanto desdobrar e ler cartas antigas; algumas vezes partículas diminutas de areia que há tempos aderiram a algum traço de pena mais grosso onde a tinta havia estado molhada, sobressaem após 300 anos para voar e juntar-se à poeira de ontem” (Wedgwood, “Sense of the past”, p. 25). É espantoso segurar um objeto que é real no presente, embora irreal porque de um passado diferente (K.C.P. Smith e Apter, “Collecting antiques – a psychological interpretation”). A tecnologia moderna e as instituições que diminuíram as transações pessoais podem haver aumentado nossa necessidade de tocar o passado (Hindle, “How much is a piece of the True Cross worth?” pp. 5, 10).

357 Para a irmã dele, 8 ag. 1837, citado por David Levin em *History as Romantic Art*, p. 17.

358 Morison, *Admiral of the Ocean Sea*, I:xvi-xviii. Sobre a mais “autêntica” e quase desastrosa viagem do *Niña II*, vide Jay Anderson, *Time Machines*, pp. 115-16.

359 A.P. Middleton e Adair, “Case of the men who weren't there”, p. 173.

360 Praz, *On Neoclassicism*, pp. 28-9.

361 *Ruins of Palmyra* (1753), p. 2: “O solo clássico não só nos faz sempre apreciar o poeta ou o historiador ainda mais, como algumas vezes nos ajuda a entendê-los melhor”.

Um passado destituído de relíquias tangíveis parece tênue demais para ser plausível. Ruskin queixava-se de que a Inglaterra tinha apenas “um passado do qual não há vestígios;... os mortos estão definitivamente mortos. É difícil acreditar que eles tivessem vivido outrora ou que tivessem sido algo além do que agora são – nomes nos livros escolares”. Ao contrário, “em Verona, pela janela de Can Grande olhamos para seu túmulo”, e sentimos “que ele poderia haver sentado ao nosso lado na noite passada”.³⁶² Para ter certeza de que houve um passado, precisamos ver ao menos alguns de seus vestígios. “Como pessoas muito idosas, outrora famosas, que todos julgavam mortas há meio século mas que se descobriu vivas em algum lugar num quarto mobiliado, com meia dúzia de gatos”, lugares recendendo à velhice provam “que o passado de fato já existiu, não foi inventado por especialistas com base em arquivos”.³⁶³ Sua antiga cadeira, a mesa e a taverna em Chester asseguraram Frederic Law Olmsted que “sua experiência do passado [não] era uma invenção e a qualquer minuto um sino iria tocar e maquinistas de cenários de teatro” iriam dismantelar a velha cidade diante de seus olhos.³⁶⁴ Os sobreviventes franceses acreditam que é essencial a preservação das ruínas de Oradour para demonstrar o horrendo massacre nazista; do mesmo modo como as velhas casas que “permaneceram de pé e observaram os processos de mudança,... você precisa preservar as conchas no interior das quais esse tipo de coisas acontece, no caso de você esquecer das coisas em si”.³⁶⁵

Coexistência com o presente é outra qualidade vital do passado tangível: algo antigo ou fabricado para parecer antigo pode nos trazer o passado, palpável e forte. “Ver os imperadores, cônsules, generais, oradores, filósofos, poetas e outros grandes homens... em pé como se estivessem em pessoa diante de nós”, reagiu John Northal diante das estátuas antigas de Roma em 1752, “dá ao homem um trajeto retrospectivo de quase 2000 anos, e mistura épocas passadas com o presente”.³⁶⁶ Para Amelia Edwards, o

362 *Modern Painters*, IV, Pt 5, Cap. 1, sec.5, pp. 4-5.

363 Zweig, “Paris and Brighton Beach”, p. 512.

364 Olmsted, *Walks and Talks of an American Farmer in England*, pp. 88-90; citação de Mulvey, *Anglo-American Landscapes*, p. 51.

365 Lively, *House in Norham Gardens*, p. 12. Vide Andrew Spurrier, “Oradour: the town that came back to life after a massacre”, *IHT*, 4 jun 1980, p. 7; Diana Geddes, “Oradour: the agony that cries out for vengeance”, *The Times*, 4 jun 1983, p. 8. Compare a reação horrorizada de um sobrevivente de Lidice que retorna “para não encontrar nada ali, nem mesmo ruínas” (Cox, “Restoration of a sense of place”, p. 422).

366 *Travels through Italy*, p. 362.

passado estava igualmente presente em Philae. “Esquecemos no momento que tudo está mudado. Se um som de antigos cânticos soasse na quietude do ar – se uma procissão de sacerdotes vestidos com túnicas brancas... surgisse majestosamente entre palmeiras e domos – não iríamos estranhar.”³⁶⁷ Empenhando-se numa campanha, há um século, para salvar a Old South Meeting House de Boston, Wendell Phillips garantiu a seus ouvintes que os heróis revolucionários “Adams, Warren e Otis estão até hoje se curvando sobre nós, pedindo que o cenário de seus trabalhos imortais não seja profanado ou obliterado da visão dos homens”.³⁶⁸ A figura de Abraham Lincoln na Disneylândia, que se move e fala, nos ajuda a acreditar em nosso passado trazendo-o para o presente, “pois a história que *foi*, ela *é*”.³⁶⁹ Ao encontrar um volume de 1864 sobre Henry Clay na British Library, com as páginas ainda por abrir, John Updike tornou-se íntimo do passado: “Eu era o príncipe cujo beijo esse livro esteve esperando, adormecido, por mais de um século”.³⁷⁰

Pelo fato de que os artefatos são ao mesmo tempo passado e presente, seus papéis histórico e moderno interagem. Um odor de antiguidade permeia uma fileira de casas celebrizadas por arquitetos e moradores de várias épocas, suas diversas idades adicionando personalidade ao conjunto atual. Paisagens que misturam o velho ao novo reforçam os sentimentos de coexistência temporal: a quantidade de artefatos antigos nas colinas de Dorset, “Todos eles vistos de uma só vez, como se fosse a partir da perspectiva de eternidade”, deu a Thomas Hardy o sentido de história em uma proximidade sobreposta.³⁷¹

As relíquias de ontem ampliam assim os horizontes de hoje. A permanência das construções transporta hábitos e valores “além do grupo dos vivos”, segundo as palavras de Mumford, “marcando através das diferentes camadas do tempo a característica de cada uma das gerações”.³⁷² Fragmentos antigos transmitem seu passado guardado: esfregando um boneco elizabetano feito de carretel de seda contra suas bochechas “para captar a essência da coisa antiga”, a heroína moderna de Alison Uttley sentiu-o “liso

367 *A Thousand Miles up the Nile*, p. 207.

368 Discurso de 1876, citado por Homer em *Presence of the Past*, p. 104.

369 Bradbury, “Machine-tooled happyland”, p. 104.

370 *Buchanan Dying*, “Afterword”, p. 256.

371 J.H. Miller, “History as repetition in Hardy’s poetry”, pp. 227-8.

372 *Culture of Cities*, p. 4.

como marfim, como se gerações de pessoas o tivessem mantido junto às faces, e de repente eu senti uma afinidade com elas, uma comunhão por meio do pequeno brinquedo entalhado”.³⁷³ Para um ancião na história de Bradbury, lembranças no sótão acolhem e dão vida ao passado.

Era de fato uma grande máquina do Tempo, esse sótão, ... se você tocasse em prismas aqui, maçanetas de portas acolá, arrancasse borlas, fizesse soar os cristais, assoprasse a poeira, arrebetasse as fechaduras do baú e provocasse uma rajada de vento com a *vox humana* no velho fole da lareira até que ele fizesse voar fuligem de milhares de fogos antigos nos seus olhos ... Cada uma das gavetas da escrivaninha, puxadas para fora, deveria conter tios e primos e avós, brazonados no pó.³⁷⁴

Pinturas e imagens de coisas do passado, igualmente, ajudam a levar as pessoas dos tempos modernos de volta no tempo. Os trajes medievais de *Monumental Effigies* de C.A. Stothard foram meticulosamente detalhados a fim de “deter os passos velozes do Tempo” e permitir que os leitores “vivessem em outras épocas que não a nossa”.³⁷⁵ Reconstruções históricas, igualmente, persuadem os visitantes de que estão no passado ou que o passado está vivo no presente. Os administradores das ruínas pré-históricas indígenas do Serviço de Parques Nacionais dos Estados Unidos são exortados “a transmitir ao visitante a idéia de que os antigos que ali viveram poderiam voltar nessa mesma noite e tudo iria recomeçar... a moenda de milho, a gritaria das crianças e os adultos fazendo amor e festejando” – embora essa última afirmação “não deva ser encarada de modo tão literal”.³⁷⁶

As coisas, portanto, diferem dos pensamentos e palavras em sua natureza temporal. A história escrita faz a demarcação entre passado e presente; o tempo de verbo claramente distingue o agora do então. Mas os artefatos são, simultaneamente, passado e presente; suas conotações históricas coincidem com seus papéis modernos, misturando-os e às vezes confundindo-os, conforme recente nota da *National Trust*: “VILA ROMANA DE CHEDWORTH ... TÉRMINO PREVISTO – OUTONO DE 1978”. O passado tangível está em fluxo contínuo, modificando, envelhecendo, renovando e sempre interagindo com o presente.

373 *Traveller in Time*, pp. 49-50.

374 “Scent of sarsaparilla”, pp. 196-7.

375 “Prefatory essay”, *Monumental Effigies of Great Britain* (1832), p. ix.

376 Tilden, *Interpreting Our Heritage*, p. 69.

Como símbolos duradouros da história e da memória, as relíquias tangíveis também simbolizam identidade nacional. Os lugares transmitem essa idéia muito melhor que os livros, como debateram em 1850 os protetores do quartel-general de Washington em Newburgh:

Se quando lemos a biografia de nossos heróis revolucionários nosso amor pelo país é estimulado, ... muito mais arderá a chama do patriotismo em nossos peitos quando pisarmos o chão onde foi derramado o sangue de nossos pais, ou quando nos movermos entre os cenários onde foram concebidas e consumadas suas nobres façanhas.³⁷⁷

Tais laços patrióticos tiveram importante papel na cruzada pela preservação histórica. Para a maioria das pessoas, as relíquias tornam o passado mais importante mas não mais conhecido. Os leigos vislumbram pouca informação histórica em, digamos, uma mesa que está na família há várias gerações; “não se conhece sua história da maneira que um historiador de arte conhece a linhagem de um quadro. Ela traz ... em vez disso ‘um sentido de passado’ ”.³⁷⁸ Mas essa sensação palpável nos convence de que o passado que relembramos e narramos é uma parte viva do presente.

Interligações

Vivemos num mundo onde... a música que se deixa levar dos muros medievais para o jardim onde sentamos é uma velha gravação de Vivienne Segal cantando “Bewitched, Bothered and Bewildered”.

John Cheever,
“*The Duchess*”³⁷⁹

Memória, história e fragmentos oferecem caminhos para o passado que se percorrem melhor quando combinados. Cada caminho exige os outros para que a jornada seja significativa e confiável. As relíquias dão início às recordações que a história confirma e expande recuando no tempo. A história em isolamento é estéril e desprovida de vida; fragmentos significam apenas o que a história e memória transmitem. De fato, muitos artefatos surgiram como testemunhas da história ou da memória. Uma apreensão sig-

377 Richard Caldwell, *A True History of the Acquisition of Washington's Headquarters at Newburgh by the State of New York* (1887), citado por Hosmer em *Presence of the past*, p. 36.

378 Carne-Ross, “Scenario for a new year”, p. 239.

379 1978, p. 347.

nificativa do passado exige compromisso com prévia experiência, própria e de outros, ao longo de todos os três caminhos.

Nem sempre está claro o caminho que seguimos num dado momento. Incertos de onde a memória termina e a história começa, freqüentemente atribuímos a uma o que vem da outra, misturando antigas memórias com histórias posteriormente ouvidas e lidas, da mesma forma que a narrativa oral combina recordações recentes com histórias contadas imemoralmente. A “memória viva” dos moradores do condado de Kent incluía acontecimentos muito anteriores ao nascimento deles, como descobriu Tindall. Pessoas se “lembravam” de fazendas que deixaram de existir na plenitude da vida de seus avós:

Contaram-me muitas vezes que “Vacas pastavam em Gospel Oak quando eu era menina”, ou “Costumava ser tudo campo aqui em volta, querida; eu me recordo antes de tal e tal rua ser construída”. Alusão a um mapa da época mostra ... [que] cada rua no centro do condado de Kent estava lá antes do nascimento da pessoa mais idosa ainda viva ... Normalmente reproduzida por crédulos diretores do jornal local... essas “reminiscências” [refletem] o fato de que pessoas de todas as idades desejam acreditar... que esses campos ainda existem na segurança da memória.³⁸⁰

A necessidade de comprovação, freqüentemente, leva-nos da memória para a história; relíquias e reordenamento dão vida à história ao retraduzi-la para a memória. Transmitidos de geração em geração, os *quipus* peruanos (bengalas entalhadas) e as placas de bronze do Benin preservam lembranças socialmente importantes,³⁸¹ bater a cabeça de um jovem inglês contra marcos de fronteira garantia que ele se lembraria de sua localização: evocações anuais do Êxodo transformam a fuga dos israelitas do Egito numa experiência pessoal para cada celebrante. Nas cerimônias judaicas da Páscoa e do Seder, “a linguagem e o gesto são ambos adaptados para estimular não tanto um salto da memória, mas a fusão do passado com o presente”, escreve Yerushalmi. “Aqui a memória não é mais recordação, que ainda conserva um sentido de distância, mas reatualização”, conforme pronunciado na triste canção:

Um fogo queima dentro de mim ao me recordar – quando *Eu* deixei o Egito
Mas profiro lamentos ao me lembrar – quando *Eu* deixei Jerusalém.³⁸²

380 *The Fields Beneath*, p. 129.

381 Vansina, *Oral Tradition*, pp. 36-8. Vide Baier, “Mixing memory and desire”, p. 200.

382 Zakhor: *Jewish History and Jewish Memory*, pp. 43-4. “Em toda e qualquer geração permita a cada um

Algumas sociedades não precisam de reconstituição para reativar a história; o processo parece ser inerente, familiar. Injúrias e injustiças não aplacadas levam frequentemente os homens a misturar tempos remotos e recentes, e até com o presente. Muitos irlandeses continuam a vivenciar as invasões dinamarquesas, as devastações de Laud, a Fome de 1847, quase como acontecimentos contemporâneos. A memória irlandesa tem sido comparada a pinturas históricas em que Virgílio e Dante conversam lado a lado.³⁸³ Mas o irlandês não “vive no passado; antes, a história da Irlanda ‘vive no presente’. Todos os traidores anteriores e todos os heróis anteriores permanecem vivos nela”, assim como na “memória sem fundo” de um personagem de *O’Faolain*, no qual “poder-se-ia ver, embora emaranhado sem qualquer esperança de desemaranhamento”, a saga completa da decadência da Irlanda.³⁸⁴

O significado duradouro de vínculos familiares frequentemente funde gerações passadas. “Sim, 1852, esse foi o ano em que... lutei com o Rei Ta’ufa’ahau”, conta um tonganês; mas na realidade foi seu o avô de seu bisavô que fez isso.³⁸⁵ Os ilhéus antilhanos têm me falado dos ancestrais do século XVIII como se ainda estivessem vivos ou houvessem morrido apenas recentemente, “lembrando-se” deles com detalhes tão íntimos como se fossem seus avós.³⁸⁶ Nos jantares festivos em Toulouse “pode-se ouvir famílias comparar solenemente o papel de seus ancestrais no comércio medieval de anil ou na insurreição contra Richelieu”, relata John Ardagh.

“Sua família lutou na Primeira ou na Segunda?” Escutei um rebento perguntar a outro. Ele não estava se referindo às Guerras Mundiais deste século, mas às Cruzadas. Outra pessoa de Toulouse me disse: “Aqui estamos todos profundamente marcados pela Conquista Romana,...” e em seguida acrescentou, “Também estamos marcados pela Ocupação Nazista” – como se os dois acontecimentos fossem quase contemporâneos.³⁸⁷

considerar como se *ele* houvesse saído do Egito” é o dito central do Talmud para a Páscoa *Haggadah* (p. 45). Sobre a significância revelatória da Páscoa e do *Seder*, vide R.M. Brown, “Uses of the past”; Kern, *Culture of Time and Space*, p. 51.

383 Lippman, *Public Opinion*, p. 144.

384 Edwin Ardener, “Cosmological Irishman”, *New Society*, 14 Ag. 1975, p. 362; O’Faolain, *Nest of Simple Folk*, p. 39. Vide McHugh, “Famine in Irish oral tradition”, pp. 391, 395-6, 436; Rodgers, *Ulstermen and Their Country*, p. 14; Cahalan, *Great Hatred, Little Room*, pp. 37, 120.

385 Sahlins, “Other times, other customs: the anthropology of history”, pp. 522-3.

386 Lowenthal, *West Indian Societies*, p. 106.

387 *Tale of Five Cities*, p. 290. Claud Cockburn registra conversa similar logo após a Segunda Guerra Mundial

Para reativar a memória vívida, como já vimos, exige-se uma sensação renovada no presente. Através do som de uma colher contra um copo, da sensação de um guardanapo adamacado, do caminhar pelo calçamento irregular de pedras no pátio de Guerantes, Proust retomou inteiramente o passado, com a inesquecível *madeleine** que sua tia Leonie costumava lhe dar nas manhãs de domingo.

Assim que eu reconheci o gosto do pedaço de madeleine mergulhado na infusão de flores de tília... imediatamente aquela velha casa cinza da rua, onde ficava o quarto dela, ergeu-se como um palco... e todo o Combray e seus arredores, tomando forma e solidez, voltou à vida... a partir da minha xícara de chá.³⁸⁸

Reaver o passado através de visões, sons e odores revividos foi tema de fundo da literatura do século XIX; ao renovar antigas sensações, relembra-se tanto as experiências originais quanto os sentimentos que as acompanhavam. O perfume de violetas trazia de volta para Tennyson “Os tempos que eu me lembro de ter sido / Jovial e livre de culpa”; o aroma de uma folha de gerânio trazia de volta para David Copperfield o chapéu de palha, as fitas azuis e os cachos de Dora; a água fria sobre seu braço nu “Trazia de volta de seu espesso invólucro/... uma sensação daquele tempo / E os copos que usávamos, e a rima em cascata” para o amante retrospectivo de Hardy.³⁸⁹

Empilhando história sobre memória redobrou o sentido de passado. Os personagens medievais dos primeiros poemas de William Morris sonham com experiências anteriores e se voltam para aquilo que é para *eles* o passado. As narrativas em *Earthly Paradise* são antigas até mesmo para seus narradores; Guinevere relaciona sua “Defesa” com

com judeus de Sofia que falavam Ladino, um dos quais disse, “Nossa família costumava morar na Espanha antes de se mudar para a Turquia. Perguntei-lhe há quanto tempo sua família estava morando lá. Ele disse que fazia aproximadamente 500 anos, mas falou desses acontecimentos como se eles tivessem acontecido alguns anos atrás”. (*Crossing the line*, p. 155). Vide Finley, “Myth, memory and history”, pp. 293-4.

388 *Remembrance of Things Past*; 1:51. Vide Shattuck, *Proust's Binoculars*, pp. 70-4. Mink observa que “a memória de Proust era um pouco *madeleine* e muita imaginação” (“Everyman his or her own annalist”, p. 235).

389 Tennyson, “A dream of fair women” (1832), linhas 79-80, p. 445; Dickens, *David Copperfield*, cap. 26, p. 396; Hardy, “Under the waterfall” (1911-12), pp. 315-16. Vide Gent, “To flinch from modern varnish”: the appeal of the past to the Victorian imagination”, p. 15; Quinn, “Personal past in the poetry of Thomas Hardy and Edward Thomas”, p. 20.

* N.T.: *madeleine*: nome francês dado a um bolinho em forma de concha.

recordação; os sonhos dentro de sonhos em *The Land East of the Sun and West of the Moon* distanciam-se mais de passados menos remotos.³⁹⁰ A memória de Guinevere “por antigo hábito da mente / Foi escorregando de volta aos dias dourados... /movendo-se inconscientemente através do passado”, e as lembranças históricas trazem o passado de Tennyson de volta ao presente bem como o distancia deste.³⁹¹ Amigos e amantes retratados em pinturas pré-rafaelitas emprestam a seus temas antigos uma certa contemporaneidade, enquanto deliberados modernismos de vestuário e gesto enfatizam a qualidade de passado de seus cenários arcaizantes.³⁹²

Artefatos como metáforas na história e na memória

Memória, história e relíquias serviram por muito tempo como metáforas recíprocas. O escritor, juntando quebra-cabeças do passado torna-se “o arqueólogo da memória”; psicólogos e filósofos habitualmente se referem às recordações como artefatos. “A memória é um repositório ou reservatório de registros, vestígios e *engrams* (traço de memória) de acontecimentos do passado análogos aos registros preservados nas camadas geológicas”, segundo Hans Meyerhoff; “assim como a terra (registros geológicos) ou as ferramentas e instrumentos do homem (registros arqueológicos)... a mente humana também é um “instrumento de registro”.³⁹³

A idéia de recuperar lembranças como se fossem bagagens guardadas em um depósito precede em muito a câmara fotográfica e o fonógrafo. Platão e Aristóteles acreditavam que as imagens sensoriais marcavam a mente como o anel de sinete num bloco de cera; até o momento símiles de placas de cera, trilhas de discos e fitas dominam descrições da memória.³⁹⁴ Por certo, vestígios da memória são apenas representações

390 Ellison, “The undying glory of dreams”: William Morris and the Northland of old”, pp. 148-50.

391 “Guinevere” (1859), linhas 376-7, pp. 1734-5. Vide J.D.Hunt, “Poetry of distance: Tennyson’s “Idylls of the king”, p. 99.

392 Gent, “Appeal of the past to the Victorian imagination”, p. 30; Buckley, “Pre-Raphaelite past and present”, p. 136.

393 *Time in Literature*, p. 20. Vide Allen Tate, *Memories and Essays*, p. 12.

394 Marshall and Fryer, “Speak, memory! An introduction to some historic studies of remembering and forgetting”, pp. 304; Sorabji, *Aristotle on Memory*, p. 5; Heil, “Traces of things past”. Um típico exemplo: “temor e antecipação primeiro amolecem as placas da memória, de modo que as impressões que trazem sejam clara e profundamente marcadas, e quando o tempo as esfria as impressões são fixadas como ranhuras de um registro gramofônico” (Lytelton, *From Peace to War*, p. 152).

de coisas recordadas, enquanto relíquias *são* coisas, mas escritores que falam sobre memória freqüentemente omitem a diferença. Entre as células nervosas do lobo temporal, de acordo com Penfield, “passa a linha do tempo, a linha que tem atravessado cada hora em vigília da vida passada do indivíduo”, e quando “o elétrodo do neurocirurgião ativa alguma parte dessa linha, há uma reação como se essa linha fosse um gravador de fio, ou uma tira de filme cinematográfico, onde são registradas todas essas coisas das quais o indivíduo outrora tinha consciência... Tira do filme do Tempo... parece continuar de novo no próprio ritmo imutável do tempo”.³⁹⁵

Analogias arqueológicas obcecaram os estudiosos da história e da memória, de Petrarco a Freud. Metáforas de exumação e ressurreição penetraram o pensamento humanista. Recuperar a antiguidade significava exumar tanto artefatos encobertos quanto textos sepultados, e desenterrar fragmentos foi equiparado à restauração do aprendizado clássico. Ao interpretar a fundo textos e fotografias para compreender as formas residuais que escondem, decifrando o conhecimento histórico oculto sob superfícies visuais ou verbais, “o leitor adivinha a camada enterrada”, na frase de Greene, “como um visitante de Roma adivinha as fundações subterrâneas de um templo”.³⁹⁶

Quatro séculos mais tarde essas metáforas da Renascença tornaram-se básicas ao *insight* psicanalítico. Assim como os arqueólogos e humanistas, os analistas procuraram reconstruir o passado a partir de artefatos soterrados – as lembranças reprimidas de seus pacientes – “que de algum modo preservaram sua forma e até mesmo sua vida apesar de seu desaparecimento aparentemente completo”.³⁹⁷ Freud repetidamente invocou a semelhança entre psicanálise e escavação pré-histórica. Comparando-se a um arqueólogo que fez as pedras mudas falarem e revelarem seu passado esquecido, ele assegurou em 1896 ter “desenterrado” vestígios de lembranças inconscientes de traumas sexuais infantis e, quando mais tarde passou a considerar que tais lembranças refletiam fantasias em vez de seduções reais, ele ainda assim manteve a metáfora arqueológica,

395 Penfield, “Permanent record of the stream of consciousness”, p. 68.

396 *Light in Troy*, p. 99. Para os humanistas isso não era mera analogia mas uma identidade real, indica Foucault, refletindo visões da Renascença que davam a textos escritos e fragmentos físicos o mesmo status. O mundo em si era um tecido de palavras e sinais, o discurso dos clássicos um espelho fiel do que descreviam. Marcas visíveis e palavras legíveis exigiam o mesmo tipo de interpretação; o que era visto e o que era lido transmitiam conhecimento da mesma ordem (*Order of Things*, pp. 33-4, 38-40, 56).

397 Ernest Jones, *Life and Work of Sigmund Freud*, 3:318.

visando agora “escavar” a história subjetiva do desejo”.³⁹⁸ “Essa relíquia poderia possivelmente pertencer ao período a respeito do qual temos curiosidade mas que não é suficientemente exato nem completo” era uma reação freudiana característica para uma memória desse tipo; “Temos de continuar cavando e esperar até acharmos algo mais representativo”.³⁹⁹ Ao restaurar o que estava faltando, Freud assegurava “seguir o exemplo daqueles descobridores cuja sorte é trazer à luz do dia, após longo sepultamento, as relíquias inestimáveis embora mutiladas da antiguidade”.⁴⁰⁰ Ele mesmo um apaixonado colecionador que mantinha seus mais recentes achados em constante observação, Freud escreveu no mesmo espírito de uma descoberta analítica: “É como se Schliemann houvesse escavado outra Tróia que até então fosse considerada mítica”.⁴⁰¹

Freud tratou arqueologicamente a retenção bem como a revelação dos vestígios da memória. Da mesma forma que o sepultamento de artefatos antigos frequentemente os preservava, e os fragmentos de Pompéia somente começaram a deteriorar quando foram desenterrados e tornaram-se visíveis, assim também a lembrança consciente se desgasta, conservando inalterado somente o que estava enterrado e inconsciente; os fragmentos da memória eram “frequentemente mais poderosos e mais duradouros quando o processo que os ocultava era aquele que nunca penetrava a consciência”. A diferença era que “todos os esforços foram feitos para preservar Pompéia, ao passo que as pessoas estavam ansiosas para se livrar de idéias torturantes” como as que seus pacientes manifestavam.⁴⁰²

398 Freud, “Aetiology of Hysteria” (1896), 3:192; Toews, “Inner and outer reality: Freud’s abandonment of the seduction theory and the crisis of liberal culture in Western Europe”, pp. 1, 6.

399 Bernfeld, “Freud and archeology”, p. 111. Vide Gay, “Freud for the marble tablet”, pp. 17-22.

400 “Fragment of an analysis of a case of hysteria” (1905), 7:12.

401 To Wilhelm Fliess, 21 Dez. 1899, em *Origins of Psycho-Analysis*, p. 305. Ao contrário da afirmação de Bernfeld de que Freud refere-se aqui à sua própria auto-análise, a carta claramente se dirige a “Herr E.”

402 *Beyond the Pleasure Principle* (1920), 18:25; “Notes upon a case of obsessional neurosis” (1909), 10:177. “Tudo que era consciente estava sujeito a um processo de desgaste, enquanto o que era inconsciente era relativamente imutável; e eu illustrei meu comentário apontando as antiguidades que ficavam pelo meu quarto... o sepultamento delas tinha sido sua preservação; a destruição de Pompéia só estava começando agora que ela havia sido escavada” (p. 176). Vide também, *Leonardo da Vinci and a Memory of His Childhood* (1910), 11:83-4. A repressão é consequentemente um processo de preservação de dados assim como de supressão deles; uma memória reprimida continua como era: “Idéias que se tornaram patológicas persistiram nesse frescor e força afetiva porque lhes foram negados os processos normais de desgaste” (Freud, “On the physical mechanism of hysterical phenomena” (1893), p. 11; vide Klein, *Psychoanalytic Theory*, p. 248).

E a psicanálise “trabalha sob condições mais favoráveis do que” a arqueologia, cuja prova significativa pode bem ter sido destruída; para o analista “todo os fundamentos são preservados; até mesmo coisas que parecem completamente esquecidas estão presentes de algum modo e em algum lugar”.⁴⁰³

Críticos argumentam que as analogias arqueológicas de Freud injustificadamente coisificam as lembranças de seus pacientes, como se fossem verdadeiros objetos expostos à comprovação ou à comparação com acontecimentos reais do passado. O arqueólogo formava sua imagem do passado baseado em artefatos materiais existentes, Freud em lembranças verbalizadas e imagens em contínua deformação pela interação analítica. As formas de expressão verbal dos pacientes eram criações do presente, e o analista não estava somente descobrindo um passado mas também ajudando a criá-lo.⁴⁰⁴ “Como um arqueólogo consciencioso”, Freud assegurava que, “sempre menciono... onde as partes autênticas terminam e minhas construções se iniciam”.⁴⁰⁵ Mas isso também implicava autenticidade material, observa Donald Spence, sugerindo que Freud era conhecedor do que realmente tinha acontecido a seus pacientes.⁴⁰⁶ Termos como “desvendar”, “reliquia”, e “reconstrução” parecem realmente pressupor acesso ao “verdadeiro” passado, que Freud não poderia ter tido. Mas esse retorno, na verdade, não é mais possível para os arqueólogos do que para os psicanalistas. Assim como com sua distinção entre “verdade narrativa” e “verdade histórica”, Spence exagera a diferença entre lembranças verbalizadas e relíquias físicas.

Uma memória de infância recuperada ao trazer o passado de Pompéia de volta à vida é o tema do romance *Gradiva*, que Freud analisou detalhadamente.⁴⁰⁷ Para o protagonista de Wilhelm Jensen, um solitário arqueólogo alemão, velhas peças de “mármore e bronze não estavam mortas, mas eram na verdade a única coisa realmente viva”. Rejeitando o presente, “sentou-se entre suas paredes, livros e quadros, sem necessidade de outra relação”. Afastou-se das mulheres vivas, mas foi arrebatado pela visão do

403 Freud, “Constructions in analysis” (1937), 23:259-60; Ao contrário do analista, o arqueólogo não poderia conferir suas elaborações com algum troiano ou babilônio sobrevivente (Lewin, *Selected Writings*, pp. 291-2).

404 Jacobson and Steele, “From present to past: Freudian archaeology”, pp. 349, 359-61; Spence, *Narrative Truth and Historical Truth*, p. 267.

405 Freud, “Fragment of an analysis of a case of hysteria”, 7:12.

406 *Narrative Truth and Historical Truth*, pp. 160-1, 165, 176.

407 Jensen, *Gradiva: A Pompeiian Fancy* (1930); Freud, *Delusion and Dream* (1906).

clássico baixo-relevo de uma menina da Pompéia soterrada; imaginando a sua “Gradiva” caminhando rapidamente ao longo das ruas antigas, o “ambiente (dela) surgiu diante de sua imaginação como uma realidade. Isto criou, com a ajuda do seu conhecimento da antiguidade, a visão de uma longa rua, ... cores vívidas, paredes alegremente pintadas, pilares com capitéis vermelho e branco”.⁴⁰⁸

Impelido a perambular pelas ruínas de Pompéia, ele acaba percebendo que sua ciência “apenas arranhou a casca seca do fruto do conhecimento sem revelar nada do seu conteúdo” e ensinou “uma visão arqueológica, sem vida”. Para compreender fielmente o passado ele “precisava permanecer aqui sozinho, entre os vestígios do passado ... Então o sol dissolveu a rigidez tumular das velhas pedras, uma reluzente emoção as atravessou, os mortos acordaram, e Pompéia começou a viver novamente”. Sua amada Gradiva reaparece procedendo como uma amiga esquecida da infância. “Você não se lembra?” ela tenta despertar suas primeiras lembranças. “Tenho a impressão de que já tivéssemos comido nosso pão juntos certa vez, dois mil anos atrás... E pensar que alguém deve primeiro morrer para depois viver; mas para os arqueólogos isso é necessário, suponho”.⁴⁰⁹ No final, demonstra Freud, a infância reprimida do arqueólogo foi escavada intacta das cinzas do Vesúvio.⁴¹⁰

Mais tarde, Freud encontrou no Museu do Vaticano o protótipo grego do baixo-relevo de Gradiva que havia inspirado a história de Jensen, e pendurou uma réplica de gesso em seu consultório para simbolizar a interação entre memória e artefato. Como símbolo da veneração por Freud, outros analistas subsequentemente colocaram fotos da *Gradiva* em seus próprios consultórios.⁴¹¹ Desse modo uma antiga obra de arte, retratada como história e memória no romance de Jensen, tornou-se para Freud um símbolo arqueológico de repressão e redescoberta, e por fim uma imagem comemorativa para seus seguidores.

408 Gradiva, pp. 159, 150. A história não era originária de Jensen; tinha sido um tema da imaginação romântica. “Arria Marcella” de Gautier (1852) revive a era de Tito entre as ruínas de Pompéia, e seu herói tem um caso de amor com uma jovem da época. Vide também Gautier, “Pied de momie”; A.B. Smith, *Théophile Gautier and the Fantastic*, pp. 64-5, 97; Daemmrich, “Ruins motif”, p. 37.

409 Gradiva, pp. 179, 216, 230.

410 *Delusion and Dream*. Slochower sugere que a fascinação de Freud com o tema Gradiva-Pompéia origina-se da necessidade de ter seu próprio objeto de desejo “desenterrado novamente da ruína” (Freud’s Gradiva”, p. 646).

411 *Delusion and Dream*, “Appendix to the second edition”, p. 121; Jones, *Freud*, 2:342; *Bergasse 19*, pp. 58-9 e quadro 12. Quando vi Gradiva no consultório de Freud em Londres em 1973, Anna Freud confirmou seu significado como um símbolo psicanalítico.

Os papéis da história, da memória e das relíquias na compreensão do passado variam nos estágios da vida e da civilização. A maioria das coisas que circundam os jovens, como a maior parte da história que aprendem, já existia antes deles; à medida que envelhecemos, parte cada vez maior de nosso passado se transforma em história. E nossas lembranças expandidas acabam por abranger cada vez mais o que é historicamente conhecido, incluindo um pouco da história que antecede nosso nascimento.

O aumento na expectativa de vida atual expande tanto o passado lembrado quanto o passado histórico e promove sua convergência: agora um maior número de pessoas pode voltar a mente para distâncias maiores de tempo. E da mesma forma que o idoso mostra particular interesse no passado, assim o fazem as sociedades com grandes proporções de idosos. Dois séculos atrás, quando a idade média nos Estados Unidos era de 18 anos e a duração média de vida, cerca de 35 anos, poucos podiam lembrar algo do passado ou tinham tempo disponível para fazê-lo. Com uma idade mediana de 35 anos e uma expectativa média de vida de 70 anos, os americanos hoje em dia podem se recordar de um período duas vezes mais longo e, sendo mais velhos, têm mais disposição para fazê-lo. E a maior parte do que eles recordam é tema da pesquisa histórica. Mas os idosos também tendem a se concentrar em seu próprio passado, mais manipulável, substituindo relíquias e recordações por história.⁴¹²

À medida que o tempo distancia os acontecimentos da recordação pessoal, a memória no âmbito de qualquer sociedade dá lugar à história, e as relíquias adquirem um significado renovado. Assim que os grandes eventos ultrapassam o domínio da memória e da constatação oral, eles adquirem uma aparência diferente. Dessa forma, meio século após a Revolução, observa Michael Kammen, os americanos começam a transformar sua história em mito e preservar seus fragmentos, agarrando-se aos vestígios físicos e reanimando o espírito histórico de uma época que começa a escapar da recordação.⁴¹³

O próprio curso da história fez a balança pender para o conhecimento histórico; a história escrita progrediu às custas da memória e dos artefatos.⁴¹⁴ Em culturas que não

412 Kastenbaum, "Time, death and ritual in old age", pp. 26-8; Rowles, "Place and personal identity in old age"; Rowles, "Reflections on experiential field work", p. 183.

413 *Season of Youth: The American Revolution and the Historical Imagination*, pp. 21, 163.

414 Escrever era temido como uma ameaça à memória. "Essa invenção produzirá esquecimento nas mentes daqueles que aprenderem a usá-la, porque eles não exercitarão suas memórias. Sua confiança na

têm escrita ou que não podem guardar registros de acontecimentos passados, a memória desempenha papel primordial na transmissão do legado. Mecanismos mnemônicos comuns a culturas de tradição oral e escrita facilitam a recordação de uma vasta quantidade de dados; “teatros da memória” medieval desvendam dezenas de milhares de construções, paisagens e artefatos possíveis de serem lembrados.⁴¹⁵ A mente moderna treinada por livros pode ser não menos capaz de proezas mnemônicas, mas o armazenamento e recuperação das informações torna essas imagens desnecessárias. “Se não confio em minha memória,... sou capaz de suplementar e garantir seu funcionamento fazendo uma observação por escrito”, conforme Freud coloca; “Preciso apenas ter em mente o lugar onde essa ‘lembança’ foi depositada e então posso ‘reproduzi-la’ sempre que quiser, com a certeza de que ela terá permanecido inalterada”.⁴¹⁶ A receita de Freud para recordar torna óbvio porque a história destronou a memória: a fisiologia definitivamente limita a capacidade da memória, mas o potencial para o conhecimento da história é ilimitado. Na verdade, o aumento da expectativa de vida amplia a variedade de imagens que podemos recordar, mas esse aumento é ínfimo comparado à expansão dos dados históricos desde a invenção da imprensa.

Técnicas de pesquisas geológicas ilustram a troca de fragmentos e recordações por registros históricos. Tradicionalmente, características e artefatos naturais – árvores e pedras, montanhas e rios, prados e pastagens, construções e estradas – demarcavam tanto as fronteiras particulares quanto as da comunidade. A carta do Rei Edmundo transferindo terras ao bispo Aelfric em Berkshire, em 944 a.D., ilustra a especificidade física das fronteiras dos tempos antigos: “Até o grande túmulo sob o bosque de alho silvestre, daí... ao longo do caminho de pedra até o alto crucifixo em *Hawk Thorn*, ... até o terceiro espinheiro na touceira de murta-do-pântano... até a *Hill of Trouble*, daí siga rumo ao oeste... para os lugares pagãos de sepultamento”.⁴¹⁷ Proprietários de terras e funcionários locais guardavam esses marcos na memória, inspecionando regularmente

escrita... desencorajará o uso de sua própria memória” (Platão, *Phaedrus*, p. 563). “A abundância de livros torna os homens menos estudiosos”, destruindo a memória e enfraquecendo a mente (Hierônimo Squarciafico (1477), em Ong, *Orality and Literacy*, p. 80). Vide também Gerhardsson, *Memory and Manuscript*, pp. 123, 157. Mas como vimos, a instrução não prejudicou a capacidade de lembrar, e a memória verbatim é rara em sociedades não letradas.

415 Rawles, “Past and present of mnemotechny”; Yates, *Art of Memory*.

416 “Note upon the “mystic writing-pad” (c. 1924), 19:227. Vide Cool, “Petraichian landscape as palimpsest”, p. 92.

417 Citado por Drabble em *A Winter's Britain*, p. 17.

as fronteiras a pé, e conservavam tais marcos como prova insubstituível de posse. A imprensa, a fotografia aérea e a cartografia matemática mudaram tudo isso: nós agora traçamos as fronteiras em um gradil abstrato e as reproduzimos automaticamente, eliminando tanto a necessidade de lembrar como de memorizar velhas características físicas.⁴¹⁸

As fotografias e a imprensa aumentam o conhecimento do passado e diminuem a necessidade de recordação. Enquanto as relíquias se rendem aos poderes superiores da imprensa para preservar e transferir informações, as *imagens* de artefatos tornaram-se cada vez mais conseqüentes. A própria noção de “ver” o passado entrou em voga com a proliferação, no final do século XVIII, de ilustrações de livros que começaram a fazer as pessoas se acostumarem com o passado como uma experiência visual.⁴¹⁹ A fotografia tornou essas imagens precisas e onipresentes, substituindo não apenas a peça de antiguidade tangível como também a história e a memória. Possuir um daguerreótipo era “quase a mesma coisa que roubar o próprio palácio”, escreveu Ruskin, de Veneza; “cada partícula de pedra e mancha está aqui – e, naturalmente, não há erros sobre *proporções*”. Ao contrário de recordações e registros do passado, os momentos captados em filmes são verossímeis, reproduzíveis com precisão e indefinidamente duráveis. Assim que as pessoas se acostumaram a absorver sua informação visual, as fotografias se tornaram a norma de representação fidedigna, eliminando necessidades de recordações detalhadas.⁴²⁰

Entretanto, o impacto das fotografias em nosso sentido de passado abrange mais do que isso. Para alguns elas representam apenas momentos congelados, estáticos, apartados da experiência vivida, transmitindo nenhum sentido de ligação diacrônica.⁴²¹ Outros consideram fotos como antiguidades imediatas, auxiliares do *pathos* generalizado da recordação. Desde o início, os fotógrafos se consideravam historiadores registrando um mundo que se dissipava, e eram contratados para fazer exatamente isso: Viollet-le-Duc encomendou daguerreótipos da Igreja de *Notre-Dame* em Paris em 1842, antes de

418 Stilgoe, “Jack-o’-lanterns to surveyors: the secularization of landscape boundaries”. A proibição “Não remova o antigo marco, que seus pais estabeleceram” (Provérbios 22.28) tornou-se obsoleta.

419 Boase, “Macklin and Bowyer”, pp. 170-4; Strong, *And When Did You Last See Your Father?* p. 20.

420 Ruskin para seu pai, 7 out. 1845. *Ruskin in Italy*, p. 220; Kern, *Culture of Time and Space*, pp. 38-9; Ivins, *Prints and Visual Communication*, pp. 94-5.

421 John Berger, “Uses of photography”, pp. 50-2; Bann, *Clothing of Clío*, pp. 88-9, 134-6.

iniciar sua restauração.⁴²² Profunda empatia histórica levou o fotógrafo Walker Evans a ver coisas a seu redor como se estivessem destinadas à extinção e a retratá-las como prováveis relíquias.⁴²³ Fotos de família servem tanto como estímulos à memória quanto como auxílio para sua confirmação, tornando nossas recordações mais fiéis ao passado real. Nossa primeira casa não era tão grande quanto nos lembrávamos, nosso tio favorito não tão bonito.⁴²⁴ Ao estudar atentamente um antigo álbum de família, sugere Michael Lesy, as crianças se tornam conscientes de como o seu passado converge para o da família, do país e para tempos passados em geral.⁴²⁵

Embora reduzam a confiança na história escrita, os dispositivos audiovisuais desenvolvem outra consciência do passado: a televisão, exposições em museus, e lugares históricos promovem imagens visuais em vez de verbais. Hoje em dia, milhares que nunca leram *Elegy*, de Gray, ou *White Natural History*, de Gilbert White, visitam *Stoke Poges* e *Selborne*; milhões assistiram *The Barchester Chronicles* e *The Forsyte Saga* na televisão mas nunca viraram uma página de Trollope ou Gasworthy. E *Civilisation*, de Kenneth Clark, permanece muito mais conhecida como série de televisão do que como livro.

Os filmes tornam a história tão intensa quanto plausível; as figuras que vemos se movendo e falando em cenas que lembram o passado parecem mais vivas do que nunca. “Graças ao cinema, o século XX e seus habitantes têm com o tempo uma relação diferente da de qualquer época anterior”, escreve um crítico de cinema. “Podemos afastar o passado, nos movendo e – nos últimos 50 anos – falando exatamente como na vida.”⁴²⁶ Visões e sons armazenados em filmes e fitas dão cada vez mais acesso aos acontecimentos passados, e cada ano que passa adiciona ambos ao volume desses registros e a seu afastamento temporal. E eles não apenas asseguram como ampliam enormemente a memória pessoal. Algumas centenas de pessoas podem, hoje, conhecer sua fisionomia

422 Sontag, *On Photography*, pp. 70-1, 79-80.

423 Arbus, “Allusions to a presence” (review of Walker Evans, *First and Last*), *The Nation*, 11 nov. 1978, pp. 497-8.

424 Hirsch, *Family Photographs*, p. 45. No entanto, o efeito da memória pode oprimir de tal modo essa prova visual que continuamos a recordar o passado como sendo maior e mais imponente do que era (Olney, “Wole Soyinka as auto-biographer”, p. 85).

425 *Time Frames: The Meaning of Family Pictures*, pp. xv-xvi.

426 David Robinson, “The film immutable against life’s changes”, *The Times*, 7 Dez. 1983, p. 11.

aos 40, mas somente uma pequena parcela conhecia-a quando tinha 20 anos, e talvez um punhado delas quando tinha 6 anos; ao aumentar potencialmente o acesso às nossas aparências anteriores, as fotos realçam nossas próprias ligações com nossos eus anteriores.⁴²⁷

Porém cada progresso em nosso conhecimento do passado torna-o paradoxalmente mais remoto, menos cognoscível. Poucos, até este século, compreenderam totalmente que o passado não pode ser confrontado diretamente, que é prova em grande parte inacessível embora confirmada, e que nós, inevitavelmente, transformamos aquilo que aprendemos a respeito para se ajustar às nossas próprias necessidades.

Contudo, o sentido de perda que acompanha esse conhecimento ampliado não é novidade. A exuberante reação renascentista à arte clássica sucumbiu mais tarde a um excesso de informações; no século XVII as pessoas não mais se perguntavam diante de uma antiga estátua “Por que ela é tão sublime?”, segundo Gombrich, mas sim “Que obra perdida ela reflete?”⁴²⁸ Cada nova descoberta aproximava a antiguidade pelos detalhes precisos enquanto a distanciava em sensações. A crescente consciência do anacronismo nos desligou particularmente do passado. No decorrer do século XVIII, o anacronismo se referia somente a equívocos que distorciam ou datavam erroneamente algo do passado; no século XIX o termo passou a designar sobrevivência ou restabelecimento do passado no *presente*, no sentido pejorativo de antiquado, de ter sobrevivido ao seu tempo.⁴²⁹ Quanto melhor conhecemos o passado, mais pensamos tê-lo superado. De fato, começamos a sentir que da mesma forma superamos nossas próprias histórias de vida; o ritmo da mudança externa e da reavaliação interna torna difícil manter imagens coerentes de nós mesmos e de nossos propósitos. Olhando em retrospecto com desconfiança anacrônica, substituímos velhas lembranças não só inadvertidamente, como as pessoas sempre o fizeram, mas com deliberação envergonhada; hoje podemos recordar o passado bastante bem para nosso alívio no presente.⁴³⁰

Tal consciência também torna nossa visão do presente cada vez mais distinta do passado que ela atentamente absorve. “Em épocas anteriores quando não havia suficiente experiência histórica para comparar com o presente, o presente parecia na maior parte

427 Lesy, *Time Frames*, p. xiii. Lesy pressupõe menor reconhecimento em cada idade.

428 “Perfection’s progress”, p. 5.

429 Blaas, *Continuity and Anachronism*, pp. 29-30.

430 Peter Berger, *Invitation to Sociology*, pp. 71-6.

inevitável”, escreve Walter Ong. “Por termos acesso a tanta história... o presente pode ser investigado em busca de elementos renascentistas, medievais clássicos, pré-clássicos, cristãos, hebraicos e de incontáveis outros... Nosso conhecimento da história de tantas outras culturas e de como elas correspondem ou diferem da nossa” afasta ainda mais o presente.⁴³¹

Como o passado parece afastar-se de nós, procuramos evocá-lo novamente multiplicando a parafernália que o cerca – lembranças, mementos, romances históricos, velhas fotos – e também preservando e reabilitando suas relíquias. Esses substitutos assemelham-se àqueles dos vitorianos do final da época vitoriana,⁴³² mas enquanto eles se sentiam confiantes por haverem capturado o verdadeiro passado, nós suspeitamos de que não o fizemos. Conscientes de que produzimos substitutos, nós alteramos o passado herdado mais radicalmente do que nossos precursores, que se sentiam mais perto dele.

Bibliografia

- Abraham, G. *The Tradition of Western Music*, Oxford University Press, 1974.
- Adler, T. P. “Pinter’s Night: a stroll down Memory Lane”, *Modern Drama*, 17, 1974, pp. 461-5.
- Alexander, E. P. *Museums in Motion: An Introduction to the History and Functions of Museums*, Nashville, Tenn., American Association of State and Local History, 1979.
- Allardyce, G. “Rise and fall of the Western Civilization course”, *American Historical Review*, 87, 1982, pp. 695-725. pp. 697-8
- Anderson, J. “Sources” (review of Haley, *Roots*, q.v.), *New Yorker*, 14 fev. 1977, pp. 112-23.
- _____. *Time Machines: The World of Living History*, Nashville, Tenn., American Association of State and Local History, 1984.
- Anscombe, G. E. M. “Experience and causation”, in H. D. Lewis, *Contemporary British Philosophy* q.v. pp. 15-29.
- Arbus, “Allusions to a presence” (review of Walker Evans, *Fisrt and Last*), *The Nation*, 11 nov. 1978, pp. 497-8.

431 *Rhetoric, Romance, and Technology*, p. 326.

432 Buckley, *Triumph of Time*, p. 105.

- Ardagh, J. *The Tale of Five Cities: Life in Provincial Europe Today*, London, Secker & Warburg, 1979.
- Ardener, E. "Cosmological Irishman", *New Society*, 14 Ag. 1975, p. 362;
- Aristides, "Disremembrance of things present", *American Scholar*, 49, 1980, pp. 157-63.
- Arragon, R. F. "History's changing image", *American Scholar*, 33, 1964, pp. 222-33.
- Ascher, R. "Tin*can archaeology", pp. 325-37
- d'Azevedo, W. L. "Tribal history in Liberia", in Neisser, *Memory Observed*, q.v., pp. 258-68 (first published as "Uses of the past in gola discourse", *Journal of African History*, 3, 1962, 11-34).
- Baddeley, A. "Keeping things in mind", *New Scientist*, 2 Sept. 1982, p. 636.
- Baier, A. "Mixing memory and desire", *American Philosophical Quarterly*, 13, 1967, 213-20.
- Baker, E. *Guide to Historical Fiction*, New York, Argosy-Antiquarian, 1968.
- Bann, S. *Clothing of Clío: A study of the representation of History in Nineteenth-Century Britain and France*, Cambridge University Press, 1984.
- Barante, P. de. "Sur l'acquisition du Musée du Sommerard", rapport fait à la Chambre des Pairs, 15 July 1843, in his *Etudes littéraires et historiques*, 2 vols., Paris, 1858, 2:417-26.
- Barker, A. Greater London Council, *Historic Buildings Division*, entrevista em 4 maio de 1978.
- Bartlett, F. C. *Remembering: A study in Experimental and Social Psychology*, 1932), Cambridge University Press, 1967.
- Beauvoir, S. de. *Old Age*, Penguin, 1977.
- Becker, C. L. "Everyman his own historian" (reprinted from *American Historical Review*, 37, 1932, pp. 221-36), in Winks, *Historian as Detective*, q.v. pp. 3-23.
- Bellow, S. *Mr. Sammler's Planet*, New York, Viking, 1970.
- Belmont, J. "Individual differences in memory: the cases of normal and retarded development", in Gruneberg and Morris, *Aspects of memory*, q.v. pp. 153-85.
- Benjamin, B. S. "Remembering" (reprinted from *Mind*, 65, 1956, p. 312-31), in Donald, F. G. (ed.). *Essays in Philosophical Psychology*, London, Macmillan, 1967, pp. 171-94.
- Benjamin, W. *Illuminations*, New York, Schocken, 1969.
- Berger, J. *About Looking*, London, Writers and Readers, 1980.
- Berger, P. *Invitation to Sociology: A Humanistic Perspective*, Penguin, 1966.

- Bergson, H. *Creative Evolution* (1922), London, Macmillan, 1954.
- Berington, J. *History of the Lives of Abeillard and Eloisa* (1793), 2nd edn., Paris, Presses Universitaires de France, 1970, pp. 1251-1482.
- Berlin, I. *Vico and Herder: Two Studies in the History of Ideas*, London, Hogarth, 1976.
- Bernfeld, S. C. "Freud and archeology", *American Imago*, 8, 1951, pp. 107-28.
- Bibikov, S. N. "A Stone Age orchestra", *UNESCO Courier*, 28:6, 1975, pp. 28-31.
- Binyon, M. "Paleolithic record of prehistoric rhythm", *The Times*, 22 Nov. 1980, p. 5
- Biro, J. I. "Hume on self-identity and memory", *Review of Metaphysics*, 30, 1976-7, p. 19-38.
- Bishop, R. "The Perception and Importance of Time in Architecture", Ph.D. thesis, University of Surrey, 1982.
- Blaas, P. B. M. *Continuity and Anachronism: Parliamentary and Constitutional Development in Whig Historiography and in the Anti-Whig reaction between 1890 and 1930*, The Hague, Nijhoff, 1978.
- Bloch, M. "The past and the present in the present", *Man*, 12, 1977, pp. 278-92.
- _____. *The Historian's Craft* [1941-4], Manchester University Press, 1976.
- Boase, T. S. R. "Macklin and Bowyer", *Journal of the Warburg and Courland Institutes*, 26, 1963), pp. 148077.
- Bolgar, R. R. "Greek legacy", in Finley, *Legacy of Greece*, q.v. pp. 429-72.
- Bolingbroke, V. H. St. J. *Letters on the Study and Use of History*, 2 vols. London, 1752.
- Borges, J. L. "The Creation and P. H. Gosse", 1941, in his *Others Inquisitions 1937-1952*, New York, Washington Square Press, 1966, pp. 22-5.
- "A new refutation of time", 1946, pp. 44-64.
- "The witness", p. 178.
- "Tlön, Uqbar, Orbis Tertius", 1961, in his *Labyrinths*, Penguin, 1970, pp. 27-43.
- Bradbury, R. "Machine-tooled happyland – Disneyland", *Holiday*, 38:4, 1965, pp. 100-4.
- "Scent of sarsaparilla", in his *The Day It Rained Forever*, Penguin, 1963, pp. 192-8.
- Brockelman, P. "Of memory and things past", *International Philosophical Quarterly*, 15, 1975, pp. 309-25.
- Brogan, "America's history being rewritten on TV by confusing fact-fiction serials", *The Times*, 11 out. 1977.
- Bronner, S. J. " 'Visible proofs': material culture study in America", *American Quarterly*, 35, 1983, 316-38.

- Brown, D. *Walter Scott and the Historical Imagination*, London, Routledge & Kegan Paul, 1979.
- Brown, R. M. "Uses of the past", *Theology Today*, 31, 1974, pp. 104-13.
- Browne, T. *Hydriotaphia, Urne Burial, or; A Brief Discourse of the Sepulcral Urnes Lately Found in Norfolk* (1658), 1:50-266.
- Buckhout, R. "Eyewitness testimony" (reprinted from *Scientific American*, 231-6, 1974, pp. 23-31), in Neisser, *Memory Observed*, q.v. pp. 116-24.
- Buckley, J. H. "Pre-Raphaelite past and present: the poetry of the Rossettis' ", in Bradbury and Palmer, *Victorian Poetry*, q.v., pp. 123-37.
- The Triumph of Time: A study of Victorian Concepts of Time, History, Progress, and Decadence*, Harvard University Press, 1967.
- Burns, E. B. "Teaching history: a changing clientele and an affirmation of goals", *American Historical Association Perspectives*, 21:1, 1983, 19-21.
- Burrow, J. W. *The Liberal Descent: Victorian Historians and English Past*, Cambridge University Press, 1981.
- Burton, R. G. "Human awareness of time: an analysis", *Philosophy and Phenomenological Research*, 36, 1975-6, pp. 303-18.
- Butler, J. "Other dates", *Mind*, 68, 1959, pp. 16-33.
- Butterfield, H. *Historical Novel: An Essay*, Cambridge University Press, 1924.
- _____. *Man on His Past: The Study of Historical Scholarship*, Cambridge University Press, 1969.
- Butterfield, R. "Henry Ford, the Wayside Inn, and the problem of 'History is bunk'", *Massachusetts Historical Society Proceedings*, 77, 1965, 53-66.
- Cahalan, J. *Great Hatred, Little Room: The Irish Historical Novel*, Syracuse University Press, pp. 37, 120
- Caldwell, R. *A True History of the Acquisition of Washington's Headquarters at Newburgh by the State of New York*, 1887.
- Carlyle, T. "Sir Walter Scott", 1838, 3, pp. 214, in *Critical and Miscellaneous Essays*, 3 vols. London, 1887.
- Carne-Ross, D. S. "Scenario for a new year: 3. the sense of the past", *Arion*, University of Texas, 8, 1969, pp. 230-60.
- Casey, E. S. "Imagining and remembering", *Review of Metaphysics*, 31, 1977, pp. 187-209.
- Cervantes, M. de. *The History of Don Quixote de la Mancha*, 1615, 2 vols. London, Navarre Society, 1923. Chateaubriand, H. *Genius of Christianity*, 1802)

- Cheever, J. *The Stories of John Cheever*, New York, Knopf, 1978.
- Christie, A. *By the Pricking of My Thumbs*, London, Fontana\Collins, 1971.
- Clanchy, M. T. *From Memory to Written Record: England, 1066-1307*, Harvard University Press, 1979.
- Clarke, J. H. (ed.). *William Styron's Nat Turner; Ten Black Writers Respond*, 1968.
- Cobb, R. "Becoming a historian", in his *A Sense of Place*, London, Duckworth, 1975, pp. 7-48.
- Cochrane, E. *Historians and Historiography in the Italian Renaissance*, University of Chicago Press, 1981.
- Cockburn, C. *Crossing the line: Being the Second Volume of Autobiography*, London, MacGibbon & Kee, 1958.
- Colegrove, F. W. "The day they heard about Lincoln", in Neisser, *Memory Observed*, q.v., pp. 41-8.
- Collingwood, R. G. "Limits of historical knowledge", *Journal of Philosophical Studies*, 3, 1928, pp. 213-22 (reprinted in Winks, *Historian as detective*, q.v., pp. 513-22). "Some perplexities about time, with an attempted solution", *Proceedings of the Aristotelean Society*, n.s. 26, 1926, pp. 135-50 (reprinted in Charles M. Sherover (ed.), *The Human Experience of Time*, New York University Press, 1975, pp. 558-71). *The Idea of History*, New York, Oxford University Press\Galaxy, pp. 295-6.
- Cool, K. E. "The Petrarchian landscape as palimpsest", *Journal of Medieval and Renaissance Studies*, 11, 1981, 83-100.
- Cottle, T. J. *Time's Children: Impressions of Youth*, Boston, Little Brown, 1971.
- Cottle, T. J., e Klineberg, S. L. *The Present of Things Future: Exploration of Time in Human Experience*, London, Macmillan\ Free Press, 1974.
- Cowper, W. *The Task*, in his *Poetical Works*, ed. H. S. Milford, Oxford University Press, Oxford University Press, 1934, pp. 129-241.
- Cox, H. "The restoration of a sense of place: a theological reflection on the visual environment", *Ekistics*, 25, 1968, p. 422-4.
- Crick, B. "Orwell and biography", *London Review of Books*, 7-20 Oct. 1982, pp. 22-4.
- Croce, B. *History as the Story of Liberty*, London, Allen & Unwin, 1941.
- Daemmrich, I. G. "The ruins motif as artistic device in French literature", *Journal of Aesthetics and Art Criticism*, 30, 1972, pp. 449-97; 31, 1972, 30-41.
- Daniel, G. *The Idea of Prehistory*, Penguin, 1964.
- Danto, A. C. *Analytical Philosophy of History*, Cambridge University Press, 1965.
- Dashwood, F. "West Wycomb brochure", 1977, p. 1.

- Davies, G. L. *Earth in Decay: A History of British Geomorphology 1578-1878*, London, Mcdonald, 1969.
- Davies, R. *The Rebel Angels*, Penguin, 1983.
- Davis, F. *Yearning for Yesterday: A Sociology of Nostalgia*, New York, Free Press, 1979.
- De Quincey, T. *Confessions of an English Opium-Eater*, 1822 (pp. 1-145)... and *Suspira de Profundis*, 1845-54 (pp. 229-79), London, Constable, 1927.
- Dickens, C. *The Personal History oh David Copperfield*, 1850), Oxford University Press, 1948.
- Diderot, D. *Réfutation suivie de l'ouvrage d'Helvétius intitulé L'Homme*, 1773-4, in his *Oeuvres Complètes*, ed. J. Assézat and M. Tourneux, Paris, Garnier, 1975-9, 2:275-456.
- Donato, E. "The ruins of memory: archeological fragments and textual artifacts", *MLN*, 93, 1978), pp. 575-96.
- Drabble, M. *A Winter's Britain: Landscape in Literature*, London, Thames and Hudson, 1979.
- Earle, W. "Memory", *Review of Metaphysics*, 10, 1956, 3-27.
- Edson, E. "Reflections on the history of Western Civilization", *ibid.* 22:2, 1984, p. 16)
- Edwards, A. *A Thousand Miles up the Nile*, 1877), reprint of 1888 edn., London, Century, 1982.
- Ehman, R. R. "Temporal self-identity", *Southern Journal of Philosophy*, 12, 1974, pp. 333-41.
- Eisenstein, E. L. "Clio and Chronos: an essay on the making and breaking of history-book time", *History and Theory*, Beiheft 6, 1966, pp. 36-64.
- _____. *Printing Press as an Agent of Historical Change: Communications and Cultural transformations in Early-Modern Europe*, Cambridge University Press, 1979.
- Eliade, M. *Myth and Reality*, London, Allen & Unwin, 1964.
- Eliot, T. S. "Tradition and the individual talent", in his *Selected Essays*, 2nd rev. edn., London, faber and Faber, 1934, pp. 13-22.
- Ellis, P.G. "Development of T.S. Eliot's historical sense", *Review of English Studies*, 23, 1971, pp. 291-301.
- Ellison, R. C. "'The undying glory of dreams': William Morris and the 'Northland of old'", in Bradbury and Palmer, *Victorian Poetry*, q.v., pp. 139-75.
- Ely, D. "Time out", in his *Time out*, London, Secker & Warburg, 1968, pp. 80-132.
- Erasmus, D. *Complete Works*, 24 vols., University of Toronto Press, 1976-78: "*Copia*": *Foundations of the Abundant Style*, trans. Betty Knott, 24: 279-659.

- Esmond, E., 1852, Liv I, cap. 1, p. 46.
- Evelyn, J. *Diary*, 13 e 27 fev. 1645, pp. 185, 195
- Fain, H. *Between Philosophy and History: The Resurrection of the Speculative Philosophy of history within the Analytical Tradition*, Princeton University Press, 1970.
- Fairley, J. A. *History Teaching through Museums*, London, Longman, 1977.
- Finley, M. I. "Myth, memory and history", *History and Theory*, 4, 1964-5, pp. 297-302.
- Finney, J. *Time and Again*, New York, Simon and Schuster, 1970.
- Fischer, D. H. *Historian's Fallacies*, New York, Harper Colophon, 1970.
- Fitzgerald, F. *America Revised: History Schoolbooks in the Twentieth Century*, New York, Random House\ Vintage, 1980.
- Flavell, J. H. *Cognitive Development*, Englewood Cliffs, N.J., Prentice Hall, 1977.
- Fledelius, K. et al. (eds.) *History and the Audio-Visual Media* (Studies in History, Film and Society 1), Copenhagen, Eventus, 1979. Includes essays by Duckworth; Gane; Smith, P.
- Foley, B. "From U.S.A. to Ragtime: notes on the forms of historical consciousness in modern fiction", *American Literature*, 50, 1978, pp. 85-105.
- Fornara, C. W. *The Nature of History in Ancient Greece and Rome*, University of California Press, 1983.
- Foucault, M. *The Order of things: An Archeology of the Human Sciences*, New York, Pantheon, 1970.
- Fowler, P. J. "Archaeology, the public and the sense of the past", in Lowenthal and binney, *Our Past Before Us*, q.v., pp. 56-58.
- Fraisse, P. *Psychology of Time*, rev. edn., London, Eyre & Spottiswoode, 1964.
- Frank, J. "Spatial form in modern literature", *Sewanee Review*, 37, 1945, pp. 221-40.
- Freeman, E. A. *The Growth of the English Constitution from the Earliest Times*, 1872, 3rd edn., London, 1890.
- Freeman, E. A. *The Preservation and Restoration of Ancient Monuments*, Oxford, 1852.
- Freud, S. *The Complete Psychological Works*, London, Hogarth Press and the Institute of Psycho-Analysis, 1966-74.
- _____. "The aetiology of hysteria", 1896, 3:191-22.
- _____. *Beyond the Pleasure Principle*, 1920, 18: 1-64.
- _____. *Civilization and Its Discontents*, 1930, 21:64-145; pagination from 3rd edn., London, Hogarth Press, 1946.
- _____. "Constructions in Analysis", 1937, 23:257-69.

- _____. *Delusion and Dream*, 1906) and "Appendix" to the 2nd edn., 1911, 9:7-95 pagination from *Delusion and Dream and Others Essays*, Boston, Beacon, 1956, pp. 25-118 and 119-21.
- _____. "Fragment of an analysis of a case of hysteria", 1905, 7: 1-122.
- _____. *Leonardo da Vinci and a Memory of his Childhood*, 1910, 11:57-137.
- _____. "On the physical mechanism of hysterical phenomena: preliminary communication", 1893 (*Studies in Hysteria*, with Joseph Breuer), 2:3-17.
- _____. *The Psychopathology of Everyday Life*, 1901, vol. 6; pagination from London, Benn, 1966.
- "Screen memories", 1899, 3:299-322.
- Froude, J. A. *History of England from the Fall of Wolsey to the Defeat of the Spanish Armada* (1856), rev. edn., 12 vols., London, 1893.
- Frye, N. *The Great Code: The Bible and Literature*, London, Routledge & Kegan Paul\Ark, 1983.
- Gagnon, N. "On the analysis of life accounts", in Berthaux, *Biography and Society*, q.v., pp. 47-60.
- Galbraith, V. H. "Historical research and the preservation of the past", *History*, n.s. 22, 1938, pp. 303-14.
- Gardiner, M. "Freud's brave daughter", *Observer*, 10 Oct. 1982, p. 31.
- Gaskell, E. *Sylvia's Lovers*, 1863, London, Dent, 1964.
- Gauld, A. e Stephenson, G. M. "Some experiments relating to Bartlett's theory of remembering", *British Journal of Psychology*, 58, 1967, 30-49.
- Gautier, T. "Pied de momie", *Contes Fantastiques*, Paris, José Corti, 1962.
- Gay, P. *The Enlightenment An Interpretation*, 2 vols., New York, Knopf, 1966.
- "Introduction: Freud for the marble tablet", in *Bergasse 19*, q.v., pp. 13-54.
- Gent, M. D. " 'To flinch from modern varnish': the appeal of the past to the Victorian imagination", in Bradbury and Palmer, *Victorian Poetry*, q.v., pp. 11-35.
- Gerhardsson, B. *Memory and Manuscript: Oral Tradition and Written Transmission in Rabbinic Judaism and Early Christianity*, pp. 130-1), (*Acta Seminarii Neotestamentici Upsaliensis* 22), Lund, Gleerup, 1961.
- Gibbon, E. *Autobiography*, 1796, ed. M. M. Reese, London, Routledge & Kegan Paul, 1970.
- Gilmore, M. P. *Humanists and Jurists: Six Studies in the Renaissance*, Harvard University Press, 1963.

- Girouard, M. *Return of Camelot: Chivalry and the English Gentleman*, Yale University Press, 1981.
- Goethe, J. W. von. *Gedenkausgabe der Werke, Briefe, und Gespräche*, 24 vols., Zurich, Artemis, 1949-52. "Teilnahme Goethes aus Manzoni", 1827, 14:812-44.
- Gombrich, E. H. "Perfection's progress", (review of Haskell and Penny, *Taste and the Antique*, q.v.), *London Review of Books*, 5-18 Nov. 1981, pp. 3-5.
- Goodman, N. "Twisted tales; or, story, study and symphony", in Mitchell, *ON Narrative*, q.v., pp. 99-115.
- Goody, J. and Watt, I. "Consequences of literacy" (reprinted from *Comparative Studies in Society and History*, 3, 1963, 304-45), Goody (ed.), *Literacy in Traditional Societies*, Cambridge University Press, 1968, pp. 27-68.
- Goody, J. *Domestication of the Savage Mind*, Cambridge University Press, 1977.
- Gosse, E. *Father and Son: A Study of Two Temperaments*, 1907, London, Heinemann, 1964.
- Gosse, P. H. *Omphalos: An Attempt to Untie the Geological Knot*, London, 1857.
- Gossman, L. *Medievalism and the Ideologies of the Enlightenment: The World and Work of La Curne de Sainte-Palaye*, Johns Hopkins Press, 1968.
- Grafton, A. T. "Joseph Scaliger and historical chronology", *History and Theory*, 14, 1975, pp. 156-85.
- Green, A. *Flaubert and the Historical Novel: Salammbô Reassessed*, Cambridge University Press, 1982.
- Green, J. R. *Stray Studies from England and Italy*, 1876, London, 1876.
- Greene, T. M. *The Light in Troy: Imitation and Discovery in Renaissance Poetry*, Yale University Press, 1982.
- Gruneberg, M. M., Morris, P. E., and Sykes, R. N. *Practical Aspects of Memory*, London, Academic Press, 1978. Includes essays by Linton; Rawles.
- Gutman, H. G. "Whatever happened to history?" *The Nation*, 21 Nov. 1981, pp. 521, 553-4.
- Halbwachs, M. *The Collective Memory*, New York, Harper Colophon, 1980.
- Hale, J. "Museums and the teaching of history", *Museum*, 21, 1968, 67-72.
- Hanff, H. *The Duchess of Bloomsbury Street*. London, Deutsch, 1974.
- Hankiss, A. "Ontologies of the self: on the mythological re-arranging of one's life-history", in Bertaux, *Biography and Society*, q.v., pp. 203-9.
- Harbison, R. *Deliberate Regression*, New York, Knopf, 1980.
- Hardy, T. "Under the waterfall" (1911-12), *Collected Poems*, 4th edn., London, 1930.

- Harrison, T. *Living through the Blitz*, London, Collins, 1976.
- Hawthorne, N. *Works*, Centennial edn., 14 vols., Ohio State University Press, 1962-80:
 _____. "The old manse", 1846 (*Mosses from an Old Manse*).
- _____. *The Marble Faun; or, The Romance of Monte Beni* (1859), vol. 4.
- Hay, D. *Annalists and Historians: Western Historiography from the Eighth to the Eighteenth Centuries*, London, Methuen, 1977.
- Hazard, P. *The European Mind (1680-1715)*, 1935, New York, World\Meridian, 1963.
- Heil, J. "Traces of things past", *Philosophy of Science*, 45, 1978, pp. 60-72.
- Heller, A. *A Theory of History*, London, Routledge & Kegan Paul, 1978.
- Henige, D. P. "Disease of writing: Ganda and Nyoro kinglists in a newly literate world", in Miller, *African Past Speaks*, q.v., pp. 240-61.
- _____. *Chronology of Oral Tradition: Quest for a Chimera*, Oxford, Clarendon, 1974.
- Henretta, J. A. "Social history as lived and written", *American Historical Review*, 84, 1979, pp. 1293-1322.
- Hexter, J. H. *The History Primer*, London, Allen Lane\Penguin, 1972.
- _____. "The rhetoric of history", *International Encyclopedia of the Social Sciences* (New York, Macmillan, 1968), 6:368-94.
- Hight, G. *The Classical Tradition: Greek and Roman Influences on Western Literature*, Oxford, Clarendon, 1949.
- Hijia, J. "Roots: family and ethnicity in the 1970s", *American Quarterly*, 30, 1978, pp. 548-56.
- Hindle, B. "How much is a piece of the True Cross worth?" in Quimby, *Material Culture and the Study of America Life*, q.v., pp. 5-20.
- Hirsch, J. *Family Photographs: Content, Meaning, and Effect*, Oxford University Press, 1981.
- Honour, H. *Romanticism*, Penguin, 1981.
- Hosmer, C. B. *Presence of the past: A History of the Preservation Movement in the United States before Williamsburg*, New York, Putnam's, 1965.
- _____. *Preservation Comes of Age: from Williamsburg to the National Trust, 1926-1949*, 2 vols., University Press of Virginia, 1981.
- Hubbard, L. R. *Typewriter in the Sky*, London, Fantasy Books, n.d.
- Hudson, K. *A Social History of Archaeology: The British Experience*, London, Macmillan, 1980.

- Hume, D. *A treatise of Human Nature*, in *The Philosophical Works*, ed. Thomas Hill Green and Thomas Hodge Grose (reprint of 1886 edn.), 4 vols., Aalen, Scientia, 1964.
- Hume, I. N. "Material culture with the dirt on it: a Virginia perspective", in Quimby, *Material Culture*, q.v., pp. 21-40.
- Humphries, S. C. "Death and time", in Humphries and King, *Mortality and Imortality*, q.v., pp. 261-83.
- Hunt, J. D. "The poetry of distance: Tennyson's 'Idylls of the King'", in Bradbury and Palmer, *Victorian Poetry*, q.v., p. 89-121.
- Hunter, I. M. L. *Memory*, rev. edn., Penguin, 1964.
- Isaac, G. L. "Whither archaeology?" *Antiquity*, 25, 1971, pp. 123-9.
- Ivins, W. M., Jr. *Prints and Visual Communications*, London, Routledge & Kegan Paul, 1953.
- Jacobson, P. B. and Steele, R. S. "From present to past: Freudian archaeology", *International Review of Psycho-Analysis*, 6, 1979, pp. 349-62.
- James, H. *A Small Boy and Others* (1913), in *Autobiography*, ed. Frederick W. Dupee, London, W. H. Allen, 1956, pp. 3-236.
- James, H. *Selected Letters of Henry*, ed. Leon Edel, London, Rupert Hart-Davis, 1956.
- Jenkyns, R. *The Victorians and Ancient Greece*, Oxford, Blackwell, 1980.
- Jensen, *Gradiva: A Pompeiian Fancy*, 1930.
- Johnson, J.W. "Chronological writing", pp. 137, 145.
- Johnson, P. "London diary", *New Statesman*, 13 Set. 1968, p. 314.
- Jones, E. *The Life and Work of Sigmund Freud*, 3 vols., New York, Basic Books, 1953-7.
- Josephy, A. M. "Awesome space: a historian especulates on interpretations of the Old West", *History News*, 37:6, 1982, 26-30.
- Kamm, T. "French debate teaching of history", *IHT*, 11 abr. 1980, p. 6.
- Kammen, M. "Introduction: the historian's vocation and the state of the discipline in the United States", in his (ed.) *The Past Before Us: Contemporary Historical Writing in the United States*, Cornell University Press for the American Historical Association, 1980, pp. 19-46.
- Kammen, M. *Season of Youth: The American Revolution and the Historical Imagination*, New York, Knopf, 1973.
- Kammen, M. "Vanitas and the historian's vocation", *Reviews in American History*, 10:4, 1982, 1-27.

- Kastenbaum, R. "Memories of tomorrow", in Bernard S. Gorman and Alden E. Wessman (eds.), *The Personal Experience of Time*, New York, Plenum, 1977, pp. 193-214.
- Kastenbaum, R. "Time, death and ritual in old age", in Fraser and Lawrence, *Study of Time II*, q.v., pp. 20-38.
- Kaufmann, W. *Time is an Artist*, New York, Reader's Digest Press, 1978.
- Keller, H. D. "Time out: the discontinuity of historical consciousness", *History and Theory*, 14, 1975, pp. 275-96.
- Kelley, D. R. *Foundations of Modern Historical Scholarship: Language, Law, and History in the French Renaissance*, Columbia University Press, 1970.
- Kermode, F. *The Sense of an Ending: Studies in the Theory of Fiction*, Oxford University Press, 1968.
- Kern, S. *The Culture of Time and Space 1800-1918*, London, Weidenfeld and Nicolson, 1983.
- Kissane, J. "Tennyson: the passion of the past and the curse of time", *EHL*, 32, 1965, pp. 85-109.
- Klein, G. S. *Psychoanalytic Theory: An Exploration of Essentials*, New York, International Universities Press, 1976.
- Kohli, M. "Biography: account, text, method", in Bertaux, *Biography and Society*, q.v., pp. 61-75.
- Kouwenhoven, "American studies: words or things", 1964, pp. 79-92;
- Kracauer, S. "Time and history", *History and Theory*, Beiheft 6, 1966, pp. 65-78.
- Kris, E. "Recovery of childhood memories", *Psychoanalytic Study of Child*, 11, 1956, pp. 54-88.
- Kubler, G. *The Shape of Time: Remarks on the History of Things*, Yale University Press, 1962.
- Lancaster, O. "The future of the past: some thoughts on preservation", *Cornhill Magazine*, 174 (summer 1964), pp. 122-32 (reprinted as "Some thoughts on preservation", in *Historic Preservation Today*, q.v., pp. 187-98).
- Langer, S. *Feeling and Form: A Theory of Art*, London, Routledge & Kegan Paul, 1953.
- Larkin, P. *A Girl in Winter*, London, Faber and Faber, 1975.
- Le Goff, J. et al. *La Nouvelle Histoire*, Paris, Retz-CEPL, 1978.
- Le Roy Ladurie, E. *Montaillou: Cathars and Catholics in a French Village 1294-1324*, London, Scolar, 1978.
- Lears, T. J. J. *No Place of Grace: Antimodernism and the Transformation of American Culture 1880-1920*, New York, Pantheon, 1981.

- Lears, J. "Writing history: an exchange", p. 58.
- Leff, G. *History and Social Theory*, New York, DoubledayAnchor, 1971.
- Leneman, L. *History Today*, 30:1, 1980, 52-5
- Lesy, M. *Time Frames: The Meaning of Family Pictures*, New York, Pantheon, 1980.
- Levin, D. *History as Romantic Art: Bancroft, Prescott, Motley, and Parkman*, Stanford University Press, 1959.
- LeVine, R. A. "Adulthood and aging in cross-cultural perspective", Social Science Research Council, *Items* (New York), 31\32:4\1, 1978, pp. 1-5.
- Lévi-Strauss, C. *The Savage Mind*, London, Weinfeld and Nicolson, 1966.
- Levstik, L. S. "Living history – isn't", *History News*, 37:5, 1982, 28-9.
- Lewin, B. D. *Selected Writings*, ed. Jacob A. Arlow, New York, *Psychoanalytic Quarterly*, 1973.
- Lewis, C. I. *An Analysis of Knowledge and Valuation*, La Salle, Ill, Open Court 1946.
- Leyden, W. von. "Categories of historical understanding", *History and Theory*, 23, 1984, pp. 53-77.
- Linton, M. "Memory for real-world events", in D. A. Norman and D. E. Rumelhart (eds.), *Explorations in Cognition*, San Francisco, Freeman, 1975. pp. 376-404.
- Linton, "Transformations of memory in everyday life", in Neisser, *Memory Observed*, q.v., pp.77-91.
- Lippman, W. *Public Opinion*, 1922, New York, Macmillan, 1960.
- Lively, P. *According to Mark*, London, Heinemann, 1984.
- _____. "Children and the art of memory", *Horn Book Magazine*, 54, 1978, 17-23, 197-203.
- _____. *Going Back*, London, Heinemann, 1975.
- _____. *The House in Norham Gardens*, London, Pan, 1978.
- Lovejoy, A. "Herder and the Enlightenment philosophy of history", in his *Essays in the history of Ideas*, Johns Hopkins University Press 1948, pp. 166-84.
- Lowenthal, D. *George Perkins Marsh: Versatile Vermonter*, Columbia, 1958, pp. 225-76.
- _____. *West Indian Societies*, Oxford University Press, 1972.
- Luck, G. "Scriptor classicus", *Comparative Literature*, 10, 1958, 150-8.
- Lukács, G. *Historical Novel*, Penguin, 1969.
- Lukacs, J. "Obsolete historians", *Harpers*, 261, Nov. 1980, 80-4.
- Luria, A. R. *The Man with a Shattered World: The History of a Brain Injury*, London, Cape, 1973. especialmente pp. 87-108;
- Lynch, K. *What Time Is This Place?* Cambridge, Mass., M.I.T. Press, 1972.

- Lyons, J. O. *The Invention of Self: The Hinge of Consciousness in the Eighteenth Century*, Southern Illinois University Press, 1978.
- Lytelton, O., Viscount Chandos. *From Peace to War: A Study in Contrast, 1857-1918*, London, Bodley Head, 1968.
- Macaulay, R. *Pleasure of Ruins*, New York, Walker, 1953.
- Macaulay, T. B. *The Letters of Thomas Babington Macaulay*, ed. Thomas Pinney, Cambridge University Press, 1974.
- _____. *The History of England, from the Accession of James II*, 5th edn., 10 vols., London, vol. 1, 1948.
- Maitland, F. W. "A survey of the century" (1901), *The Collected Papers*, ed. H. A. L. Fisher, 3 vols., Cambridge University Press, 1911, 3:432-9.
- _____. *Township and Borough*, Cambridge, 1898.
- Mann, J. G. "Instances of antiquarium feeling in medieval and Renaissance art", *Archaeological Journal*, 99, 1939, p. 254-74.
- Márquez, G. G. *One Hundred Years of Solitude*,
- Marsh, G. P. *The American Historical School*, Troy, New York, 1847.
- Marshall, J. C., and Fryer, D. M. "Speak, memory! An introduction to some historic studies of remembering and forgetting", in Gruneberg and Morris, *Aspects of Memory*, q.v., pp. 1-25.
- Martin, C. B. e Deutscher, M. "Remembering", *Philosophical Review*, 75, 1966, 161-96.
- Maxwell, W. *So Long, See You Tomorrow*, New York, Knopf, 1971.
- Mbiti, J. S. *African Religion & Philosophy*, London, Heinemann, 1969.
- McCullagh, C. B. *Justifying Historical Descriptions*, Cambridge University Press, 1984.
- McGarry, D. D., e White, S. H. *World Historical Fiction Guide*, 2nd edn., Metuchen, N.Y., Swallow Press, 1973.
- McHugh, R. J. "Famine in Irish oral tradition", in A. Dudley Edwards and T. Desmond Williams (eds.), *The great Famine, Studies in Irish History 1845-52*, Dublin, Browne and Nolan, 1956, pp. 391-436.
- Meacham, J. A. e Leiman, B. "Remembering to perform future actions", in Neisser, *Memory Observed*, q.v., pp. 327-36.
- Mellard, J. M. "This *unquiet dust*: the problem of history", in Styron's *The Confessions of Nat Turner*", *Buckwell Review*, 36, 1983, pp. 523-43.
- Mendilow, A. A. *Time and the novel*, London, John Spencer\Badger, 1960.
- Meyer, L. B. *The Music and Arts and Ideas*, London, Peter Nevill, 1952.
- Meyerhoff, H. *Time in Literature*, University of California Press, 1955.

- Michelet, J. *Ma jeunesse* (1884), Paris, Flammarion, n. d.
- Middleton, A. P. e Adair, D. "The case of the men who weren't there: problems of local pride" (abridge from "The mystery of the Horn papers", *William and Mary Quarterly*, 3rd ser., 4, 1947, pp. 404-43), in Winks, *Historian as Detective*, q.v., pp. 142-77.
- Miller, J.C. , "Introduction: listening for the African past", in his *African Past Speaks: Essays on Oral Tradition and History*, Folkstone, Kent, Dawson, 1980. Includes essays by Henige; Miller, J. C.; Vansina.
- Miller, J. H. "History as repetition in Thomas Hardy's poetry: the example of 'Wessex Heights'", in Bradbury and Palmer, *Victorian Poetry*, q.v., pp. 223-53.
- Milosz, C. "The Nobel Lecture, 1980", *N. Y. Review of Books*, 5 Mar. 1981, pp. 11-14.
- Mink, L. O. "Everyman his or her own annalist", in Mitchell, *On Narrative*, q.v., pp. 233-9.
- _____. "History and fiction as modes of comprehension", *New Literary History*, 1, 1970, pp. 541-58.
- _____. "Narrative form as a cognitive instrument", in Robert H. Canary and Henry Kozicki (eds.), *The Writing of History: Literary Form and Historical Understanding*, University of Wisconsin Press, 1970.
- Minkowski, E. *Lived Time: Phenomenological and Psychopathological Studies* (1933), Northwestern University Press, 1970.
- Mitchell, H. "Monkeying with the King James Bible", *IHT*, 25 ag. 1982, p. 5
- Momigliano, A. D. "Ancient history and the antiquarian" (1950), in his *Studies in Historiography*, London, Weidenfeld and nicolson, 1969, pp. 1-39.
- More, P. E. "Criticism", *Shelburne Essays, Seventh Series*, New York, Putnam's, 1910, pp. 213-44.
- Morison, S. E. *Admiral of the Ocean Sea: A Life of Christopher Columbus*, 2 vols. Boston, Little Brown, 1942.
- Mulvey, C. *Anglo-American Landscapes: A Study of the Nineteenth-Century Anglo-American Travel Literature*, Cambridge University Press, 1981.
- Mumford, L. *The Culture of Cities*, New York, Harcourt, Brace & World, 1938.
- Munz, P. *The Shapes of Time: A New Look at The Philosophy of History*, Wesleyan University Press, 1977.
- Murphey, M. G. *Our Knowledge of the Historical Past*, Indianapolis, Bobbs-Merrill, 1973.
- Naipaul, V. S. *Bend in the River*, London, Deutsch, 1979.

- _____. "India: paradise lost", *N. Y. Review of Books*, 28 Oct. 1976, pp. 10-16.
- Namier, L. B. *Conflicts: Studies in Contemporary History*, London, Macmillan, 1942.
- Neisser, U. (ed.) *Memory Observed: Remembering in Natural Contexts*, San Francisco, Freeman, 1982. Also includes essays by d' Azevedo; Brown, R. and Kulik; Buckhout; Colegrove; Linton; Meacham and Leiman; Stratton.
- _____. "John Dean's memory: a case study" (from *Cognition*, 9, 1981, 1-22), pp. 139-59.
- Newby, E. and Petry, D. *Wonders of Britain*, London, Hodder and Stoughton, 1968.
- Niebuhr, B. G. *The History of Rome (1811-12)*, 4th edn., 2 vols., London, 1847.
- Nietzsche, F. *Beyond Good and Evil* (1886), Edinburgh, T. N. Foulis, 1907.
- _____. *The Use and Abuse of History (1873-6)*, Indianapolis, Bobbs-Merrill, 1957.
- Northal, J. *Travels through Italy*, London, 1766.
- Oakeshott, M. "The activity of being an historian", 1955, in his *Rationalism in politics and Other Essays*, London, Mthuen, 1967.
- _____. *On History and Other Essays*, Oxford, Blackwell, 1983.
- O'Faolain, S. *A Nest of Simple Folk*, London, Cape, 1933.
- Olmsted, F. L. *Walks and Talks of an American Farmer in England (1852)*, University of Michigan Press, 1967.
- Olney, J. "Wole Soyinka as auto-biographer", *Yale Review*, 73, 1983, 72-93.
- Ong, W. *Orality and Literacy: The Technologizing of the World*, London, Methuen, 1982.
- _____. *Rhetoric, Romance, and Technology: Studies in the interaction of Expression and Culture*, Cornell University Press, 1971.
- Panikkar, R. "Time and history in the tradition of India: Kala and Karma", in *Cultures and Time*, Paris, UNESCO, 1976, pp. 63-88.
- Peacham, H. *The Complete Gentleman (1622)*, ed. Virgil B. Heltzel, Cornell University Press for the Folger Shakespeare Library, 1962.
- Peardon, T. P. *The Transition in English Historical Writing 1760-1830*, Columbia University Press, 1933 (Studies in History, Economics, and Public Law No.390).
- Peckham, M. *Triumph of Romanticism*, University of South California Press, 1970.
- Peel, J. Y. D. "Making history: the past in the Ijesha present", *Man*, 19, 1984, pp. 111-32.
- Penfield, W. "The permanent record of the stream of consciousness", *Acta Psychologica*, 11, 1955, pp. 47-69.

- Perry, J. "Personal identity, memory, and the problem of circularity", in his (ed.), *Personal Identity*, University of California Press, 1975, pp. 135-55.
- Piaget, J. e Inhelder, B. *Memory and Intelligence*, London, Routledge & Kegan Paul, 1973.
- Plato, *Phaedrus*, in *Works*, Loeb edn., 12 vols., Harvard University Press, 1914, 1:405-579.
- Plumb, J. H. "The historian's dilemma", in his (ed.), *The Crisis in this Humanities*, Penguin, 1964, pp. 24-44.
- _____. *The Death of the Past* (1969), Penguin, 1973.
- Pocock, J. G. A. "The origins of the study of the past: a comparative approach", *Comparative Studies in Society and History*, 4, 1962, 209-46.
- Pollard, A. F. "Historical criticism", *History*, 5, 1920, 21-9.
- Porter, D. H. *The Emergence of the Past: A Theory of Historical Explanation*, University of Chicago Press, 1981, pp. 113-14.
- Poulet, G. "Timelessness and Romanticism", *Journal of the History of Ideas*, 15, 1954, pp. 3-22.
- _____. *Studies in Human Time*, Johns Hopkins University Press, 1956, pp. 13-23.
- Praz, M. *On Neoclassicism*, Northwestern University Press, 1969, pp. 28-9.
- Preston, J. H. "Was there an historical revolution?" *Journal of the History of Ideas*, 38, 1977, 353-64, pp. 362.
- Price, H. H. *Thinking and Experience*, 2nd edn., London, Hutchinson, 1969, pp. 84.
- Proust, M. *Remembrance of Things Past* (1913-27), transl. C. K. Scott-Moncrieff and Terence Kilmartin, 3 vols., Penguin, 1983, pp.3:716.
- Quinn, M. A. "The personal past in the poetry of Thomas Hardy and Edward Thomas", *Critical Quarterly*, 16 suppl., 1974, 7-28, pp. 20.
- Quinones, R. J. *The Renaissance Discovery of Time*, Harvard University Press, 1972, pp. 84-5, 232-3.
- Ralling, C. "What is television doing to history?" *The Listener*, 10 Jan. 1980, pp. 41-3.
- Rawles, R. E. "The past and present of mnemotechny", in Gruneberg, Morris, and Sykes, *Practical Aspects of Memory*, q.v., pp. 164-71.
- Renfrew, C. *Towards an Archaeology of the Mind*, Cambridge University Press, 1982, pp. 16-23.
- Robin, R. *Le Cheval blanc de Lénine ou l'histoire autre*, Brussels, Roment, 1979, pp. 138-50.
- _____. "Toward fiction as oblique discourse", in *Rethinking History*, q. v., pp. 230-42.

- Rodgers, W. R. *Ulstermen and Their Country*, London, Longmans, Grenn, for the British Council, 1947, pp. 14.
- Ross, D. "Historical consciousness in nineteenth-century America", *American Historical Review*, 89, 1984, 909-28, pp. 923-4.
- Rossabi, M. "Comment" on Allardyce, q. v., *American Historical Review*, 87, (1982), pp. 729-32.
- Rowles, G. D. "Place and personal identity in old age: observations from Appalachia", *Journal of Environmental Psychology*, 3, 1983, pp. 299-313.
- _____. "Reflections on experiential field work", in David Ley and Marwyn Samuels (eds.), *Humanistic Geography*, London, Croom Helm, 1978, pp. 173-93, pp.183.
- Rupke, N. A. *The Great Chain of History: William Buckland and the English School of Geology (1814-1859)*, Oxford, Clarendon, 1983, pp. 51-7.
- Ruskin, J. *Ruskin in Italy: Letters to His Parents*, ed. Harold Shapiro, Oxford, Clarendon Press, 1972, pp. 220; (para seu pai, 7 out. 1845).
- _____. *Modern Painters*, 4 vols., New York, John Wilwy & Sons, 1886, IV, Pt 5, Cap. 1, sec.5, pp. 4-5.
- Russell, B. *The Analysis of Mind*, London, Allen & Unwin, 1921, pp. 166-7.
- Rycroft, C. "Viewpoint: Analysis and the autobiographer", *TLS*, 27 May 1983, pp. 541.
- Sahlins, M. "Other times, other customs: the anthropology of history", *American Anthropologist*, 85, 1983, pp. 517-44. (pp. 522-3)
- Salvesen, C. *The Landscape of Memory: A Study of Wordsworth's Poetry*, London, Edward Arnold, 1965, pp. 42-4.
- Samuel, R. "History Workshop I: truth is partisan", *New Statesman*, 15 feb. 1980, pp. 247-50. (pp. 250)
- Sanders, A. *The Victorian Historical Novel 1840-1880*, London, Macmillan, 1978, pp. 4-5.
- Schachtel, E. G. *Metamorphosis: On the Development of Affect, Perception, Attention, and Memory*, New York, Basic Books, 1959, pp. 287.
- Schafer, R. "Narrative in the psychoanalytic dialogue", in Mitchell, *On Narrative*, q.v., pp. 25-49. (pp. 33)
- _____. *A New Language for Psychoanalysis*, Yale University Press, 1976, pp. 29-50.
- _____. *The Psychoanalytic Life History*, London, H. K. Lewis for University College London, 1976.
- Schlereth, T. J. (ed.). *Material Culture Studies in America*, Nashville, Tenn., American Association for State and Local History, 1982.

- _____. "Pioneers of material culture: using American things to teach American history", *History News*, 37:9, 1982, pp. 28-32.
- Scholes, R., and Kellogg, R. *The Nature of Narrative*, Oxford University Press/ Galaxy, 1968, pp. 265-6, também p. 252.
- Schwartzbach, B. E. "Antidocumentalist apologetics", Hardouin and Yeshayahu Leibowitz, *Revue de Théologie et de Philosophie*, 115, 1983, pp. 373-390. (pp. 374)
- Scott, W. *Ivanhoe*, 1820, Edinburgh, Black, 1981, pp. 15. Vide.
- _____. *The Prefaces to the Waverley Novels*, ed. Mark A. Weinstein, University of Nebraska Press, 1978, pp. 34, David.
- Shattuck, R. *Proust's Binoculars: A Study of Memory, Time, and Recognition in "A la recherche du temps perdu"*, London, Chatto & Windus, 1964, pp. 48-9.
- Sherfy, M. "The craft of history", *In Touch* (Interpreters Information Exchange, National Park Service, U.S. Dept. of the Interior), No. 13, 1976, pp. 5.
- Shills, E. *Tradition*, London, Faber and Faber, 1981, pp. 162ff.
- Shore, E. M. "Virginia Woolf, Proust, and *Orlando*", *Comparative Literature*, 31, 1979), pp. 232-45. (pp. 237-41).
- Skinner, Q. "Meaning and understanding in the history of ideas", *History and Theory*, 8, 1969), pp. 3-53. (pp. 4-28).
- Slochow, H. "Freud's Gradiva: *Matter nuda redidiva*: a wish-fulfilment of the "memory" on the Acropolis", *Psychoanalytic Quarterly*, 40, 1971, pp. 646-62. (pp. 646).
- Smith, A. B. *Théophile Gautier and the Fantastic*, University of Missouri, Romance Monographs No. 23, 1977, pp. 64-5, 97.
- Smith, K. C. P., and Apter, M. J. "Collecting antiques: a psychological interpretation", *antiques collector*, 48:7, 1977, pp. 64-6.
- Solnit, A. J. *Memory as Preparation: Development and Psychoanalytic Perspectives* (Freud Memorial Inaugural Lecture), University college London, 1984. (palestra no University College London, 6 março, 1984.
- Sontag, S. *On Photography*, Penguin, 1979, pp. 70-1, 79-80.
- Sorabji, R. *Aristotle on Memory*, London, Duckworth, 1972, pp. 5.
- Sorlin, P. *The Film in History: Restaging the Past*, Oxford, Blackwell, 1980, pp. viii-ix.
- Southern, R. W. "The historical experience" (Rede Lecture), *TLS*, 24 June 1977, pp. 771-3. (pp. 771)
- Spacks, P. M. *Imagining a Self: Autobiography and Novel in Eighteenth-Century England*, Harvard University Press, 1976, pp. 8-11, 284-5.

- Spiegel, G. M. "Forging the past; the language of historical truth in the Middle Ages", *The History Teacher*, 17, 1984, pp. 267-83. (pp. 271, 277)
- Starobinski, J. 1789: *The Emblems of Reason*, University Press of Virginia, 1982, pp. 272.
- _____. *The Invention of Liberty 1700-1789*, Geneva: Skira, 1964, pp. 207.
- Stegner, W. *Wolf Willow*, University of Nebraska Press, 1980, pp. 29, 14-17.
- Steinberg, J. "Real authentick history" or what philosophers of history can teach us", *Historical Journal*, 24, 1981, pp. 453-74.
- Sterne, L. *The Life and Opinions of Tristan Shandy (1760-7)*, 4 vols., London, Navarre Society, n.d., (Liv IV, Cap.13, 2:49).
- Stilgoe, J. R. "Jack-o'-lanterns to surveyors: the secularization of landscape boundaries", *Environmental review*, 1, 1976.
- Stone, L. "The revival of narrative: reflections on a new old history", *Past and Present*, No. 85, 1979, pp. 3-24; reprinted in his *The Past and the Present*, London, Routledge & Kegan Paul, 1981, pp. 74-96.
- Stothard, C. A. *The Monumental Effigies of Great Britain ...*, 1832), London, 1876.
- Stratton, G. M. "The mnemonic feat of the 'Shass Pollak'", *Psychological Review*, 24 (1917), pp. 244-7; reprinted in Neisser, *Memory Observed*, q. v., pp. 311-14.
- Strong, R. *And When Did You Last See Your Father? The Victorian Painter and British History*, London, Thames and Hudson, 1978, pp. 20.
- Strout, C. *The Veracious Image: Essays on American History, Literature, and Biography*, Wesleyan University Press, 1981, pp. 9-10.
- Tanner, T. *City of Words: American Fiction 1950-1970*, London, Cape, 1971, pp. 245, referindo-se a *Sot-Weed Factor*, de Barth.
- Tate, A. *Memories and Essays: Old and New 1926-1974*, Manchester, Carcanet, 1976.
- Tennyson, A., Lord. "A dream of fair women", 1832, pp. 440-53.
- _____. "Guinevere", 1859, pp. 1724-42.
- _____. "Ode to memory", 1830, pp. 211-14.
- Thompson, M. *Rubbish Theory: The Creation and Destruction of Value*, Oxford University Press, 1979.
- Tilden, F. *Interpreting Our Heritage: Principles and Practices for Visitor Services in Parks, Museums, and Historic Places*, University of North Carolina Press, 1957, p. 69.
- Tindall, G. *The Fields Beneath: The History of One London Village*, London, Granada/Paladin, 1980, pp. 116, pp. 129.

- Toews, J. "Inner and outer reality: Freud's abandonment of the seduction theory and the crisis of liberal culture in Central Europe", paper at American Historical Association meeting, Dec. 1982, pp. 1, 6.
- Trevelyan, G. M. "Autobiography of an historian", in his *Autobiography and Other Essays*, London, Longmans, Green, 1949, pp. 13.
- Tuan, Y.-F. "The Significance of the artifact", *Geographical Review*, 70, 1980, pp.462-72). (p. 469)
- Tulving, E. *Elements of Episodic Memory*, Oxford University Press, 1983, pp. 17-120.
- Turner, F. M. *The Greek Heritage in Victorian Britain*, Yale University Press, 1983, pp. 175-86, 418-27.
- Tyler, A. *The Clockwinder*, New York: Popular Library, 1977, pp. 293.
- Uchendu, V. C. "Ancestoricide! are African ancestors dead?" in Newell, *Ancestors*, q. v., pp. 283-96. (pp. 287).
- Updike, J. *Buchanan Dying: A Play*, New York: Knopf, 1974, "Afterword", pp. 181-262. (pp. 256, pp. 259)
- Uttley, A. *A Traveller in Time*, 1939, Puffin, 1978, pp. 49-50
- Vansina, J. "Memory and oral tradition", in J. C. Miller, *African Past Speaks*, q.v., pp. 266-79. (pp.266, 269).
- _____. *Oral Tradition: A Study in Historical Methodology*, Routledge & Kegan Paul, 1965, pp. 40.
- Vendler, H. "All too real", *N.Y. Review of Books*, 17 Dec. 1981, pp.32-6.
- Vernant, J.-P. "Death with two faces", in Humphries and King, *Mortality and Immortality*, q.v., pp. 285-91.
- Walcott, D. "The muse of history: an essay", in Orde Coombs (ed.), *Is Massa Day Dead? Black Moods in the Caribbean*, New York: Doubleday/Anchor, 1974, pp. 1-27 (pp. 2).
- Walsh, W. H. "The constancy of human nature", in H. D. Lewis, *Contemporary British Philosophy*, q.v., pp. 275-91.
- Warner, W. L. *The Living and the Dead: A Study of the Symbolic Life of Americans* (Yankee City Series, 5), Yale University Press, 1959, pp. 217.
- Waters, B. "The past and the historical past", *Journal of Philosophy*, 52, (1955), pp. 253-69. (pp. 254)
- Wedgwood, C. V. 'Sense of the past', pp. 19-41.
- _____. "Literature and the historians", pp. 62-81. (pp. 71)

- Weintraub, K. J. "Autobiography and historical consciousness", *Critical Inquiry*, 1, 1975), pp. 821-48. (pp. 835, 843-4)
- _____. *The Value of the Individual: Self and Circumstance in Autobiography*, University of Chicago Press, 1978.
- Werrell, K. P. "History and fiction: challenge and opportunity", *American Historical Association Newsletter*, 17:3, 1979, pp. 4-6.
- White, H. V. "The burden of history", *History and Theory*, 5, 1966, pp. 111-34.
- _____. "Foucault decoded: notes from the underground", *History and Theory*, 12, 1973, pp. 23-54.
- White, J. "History Workshop 3: beyond autobiography", *New Statesman*, 29 Feb. 1980, pp. 325-7.
- Williams, E. "Introduction" to *Gods & Heroes*, q.v., pp. 14-24.
- Wood, G. S. "Star-spangled history", *N.Y. Review of Books*, 12 Aug. 1982, pp. 4-9.
- _____. See also "Writing history: an exchange".
- Wood, R. *The Ruins of Palmyra, Otherwise Tedmore, in the Desert*, London, 1773.
- Woolf, V. *Moments of Being: Unpublished Autobiography Writings*, ed. Jeanne Schulkind, London, Chatto & Windus for Sussex University Press, 1976, pp. 67.
- Wordsworth, W. "Lines composed a few miles above Tintern Abbey", 1798, 2:259-63.
- _____. *The Prelude, or Growth of a Poet's Mind*, Bk III, 1805-5, 2nd edn., Oxford: Clarendon, 1959.
- Yardley, J. "The narrowing world of the historian", *American Historical Association Perspectives*, 20:6, 1982, pp. 21-2.
- Yates, F. A. *The Art of Memory*, Penguin, 1969, pp. 25.
- Yerushalmi, Y. H. *Zakhor: Jewish History and Jewish Memory*, University of Washington Press, 1982, pp. 94.
- Zweig, P. "Paris and Brighton Beach", *American Scholar*, 47, 1977-8, pp. 501-13.